

MESTRADO

POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS

EVERTON GABRIEL BORTOLETTI

**DINÂMICAS DA INSERÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PROJETO JOVENS SEMEANDO TERRA
SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Chapecó – SC, 2018

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e
Dinâmicas Regionais

EVERTON GABRIEL BORTOLETTI

DINÂMICAS DA INSERÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PROJETO JOVENS SEMEANDO TERRA
SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó, como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof^a. Dra. Myriam Aldana Vargas Santin

Coorientador: Prof^a. Dra. Arlene Anélia Renk

Ficha Catalográfica

B739d Bortoletti, Everton Gabriel

Dinâmicas da inserção da extensão universitária no desenvolvimento regional: projeto jovens semeando terra solidária da Universidade Federal da Fronteira Sul / Everton Gabriel Bortoletti; orientadora Dra. Myriam Aldana Vargas Santin. – Chapecó, 2018.

124 p.: il. color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Extensão universitária. 2. Desenvolvimento regional endógeno. 3. Agricultura familiar. I. Santin, Myriam Aldana Vargas. II. Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. III. Título.

CDD 378.1554 – 22.ed.

Ficha catalográfica elaborada por Karina Ramos – CRB 14/1056



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e
Dinâmicas Regionais

DINÂMICAS DA INSERÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PROJETO JOVENS SEMEANDO
TERRA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA
SUL

EVERTON GABRIEL BORTOLETTI

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de
Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
sendo aprovada em sua forma final.

Prof.^a Myriam Aldana Vargas Santin, Dr.^a em Ciências Humanas
Orientadora

Prof.^a Arlene Anélia Renk, Dr.^a em Antropologia Social
Coorientadora

BANCA EXAMINADORA

Prof. Cláudio Machado Maia, Dr. em Desenvolvimento Rural

Prof.^a Monica Hass, Dr.^a em Sociologia Política

Prof.^a Norma Kiyota, Dr.^a em Desenvolvimento Rural

Chapecó, 27 de março de 2018

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, pois sem Ele nada seria possível. A meus pais, irmãos, amigos e docentes que com muita paciência e apoio não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Por fim, dedico a mim, por nunca ter desistido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação. Entretanto, não poderia deixar de fazer nominalmente alguns agradecimentos especiais:

- A Deus, primeiramente e, principalmente, por toda a inspiração e por ser meu apoio em todo o tempo.
- À Família, por ser minha base, sem a qual a realização desta pesquisa seria inviável.
- A Myriam Aldana Vargas, por ter aceitado o desafio de me orientar nesta jornada, pela forma segura e brilhante como o fez, por suas colocações de alto nível, pelas lições de vida, e pela compreensão, tolerância, as longas orientações e áudios encaminhados pelo Whatsapp.
- À Arlene Renk, por todas as valiosas contribuições e por ter abrilhantado o desafio da realização desta pesquisa como coorientadora.
- A Claudio Machado Maia e a Monica Hass, por terem aceitado compor a Banca de Qualificação e pelas gratas contribuições, as quais qualificaram o trabalho dissertativo.
- À Marlei Dambros e Eliane Sinigoski, por sempre estarem dispostas a me ajudar a qualquer hora. Sem esse auxílio esta dissertação não seria possível.
- À Victória Brandalise, Laise Ziger, Francieli Boito e todos os demais amigos que entenderam a minha ausência nos eventos sociais e sempre estiveram prontos para me socorrer nos dias de ansiedade e aflição por meio de longas conversas.
- A todos os colegas do mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e, em especial, Bruna Furlanetto e Francinês Grokoski, as quais dividiram as alegrias, angústias e foram suporte durante todo o percurso.
- A todos os professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, os quais auxiliaram na construção do meu processo como pesquisador e dos quais levarei diversos ensinamentos para a vida.
- Por fim, agradeço ao Programa de Bolsas Acadêmicas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU/FUMDES), que subsidiou, por meio de aporte financeiro, a realização desta pesquisa.

No silêncio, na calma que antecede a dor
No escuro, na pausa entre
A chuva e o primeiro trovão
Seja minha canção
Estrofe, ponte e refrão

Quando a porta recusa-se a abrir e eu bato em vão
Quando vejo de longe o trem partir
Com bilhete em minhas mãos
Seja minha canção
Estrofe, ponte e refrão

Quando o lápis resiste obedecer
E eu tento me impor
Quando o copo balança
Em minhas mãos eu temo compor
Seja minha canção
Estrofe, ponte e refrão

Seja minha canção
O primeiro trovão
Seja minha canção
Um bilhete em minhas mãos
Seja tudo o que perdi
Seja o que está por vir

O Bilhete e o Trovão – Tiago Arrais

RESUMO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) se caracteriza como uma instituição resultante de demandas provenientes dos movimentos sociais, lideranças políticas e comunitárias da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e, em função disso, assume a responsabilidade de ser uma instituição pública e popular, sob a qual recaem as mais variadas expectativas, demandas e desafios. É neste contexto que a extensão universitária desenvolvida nesta instituição assume um protagonismo, pois ela se materializa como um elo entre a sociedade e a universidade por meio de seus programas e projetos. Diante desse contexto, identificou-se como problema de pesquisa “quais as dinâmicas dessa extensão universitária desenvolvida na UFFS estão presentes no desenvolvimento regional?” A partir disso, demarcou-se como objetivo geral: analisar as dinâmicas da inserção da extensão universitária da UFFS no desenvolvimento regional com base no Projeto Jovens Semeando Terra Solidária. Como abordagem metodológica utilizou-se a perspectiva qualitativa, por meio de levantamento bibliográfico e documental, a partir de documentos institucionais e outros documentos inerentes ao referido projeto, a saber: formulário de submissão, relatórios finais e o documentário “Círculos de diálogos em movimentos de extensão universitária” produzido ao final desta ação de extensão universitária. Posteriormente, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 12 jovens da agricultura familiar que participaram do processo formativo. Como resultados, pode-se identificar a importância da extensão universitária na formação dos jovens da agricultura familiar, os quais não teriam condições de frequentar cursos regulares presenciais na universidade, tendo em vista a distância entre a instituição, seus locais de residências e suas atividades profissionais. Contudo, evidenciou-se uma série de entraves, principalmente relacionados à etapa de multiplicação a qual não correspondeu com a meta estabelecida no projeto, diminuindo sua abrangência, bem como outros aspectos relacionados às relações familiares na agricultura, entre outras. No entanto, verificou-se um conjunto de dinâmicas desencadeadas a partir da formação que vão desde a articulação desses jovens em rede, o aumento da participação destes nos processos que envolvem a gestão das propriedades, o enfrentamento ao sistema convencional de agricultura por meio da agricultura sustentável, a expansão da participação destes jovens na política, em sindicatos e organizações de defesa dos direitos da agricultura familiar, até a construção coletiva de associações, agroindústrias familiares e outras inovações que podem evidenciar um contexto de desenvolvimento regional endógeno e sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Desenvolvimento endógeno. Universidade. Extensão Universitária. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The present work is the result of a master's research of the *Stricto Sensu* graduate course in social and dynamic regional policies, from the Community University of the Chapecó region (UNOCHAPECÓ). The Federal University of the South Frontier (UFFS) is characterized as an institution arising from the demands of social movements, political and community leaders of the region of the Great Frontier of Mercosul and, as a result, assumes the Responsibility of being a public and popular institution, under which the most varied expectations, demands and challenges fall. It is in this context that the university extension developed in this institution takes on a role, as it materializes as a link between society and the university through its programs and projects. Given this context, it was identified as a research problem "what dynamics of this university extension developed in UFFS are present in regional development?" From this, it was a general objective: to analyze the dynamics of the insertion of the university extension of UFFS in regional development based on the young project sowing solidarity land. As a methodological approach, the qualitative perspective was used, through bibliographical and documentary survey, from institutional documents and other documents inherent in the said project, namely: Submission form, reports Finals and the documentary "Dialogue circles in university extension movements" produced at the end of this university extension action. Posteriorly, a few interviews were carried out with 12 young people from family farming who participated in the formation process. As a result, one can identify the importance of the university extension in the formation of young people in family agriculture, who would not be able to attend regular courses at the university, with a view to the distance between the The institution, its places of residences and its professional activities. However, a series of barriers were demonstrated, mainly related to the multiplication stage which did not correspond with the goal established in the project, diminishing its scope, as well as other aspects related to family relations in Agriculture, among others. However, there was a set of dynamics triggered from the formation ranging from the articulation of these young people in the network, increasing the participation of these in the processes involving the management of the properties, the confrontation with the conventional system Agriculture through sustainable agriculture, expanding the participation of these young people in politics, trade unions and organisations to defend the rights of family agriculture, to the collective construction of associations, agroindustry family and other Innovations that can highlight a context of endogenous and sustainable regional development.

Key words: regional development. Endogenous development. University. University extension. Family farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Delimitação e localização da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul	16
Figura 2 – Localização dos <i>campi</i> da UFFS.....	42
Figura 3 – Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e as universidades presentes até o ano de 2009.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Os sujeitos entrevistados.....	54
Tabela 2 – Projetos e programas de extensão e cultura desenvolvidos na UFFS no período de 2010 a 2016	62
Tabela 3 – Número de projetos e programas por área temática	63
Tabela 4 – Envolvidos por ano em editais internos e demanda espontânea.....	63
Tabela 5 – Quantitativo de certificados emitidos pela extensão e cultura da UFFS	64

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COEPE	Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEU	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FORPROEX	Fórum dos Pró-Reitores de Extensão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUTRAF	Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SGPD	Sistema de Gestão de Processos e Documentos
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A UFFS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	22
2.1 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS UNIVERSIDADES	22
2.2 ASPECTOS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	24
2.2.1 O desenvolvimento regional na perspectiva endógena.....	29
2.2.2 A sustentabilidade do desenvolvimento	32
2.2.3 A agricultura familiar e o desenvolvimento regional	34
2.2.4 Juventude da agricultura familiar	36
2.2.5 O empoderamento dos jovens da agricultura familiar	39
2.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	41
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	48
3.2 CONSTRUÇÃO DOS DADOS	49
3.2.1 O levantamento bibliográfico e documental	49
3.2.2 Entrevistas semiestruturadas	51
3.3 CAMPO DA PESQUISA	52
3.3.1 Entrada em campo.....	52
3.3.2 Sujeitos da pesquisa.....	53
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	55
4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, PROJETO SEMEANDO TERRA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	57
4.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFFS	59
4.1.1 O Projeto Semeando Terra Solidária	64
4.1.2 O sistema de multiplicação do Projeto Semeando Terra Solidária	69
4.2 PROJETO SEMEANDO TERRA SOLIDÁRIA E SEUS POSSÍVEIS REBATIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	71
4.2.1 A permanência no campo.....	78
4.2.2 Agricultura familiar sustentável	82
4.2.3 O jovem e a gestão na agricultura familiar	89
4.2.4 Os jovens na agricultura familiar e a inovação tecnológica	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	105

APÊNDICES	114
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas.....	115
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido	117
APÊNDICE C – Termo de consentimento para uso de voz	120
ANEXO.....	121
ANEXO A – Grade de temas trabalhados no Curso Jovens Semeando Terra Solidária.....	122

1 INTRODUÇÃO

A ordem social hegemônica vigente transita ancorada na lógica do capital que perpassa todo o sistema econômico até as instituições. Neste projeto societário, a dimensão econômica do desenvolvimento é posta em relação superior à lógica da vida, potencializando desigualdades, desequilíbrios nas relações de poder, exploração frenética e prejudicial do meio ambiente e a degradação do trabalho humano. Diante desse enredo, incompatível e divergente, faz-se necessário pensar em um desenvolvimento que dialogue com a lógica do capital, porém, que busque como visão central a ampliação das liberdades humanas como balizadora deste processo, conforme teoriza Sen (2010).

Dessa forma, nas últimas décadas, intensificaram-se as discussões acerca das dinâmicas que podem influenciar o desenvolvimento de uma região, desencadeando a busca de processos que sejam permeados por fatores mais amplos, descartando os reducionismos e armadilhas do pensamento ancorado apenas na dimensão econômica e seus indicadores.

Sendo assim, perante essa diversidade de pesquisas e estudos realizados sobre as dinâmicas que influenciam no desenvolvimento regional, destacam-se: Furtado (1984), Boisier (1995), Sen (2000), Sachs (2004) e Dallabrida (2010), os quais consideram que regiões, cidades ou territórios não são dependentes unicamente de atividades econômicas para desenvolver-se, pois figuram também nesta seara um emaranhado de atividades, como: educação, tecnologia, inovação, governança pública, agricultura familiar, entre outras dinâmicas caracterizadas como potencializadoras para o desenvolvimento regional.

Sendo assim, busca-se qualificar na presente dissertação a região por meio de uma abordagem territorial, que considera o potencial endógeno do desenvolvimento, o que implica levar em consideração o envolvimento dos diferentes atores sociais atuantes no território, quais sejam: Estado, universidades, movimentos sociais, órgãos públicos, iniciativa privada, suas atuações nas diferentes escalas, sendo elas global, nacional, regional, e como cada uma delas, a partir dessas conexões, influência nos processos sociais e econômicos das regiões.

Nesta abordagem, conforme contextualiza Sen (2000), ao passo que os atores sociais operam por meio de diferentes iniciativas, introduzindo novas usabilidades ao território com vistas a acolher seus interesses, são gestadas novas oportunidades para a expansão de suas liberdades. O mesmo autor afirma que o desenvolvimento precisa levar em consideração a remoção das barreiras que limitam as possibilidades e as escolhas das pessoas, um processo de expansão das liberdades humanas (SEN, 2000).

Diante desta abordagem, o papel das universidades ganha expressão, pois nelas consiste uma força dinamizadora que permeia desde a formação de mão de obra qualificada, a pesquisa, a inovação, as tecnologias sociais e a convergência das demandas de diversos atores sociais que por ela transitam. Portanto, essas instituições vêm recebendo uma atenção crescente nos últimos anos, sendo consideradas como protagonistas deste processo (MATHIS, 2001).

Por conseguinte, é pertinente evidenciar que a presente pesquisa está debruçada sob um fenômeno que ocorre no território da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, assim denominada e delimitada pelos Planos Mesorregionais de Desenvolvimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR I). Esta mesorregião compreende um total de 396 municípios, com uma área de 120.763 km² e uma população de aproximadamente 3.815.791 habitantes, sendo que 23 municípios estão localizados na região norte do Rio Grande do Sul, 131 no oeste de Santa Catarina e 42 no sudoeste do Paraná. Sua matriz econômica registra significativas iniciativas de desenvolvimento industrial, porém, sua maior expressividade aparece no segmento da agricultura familiar, agropecuária e no setor agroindustrial, em que figura entre os principais expoentes na pauta de exportações nacionais e internacionais (MESOMERCOSUL, 2013).

Figura 1 – Delimitação e localização da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul



Fonte: Brasil (2010).

Ressalta-se, ainda, que este espaço segue historicamente as regras impostas pelo modelo econômico vigente, presente também pelos aspectos inerentes a configuração de sua colonização, atingindo todas as camadas sociais, a configuração econômica, o sistema

político, cultural e perpassando até mesmo o modelo de gestão, organização, meios e modos de produção das propriedades da agricultura familiar (TREVISOL, 2014).

Neste contexto, surge a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como sendo uma instituição diferenciada, agregando em seu bojo a materialização das demandas regionais por meio da participação dos movimentos sociais, em sua constituição. Trata-se de uma instituição que se traduz pela convergência entre a aplicabilidade das políticas públicas de expansão do ensino superior e as reivindicações dos movimentos e atores sociais. Surgiu em decorrência de demandas regionais que se faziam presentes nesta mesorregião, sendo assim, para além da graduação que é de grande relevância imediata, possui a pesquisa e pós-graduação, que também são demandas que decorrem da escassez da universidade neste contexto (DAMBROS, 2015).

Acrescenta-se a isto a extensão universitária, cujo propósito fundamental e específico de ser um elo entre os conhecimentos produzidos no âmbito universitário e as demandas da comunidade regional, caracterizando-se como a porta pela qual a universidade se insere nas dinâmicas de sua região de abrangência (SANTOS, 2000). Nessa Perspectiva, entende-se que há uma expectativa no que concerne à extensão universitária dentro do contexto do desenvolvimento regional e delimita-se como tema da presente dissertação: analisar as dinâmicas da inserção dessa extensão universitária concebida pela UFFS no desenvolvimento de sua região de abrangência, tomando como recorte o projeto Jovens Semeando Terra Solidária.

O projeto Jovens Semeando Terra Solidária desenvolveu-se nos três estados do Sul do Brasil, no período de 2013 a 2015. Tratou-se de uma proposta pioneira no país cujo público-alvo era a juventude da agricultura familiar e se tornou referência para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Participaram do curso de formação presencial na UFFS, quarenta jovens de cada estado da região Sul, os quais se envolveram na atuação como multiplicadores em seus municípios, constituindo turmas individuais de quarenta jovens (meta do projeto) com vistas a disseminar os conhecimentos adquiridos. Assim, justifica-se a necessidade de se analisar as dinâmicas da extensão da UFFS, no contexto do desenvolvimento regional, tendo em vista a abrangência de suas ações e a alcance deste projeto.

Dessa forma, o projeto Jovens Semeando Terra Solidária foi institucionalizado na UFFS, sendo protocolado no Sistema de Gestão de Processos e Documentos (SGPD) como processo, sob o número 23205.001354/2013-57, e com o nome fantasia de Curso de Capacitação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica, título que

abarca os eixos temáticos trabalhados nesta capacitação. A partir disso, foi encaminhado ao MDA para fomento e teve seu início de execução a partir da vinda dos recursos os quais foram geridos pela UFFS, por meio de um termo de cooperação técnica com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU).

Cabe destacar que a presente pesquisa abarca a mesma noção de juventude trabalhada no projeto Jovens Semeando Terra Solidária, a qual considerava que a demarcação de uma idade para a definição de juventude delimita-se como um conceito diverso e não muito claro, pois, “[...] não existe uma definição universalmente aceita para os limites de idade em que se encontra a juventude.” (ABRAMOVAY *et al.*, 1998, p. 37).

Sob o prisma de Bourdieu (1983), limitar esse período da vida a uma categorização etária se materializa como um mecanismo de poder. Este autor reconhece que o termo juventude é apenas como uma palavra, pois as formas de classificação, por meio de faixas etárias, a exemplo, entre jovens e velhos, caracterizam uma divisão de poderes, que impõem fronteiras e constituem uma ordem hierárquica, como um instrumento de manipulação. Assim, este mesmo autor entende a juventude como uma composição social, a qual depende de vários fatores para ser caracterizada, dentre estes, a própria classificação etária (BOURDIEU, 1983).

Diante do exposto, o objetivo principal desta pesquisa consiste em analisar as dinâmicas da inserção da extensão universitária da UFFS, no desenvolvimento regional, tendo por base o projeto Jovens Semeando Terra Solidária. Em vista disso, tem-se como objetivos específicos: caracterizar a experiência da capacitação de Jovens Semeando Terra Solidária como projeto de extensão universitária da UFFS; e identificar os entraves e acertos do projeto Semeando Terra Solidária com relação à sua inserção no desenvolvimento regional.

A referida pesquisa justifica-se em razão de se analisar as dinâmicas da inserção da extensão universitária da UFFS, considerando-se a gama de ações desenvolvidas nesta região, ao longo dos anos, em prol do desenvolvimento regional, através de um projeto de grande abrangência, relevância e volume de recursos, considerando os propósitos iniciais da constituição da universidade. Trata-se de uma pesquisa relevante, pois busca compreender, na prática, a materialidade da atuação da universidade no contexto regional.

Na visão de Dambros (2015), a mesorregião onde o projeto Jovens Semeando Terra Solidária foi desenvolvido, vem sendo historicamente permeada por debates sociais que transitam desde a luta pela posse da terra, luta pela emancipação da mulher, para uma nova luta: acessar um território público em que ocorra a educação pública, gratuita, democrática e popular. A UFFS é a materialização de sonhos, de significados e imagens de um passado

recente que alia a política pública aos anseios dos movimentos sociais, sobretudo, pelo que representa para os atores que a constituíram, trata-se de um projeto em constata construção (TREVISOL, 2014).

Assim, além de ser uma região considerada berço destes movimentos sociais representativos em âmbito nacional, a universidade possui um compromisso que vai além da formação acadêmica e do desenvolvimento da pesquisa, assume responsabilidades de abarcar, por meio das ações de extensão, as diferentes demandas que convergem com as reivindicações sociais presentes em sua região de abrangência (TREVISOL, 2014).

Portanto, considerando a expressiva quantidade de projetos e programas desenvolvidos pela extensão universitária da UFFS, sugere-se que a instituição pode influenciar diretamente nas dinâmicas econômicas, sociais, ambientais, políticas e culturais de sua região, podendo também contribuir na superação dos problemas que historicamente se fazem presentes na nesta mesorregião, o que também justifica o presente estudo.

Sendo assim, faz-se necessário salientar que o interesse pelo tema da presente pesquisa surgiu pela inquietação do pesquisador diante da parca quantidade de pesquisas e estudos que abordam a articulação entre extensão universitária e suas contribuições ou rebatimentos no desenvolvimento regional.

Além disso, o estudo foi instigado, a princípio, porque o pesquisador participou da fase final do referido projeto de extensão, recorte desta pesquisa, bem como por seu envolvimento com a extensão universitária, em razão de sua atuação profissional como Servidor na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) da UFFS, desde o ano de 2010, o que proporcionou a sua entrada em campo. Assim, o pesquisador atuou nesta etapa do Projeto Jovens Semeando Terra Solidária, na produção e roteirização de um documentário de caráter institucional com o intuito de perceber como os jovens, participantes do projeto, visualizavam-se após o período de capacitação.

Os conhecimentos oriundos desse contexto particular podem, por sua vez, aplicar-se a realidades distintas, permitindo analisar como as universidades, por meio da extensão universitária, podem participar, atuar e subsidiar políticas públicas que tenham impacto nas dinâmicas regionais, tendo em vista que é na extensão que se materializa o elo entre conhecimentos e demandas sociais e a universidade. Também pode apresentar a importância de estudos que possibilitem a visualização de aspectos positivos e entraves das ações da extensão nestas instituições, o que apontará como as mesmas devem construir seus percursos.

A presente dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó

(UNOCHAPECÓ), versa sobre como as dinâmicas da extensão universitária da UFFS se inserem ou influenciam no desenvolvimento regional. Diante disso, ressalta-se que o estudo se integra à Linha de Pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento, pois se configura a partir de fenômenos que ocorrem na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

Acerca da metodologia, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo em vista que não seria possível o alcance dos objetivos propostos por meio de outra abordagem. Assim, para a construção dos dados devolveu-se um levantamento bibliográfico, documental e a realização de entrevistas semiestruturadas.

O levantamento bibliográfico foi dirigido a referências dos campos teóricos que tratam do desenvolvimento regional, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento sustentável, extensão universitária, agricultura familiar, jovens na agricultura familiar, agricultura sustentável, permanência no campo, entre outros. Já o levantamento documental serviu para aproximar a pesquisa das particularidades da UFFS, da extensão praticada por esta instituição e do projeto Jovens Semeando Terra Solidária. Dentre os documentos utilizados, constaram políticas e regulamentos institucionais, dados secundários apresentados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e os documentos da experiência recorte desta pesquisa, quais sejam: Formulário de submissão de projeto; Relatórios finais e o documentário “Círculos de debate em movimentos de extensão universitária”, o qual figura no rol dos documentos finais do projeto e possui 15 relatos de gestores e jovens, coletados no ano de 2015. Além disso, foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas, com o total de 19 perguntas aos jovens participantes desta experiência.

Por fim, todas as informações foram submetidas à metodologia de análise de conteúdo, na perspectiva de Bardin (2004) e Minayo (2007), mediante as quais foram definidas como categorias de análise os eixos temáticos centrais do projeto Jovens Semeando Terra Solidária: permanência no campo, agricultura sustentável, o jovem e a gestão na agricultura familiar e os jovens na agricultura familiar e a inovação tecnológica.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro esta Introdução. O segundo “A UFFS e o desenvolvimento regional” objetiva trazer elementos necessários à compreensão sobre as universidades e o desenvolvimento regional, aspectos e noções relacionadas ao desenvolvimento regional, a perspectiva endógena do desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, a agricultura familiar e o desenvolvimento e a UFFS. Esse capítulo traz elementos e noções necessárias à pavimentação desta dissertação, pois estes perpassam e embasam todas as temáticas que envolvem esta pesquisa.

O terceiro capítulo trata do percurso metodológico pautado na abordagem qualitativa. Nele descrevem-se as técnicas e os instrumentos utilizados na coleta dos dados, o levantamento das informações, a descrição dos sujeitos de pesquisa, o tratamento dos dados e as categorias de análise.

No quarto capítulo abordam-se aspectos inerentes ao projeto Jovens Semeando Terra Solidária, caracterizado como extensão universitária da UFFS, trazendo consigo elementos da identidade desta instituição. Para isso, discute as noções de extensão universitária com o intuito de se aproximar do campo teórico que trata desta dissertação, como uma das funções-fins da universidade, acompanhada da pesquisa e a graduação. Trata, pois, de vários aspectos relativos à extensão universitária da UFFS, seu perfil, resoluções e linhas de extensão. Aborda a experiência que caracteriza o recorte desta pesquisa, como foi o processo de construção do projeto, metodologia utilizada, público-alvo, conteúdos trabalhados, entre outros aspectos, seus possíveis rebatimentos no desenvolvimento regional e as categorias de análise apresentadas por meio das falas dos entrevistados e dos relatos do documentário.

Por fim, no quinto capítulo apresenta-se as considerações finais desta dissertação.

2 A UFFS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Neste capítulo tem-se como premissa abordar as noções de desenvolvimento regional e sua relação com as universidades, trazendo para o estudo a importância do desenvolvimento endógeno e sustentável e o aporte da agricultura familiar para o desenvolvimento. Além disso, descrevem-se aspectos relacionados à instituição que coordenou a parte pedagógica e financeira do Projeto Jovens Semeando Terra solidária, quais sejam: seus aspectos fundantes, missão, visão, valores, estrutura e políticas educacionais.

2.1 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS UNIVERSIDADES

Nos últimos anos há um crescente interesse nas temáticas relacionadas à universidade e sua articulação com propostas e concepções de desenvolvimento regional. Observa-se a importância da existência de diferentes abordagens teóricas que enfatizam o papel destas instituições nas dinâmicas regionais, bem como sua relevância no âmbito da formação política e social de sua área de abrangência.

Na visão de Moraes (2000), é perceptível a importância das universidades no desenvolvimento dos países e regiões onde estão inseridas, porém, é válido avaliar que somente nas últimas décadas a relevância destas instituições para o desenvolvimento regional tem ganhado evidência e se tornado foco de estudo.

Assim, conforme caracteriza Dallabrida (2010), a operacionalização do desenvolvimento regional depende de iniciativas conjuntas por meio de um diálogo constante entre os diversos atores sociais presentes no território, são eles: universidades, movimentos sociais, órgãos públicos, iniciativa privada, dentre outros, pois tais atores influenciam de forma direta nas dinâmicas regionais e nas políticas públicas.

Diante dessa explanação, afirma-se que as universidades se materializam como atores de expressão nos processos de desenvolvimento local e regional, tendo em vista que essas possuem a função de suscitar outras forças distintas, potencializadoras de investimentos, melhora nos serviços e oportunidades, que estimulam o crescimento econômico e oportunizam o desenvolvimento da região, no que concernem as questões econômicas, fomentando a criação de novos empreendimentos, gerando empregos e vinculando-se ao setor produtivo (MORAES, 2000).

Por sua vez, Friedhilde e Liberato (2008, p. 34) entendem que “O papel das universidades no desenvolvimento regional vem recebendo atenção crescente nos últimos

anos, sendo consideradas como protagonistas destes processos”. Diante disso, ressalta-se que as universidades cumprem funções diversificadas, pois vinculam-se ao setor produtivo, colaborando para o desenvolvimento econômico e social das regiões onde estão inseridas, através da oferta de suporte científico e tecnológico.

Por meio de suas funções fim, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão, essas instituições possuem um papel abrangente, possibilitando que as discussões sobre desenvolvimento, cultura e sustentabilidade, de uma forma geral, irrompam o contexto acadêmico e materializem-se como elementos essenciais para influenciar no desenvolvimento (GOEBEL; MIÚRA, 2004).

Corroborando com essa ideia, Veiga (2006, p. 40) indica que a “[...] universidade causa influência direta sobre a região em que se localiza.” Por um lado, atua como empregadora e como geradora de fluxos de gastos dentro da região, gerando impactos dinâmicos de interação entre as universidades, as empresas localizadas na região e a comunidade em geral. O autor ainda destaca o engajamento direto na promoção do desenvolvimento interessa à própria universidade, pois esta possui uma interdependência direta ao dinamismo das áreas em que atua para assegurar os recursos necessários à sua manutenção, reprodução e expansão (VEIGA, 2006).

Sob a ótica de Goebel e Miúra (2004), essas instituições se destacam no cenário do desenvolvimento porque são um importante chamariz para a obtenção de novos investimentos em seu entorno, por meio da injeção de recursos financeiros provindos pela instituição, tais como, pagamentos dos salários, professores, técnicos administrativos e bolsistas, coincidente à necessidade da aquisição de equipamentos, realização de obras, manutenção e outras despesas de custeio destas instituições. Ademais, enfatiza-se que a quantidade de alunos vindos de outras cidades tende a aumentar, relacionado ao aumento de vagas oferecidas pelas universidades, o que também gera renda no município, tendo em vista que os estudantes passam a consumir serviços e movimentar a economia local. Estas circunstâncias estabelecem um emaranhado de fatores com um papel importante na questão econômica local, pois passa a influir um efeito dinamizador e multiplicador sobre as atividades econômicas locais (GOEBEL; MIÚRA, 2004).

Ainda sob a visão de Goebel e Miúra (2004), a universidade constitui-se em uma energia centrípeta com vistas a aproximar-se de diversidades culturais e de lazer. Os “arredores universitários” apresentam conveniências que sustentam o acréscimo de investimentos locais, uma vez que se trata de uma fonte de mão de obra especializada, estando próximos de áreas procuradas pelo mercado consumidor, fornecendo em vários municípios

bases de uma organização estrutural, quais sejam: hospitalar, artístico, de telecomunicação, descanso e transporte. A ascendência de tecnologia adaptada ou de progresso de processos produz um local adepto tanto para a atração de novos afazeres, quanto para o advento endógeno de novos empreendimentos.

Mathis (2001, p. 23) enfatiza que “[...] as universidades possuem uma função humanista e transformadora, podendo assumir papel de promotoras no processo de desenvolvimento local e regional.” Isto se deve à sua alta capacidade de lidar com a complexidade e ao fato de terem condições de gerar integração para processar as ligações e interdependências que existem entre as várias dimensões do desenvolvimento. Ainda para o autor, a universidade é um catalisador de esforços em favor do desenvolvimento de uma região (MATHIS, 2001). Por fim, a universidade ainda influencia o ambiente cultural local, a formação de lideranças e a formulação de visão estratégica sobre os condicionantes econômicos da região, possibilitando, com isso, o aumento das liberdades humanas que convergem com a visão de desenvolvimento de Sen (2010).

A seguir, serão apresentados noções e aspectos inerentes ao desenvolvimento regional.

2.2 ASPECTOS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ao se contextualizar as dinâmicas regionais, seus reflexos no desenvolvimento e a noção mais adequada a ser adotada para subsidiar as políticas públicas, em determinada região ou território, faz-se necessário apresentar noções da palavra desenvolvimento. Isso porque trata-se de um termo com força dinâmica, que abarca uma pluralidade de correntes teóricas e se modifica com o passar dos tempos. Assim, torna-se imprescindível destacar que essas mesmas noções podem assumir posturas diferentes, diante da vontade do Estado, ou mesmo pela transformação das noções ao longo dos séculos.

Antes de qualquer coisa o desenvolvimento regional, remete a se pensar na participação da sociedade local no “[...] planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento” (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p. 31). Além disso, ele pode ser considerado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social, voltado “[...] para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras” (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

O desenvolvimento regional passou a ser um dos objetivos, e atenção dos estados e entidades internacionais, passando a figurar nas agendas governamentais e debates, somente

por volta de 1945. Houve, pois, uma intensa controvérsia gerada pela polissemia de noções e termos para defini-lo, sendo agravada pela adição relacionada ao uso do termo subdesenvolvimento e suas causas, bem como a busca de soluções para que os países encontrados nesta situação pudessem alcançar o desenvolvimento (ESTEVA, 2000).

Ainda para o autor, nos anos de pós-guerra os debates a respeito dessas temáticas apontaram como estratégia fundamental a criação de políticas de industrialização a esses países, objetivando a superação do subdesenvolvimento e a pobreza que ocorria, principalmente, ao sul da linha do Equador (ESTEVA, 2000).

Uma das transformações mais significativas das últimas décadas no que tange às noções sobre o desenvolvimento, utilizadas por muitos Estados contemporâneos, ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, no discurso de posse do presidente americano Harry Truman, em 1947, assinalando aquela época como sendo a era do desenvolvimento, denominando as nações que não “[...] tinham atingido uma desejável evolução industrial e científica como subdesenvolvidas” (ESTEVA, 2000, p. 59-60).

No entanto, essa não foi a primeira vez em que o termo foi utilizado, pois Wilfred Benson já o havia utilizado quando se reportou a algumas áreas subdesenvolvidas no mundo ao escrever as bases econômicas para a paz. Porém, foi a partir do discurso de Truman que o termo passa a ser valorizado e incorporado no exercício de comparação entre as economias (ESTEVA, 2000).

Assim, no ano de 1948, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a qual se tornou referência em se tratando de desenvolvimento dos países da América Latina. Esses países se encontravam no rol dos subdesenvolvidos e se viam prejudicados em função da disponibilização por parte dos Estados Unidos da América, de “[...] grande volume de recursos para a recuperação da Europa pelo Plano Marshall, sendo que os governos latino-americanos passavam a desejar que se fizessem o mesmo com a América Latina.” (DALLABRIDA, 2010, p. 85).

A criação da CEPAL tinha como especificidade alterar as perspectivas para o desenvolvimento ao se introduzir novas noções e conceitos que pavimentaram a construção de uma nova teoria a respeito desse tema, o que viria a ser considerado posteriormente como estruturalismo latino-americano. Buscava-se, “[...] compreender o subdesenvolvimento regional como conjuntura fundamental dessas economias” (DALLABRIDA, 2010, p. 86).

Ainda, conforme explica Dallabrida (2010, p. 86), essa instituição tinha como objetivo “[...] tentar responder quais são as principais causas do subdesenvolvimento e o que se pode

fazer para superá-lo [...]”, bem como “[...] introduzir parâmetros não puramente econômicos para explicitar o subdesenvolvimento, principalmente aqueles que dizem respeito a distribuição da renda e dos meios de produção (terra) dentro da estrutura social.”

Diante disso, passou-se a formular políticas econômicas que levassem em consideração as condições sociais, culturais e históricas na América Latina, o que conseqüentemente refletiu nas noções sobre o desenvolvimento no mundo. A CEPAL se caracterizou, segundo Bielschowsky (2002, p. 15), “[...] como a primeira escola de pensamento surgida no âmbito do subdesenvolvimento com um novo viés para o significado do desenvolvimento.”

Além disso, Amaro (2003, p. 12-13) destaca vários fatores que vieram contribuir para a necessidade da revitalização das noções e estratégias para o desenvolvimento no mundo nas décadas seguintes: a) a frustração dos países subdesenvolvidos diante das receitas e modelos de desenvolvimento que lhes eram propostos e impostos; b) o aparecimento de sintomas claros de mal-estar social nos países denominados de desenvolvidos; c) a emergência de consciências ambientais sobre os problemas de desenvolvimento; d) a crise econômica que pôs em causa a esperada relação virtuosa entre crescimento econômico e desenvolvimento; e) também nos países socialistas, a exposição de indícios de crises e mal-estares sociais, econômicos, ambientais e políticos.

Assim, o desenvolvimentismo fortemente disseminado no cenário internacional e que se caracterizava pela valorização do crescimento econômico em detrimento das demais dimensões do desenvolvimento, teve um declínio na década de 1970, tendo início a uma busca interminável por novos conceitos e estratégias para a acepção da palavra desenvolvimento, o que perdurou pelos próximos trinta anos (DALLABRIDA, 2010).

As críticas ao modelo de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, implantado em diversos países, conduziu a inúmeros resultados pelo mundo afora e muitas críticas, enfrentamentos e revisões, o que exigiu se pensar no termo de forma diferenciada, adaptado para um novo contexto histórico (AMARO, 2003).

Dessa forma, a busca por novas noções para o desenvolvimento fez emergir uma diversidade de estudos e abordagens teóricas mais recentes. Contudo, conforme descrito por Dallabrida (2010, p. 111), mesmo com uma pluralidade de autores que contextualizam esta temática, nos âmbitos local, regional e territorial, existem três noções comuns aos mesmos, as quais determinam que o desenvolvimento: “(1) refere-se ao um processo de mudança estrutural localizado; (2) remete a uma responsabilidade fundamental à sociedade regional; (3) inclui a dinamização socioeconômica associada a melhoria da qualidade de vida de sua

população.” Além disso, traz como noção preponderante a associação de desenvolvimento com evolução econômica e, conseqüentemente, a melhora na qualidade de vida da população.

Compete ainda delimitar que há uma diferença entre os conceitos de crescimento econômico e o de desenvolvimento. Segundo Boisier (2003), mesmo estando relacionados, estes conceitos não possuem impreterivelmente entre si uma relação hierárquica. Ainda sobre o mesmo ponto de vista, o autor descreve que o “[...] desenvolvimento e crescimento são conceitos estruturalmente distintos: intangível o primeiro, material o segundo, com tudo o que ele implica; sem dúvida não conhecemos a natureza da relação entre ambos, já que claramente não se trata de questões independentes.” (BOISIER, 2003, p. 3).

De acordo com Furtado (1984), o real desenvolvimento é, acima de tudo, um procedimento social e cultural, e somente secundariamente econômico. O crescimento econômico é uma condição necessária, mas para o desenvolvimento não é o suficiente.

Portanto, faz-se necessário ressaltar que as principais correntes de pensamento, relacionadas às teorias do desenvolvimento, tiveram como foco mais específico as regiões ou territórios. Segundo Cavalcante (2008), abordagens são divididas entre as que priorizam o fator localização, construídas a partir das pesquisas de Von Thünen, em 1926, e de Isard, em 1956, e as abordagens que derivam do pensamento que compreendem o desenvolvimento a partir da industrialização, tendo como principais teóricos Marshall (1890) e Keynes, em 1936, e os pesquisadores que derivam dessas teorias, quais sejam: Perroux (1967), Myrdal (1965) e Hirschman (1961).

Assim, conforme Dallabrida (2010, p. 110), nas últimas décadas “[...] se exacerbou o debate entre os que negam e os que afirmam a especificidade teórica do desenvolvimento [...]” e foi por meio disso que surgiram uma pluralidade de abordagens, algumas “[...] cunho mais liberal, outras de cunho Keynesiano, ou até mais revolucionárias, como autores marxistas.”

Dentre as abordagens modernas, classificadas por Dallabrida (2010, p. 112) como regionalistas, são, em geral, incorporadas pela academia à divisão entre quatro vertentes principais, quais sejam: “(1) abordagem que tem como referência básica o conceito de distritos industriais marshalliano; (2) abordagens regulacionistas; (3) abordagens neoschumpeterianas ou da economia evolucionária; (4) abordagens institucionalistas e/ou neoinstitucionalistas.” O mesmo autor complementa que essas abordagens elaboradas principalmente após a década de 1980 “tem como foco de observação, teorização e análise, o local, a região ou território”.

Dessa forma, o chamado desenvolvimento regional se configura como um processo de mudanças estruturais, que buscam uma dinamização econômica e que auxiliam na melhoria das condições de vida para determinados indivíduos levando em consideração a economia, a sociedade e a cultura de cada local (DALLABRIDA, 2010).

Conforme caracteriza Haddad (1999), a necessidade de se firmar uma diferenciação entre os conceitos de desenvolvimento regional e crescimento econômico.

Para delimitar a concepção fundamental de um processo de desenvolvimento regional, é preciso, desde o início, distingui-la do mero processo de crescimento econômico. A localização e a implantação de novas atividades econômicas numa região podem elevar os seus níveis de produção, de renda e de emprego a um ritmo mais intenso do que o crescimento de sua população, sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social (HADDAD, 1999, p. 9).

Na opinião de Siedenberg (2008), o desenvolvimento regional ocorre como um movimento a partir de um determinado local e gera modificações tanto na sociedade, quanto na economia, podendo trazer progresso para o próprio local ou região e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população daquele território.

Em outras palavras, esse tipo de desenvolvimento abarca o crescente esforço local na formulação de políticas para o território ou região com o objetivo de superar as questões centrais da complexidade contemporânea e que tornam a região o elemento principal de seu processo de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2010).

Semelhante a isso, Boisier (2003, p. 45) entende que o desenvolvimento regional proporciona uma “[...] modificação estrutural que é capaz de promover a dinamização nas questões de condições sociais quanto econômicas.” Neste contexto, é pertinente salientar que ocorreram nessas regiões diferentes processos de desenvolvimento, sendo que em algumas estas dinâmicas foram mais tardias do que nas demais, gerando assimetrias regionais no que tange os aspectos sociais e econômicos (BOISIER, 2003).

No Brasil, segundo Alves e Rocha Neto (2014), essas assimetrias regionais foram se constituindo e intensificaram-se ao longo da história. Diversos autores creditam essas assimetrias regionais ao processo de industrialização concentrada, ocorrido no século XX, com os deslocamentos da massa populacional para os centros urbanos e com os processos de urbanização intensificados a partir dos anos 70 (ALVES; NETO, 2014).

Diante disso, faz-se necessário ressaltar que o Brasil dispõe de um

[...] espaço nacional heterogêneo, continental, heterônimo, em que convivem estruturas sociopolíticas anacrônicas em ambiente moderno de urbanização

abarcante e de uma sociedade de massas complexa, marcada por fortes e reiterativas desigualdades sociais e inter-regionais durante toda a sua história (BRANDÃO, 2011, p. 19).

No entanto, considera-se que algumas ações foram empreendidas com vistas ao desenvolvimento das regiões. Conforme caracterizam Alves e Rocha Neto (2014, p. 311), foi a partir do final dos anos 1930 que “[...] as iniciativas de planejamento e implantação de políticas de desenvolvimento no Brasil estiveram associadas a preocupações com a ocupação dos vazios territoriais e em alguma medida com a redução das desigualdades regionais.” Essas políticas, segundo os autores, ganham centralidade na agenda nacional nas décadas 1950 e 1970, “[...] passando por um enfraquecimento paulatino durante toda a década de 1980 e culminando em sua derrocada no final dos anos 1990.”

Em vista disso, entende-se que as desigualdades regionais existentes no Brasil nunca foram enfrentadas de forma apropriada, mesmo com todo processo de democratização e descentralização federativa, empreendidos pela constituição de 1988. Sendo assim, é importante destacar que as dificuldades de efetivação da PNDR I e sua reedição a PNDR II, que ainda está em fase de tramitação, bem como as “[...] disparidades econômicas e sociais entre as regiões e a grande concorrência entre os entes federativos gera uma série de entraves e desafios para a superação das assimetrias regionais e a instituição de políticas de desenvolvimento efetivas que possam transcender a realidade atual” (BRANDÃO, 2011, p. 123).

Portanto, com o objetivo de analisar como as dinâmicas da extensão universitária se inserem no desenvolvimento regional por meio de um projeto que teve como público-alvo jovens rurais da agricultura familiar, torna-se relevante que se abordem, de forma mais detalhada, alguns temas, a começar pelos próprios conceitos de desenvolvimento endógeno e de desenvolvimento sustentável. Tema este a ser melhor contextualizado, na sequência.

2.2.1 O desenvolvimento regional na perspectiva endógena

Ao se visualizar uma determinada região, com a perspectiva de se levantar as possibilidades de desenvolvimento, precisa-se entender que não existe desenvolvimento sem a formação de ganho, tanto no campo econômico, quanto nos campos social, ambiental e cultural, ou seja, os benefícios gerados pelos processos devem superar seu ônus.

Assim, surge o desenvolvimento endógeno que consiste em um movimento de disseminação, que se inicia no interior de um sistema e, que apesar das diferentes

interferências como a globalização, flui para o exterior e tem origem nas mais diversas singularidades territoriais, onde gera uma economia dinâmica através de suas potencialidades e uma melhor condição de vida para atores locais.

Dessa forma, no entendimento de Martins (2002, p. 48), trabalhar o “[...] desenvolvimento regional de forma endógena não significa apenas suprir carências materiais de determinada região, mas a busca pelas potencialidades existentes na sociedade local.” Esse processo deve originar-se em um contexto, no qual os próprios habitantes daquele território constroem o caminho para o desenvolvimento, não sendo estes apenas impactados por processos provindos de outras instâncias. Diante disso, o desenvolvimento endógeno deve se caracterizar pela melhora na qualidade de vida dos habitantes daquele determinado território, sendo construído por meio de um processo de melhora no padrão de vida, aprimoramento do consumo de recursos controlados e na garantia da participação social (PAIVA, 2005).

Neste sentido, salienta-se que o diálogo entre os vários atores sociais representativos é característica importante para esses modelos de desenvolvimento endógeno. Esses atores são compostos pela sociedade civil organizada, o mercado e o próprio governo e que utilizam dos espaços de governança pública para participar da gestão das políticas para aquele território (BUARQUE, 2004).

O enfoque teórico sobre desenvolvimento local e endógeno, conforme Dallabrida (2010), diz respeito ao papel do território em explorar suas características, a fim de suprir as necessidades locais ou territoriais da população, com vistas à redução das desigualdades. Assim, define-se o desenvolvimento, por meio de um enfoque endógeno territorial, como sendo,

[...] um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais e recursos (materiais e imateriais) existentes no local, com vista a dinamização econômica e à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2010, p. 153).

Conforme explica Furtado (1978, p. 80), esse tipo de desenvolvimento é “[...] expressão da capacidade de criar soluções originais aos problemas específicos da sociedade.” Em suma, esse tipo de desenvolvimento acontece quando as localidades buscam soluções conjuntas para dinamização de suas atividades, e melhora da qualidade de vida. É, portanto, um desenvolvimento que acontece do local para o global (PAIVA, 2005).

Nesta perspectiva, julga-se necessário compreender que o desenvolvimento endógeno acontece a partir de territórios ou região. Sendo assim, Santos (2000, p. 10) ensina que “[...] o

território não é somente um conjunto de sistemas naturais e de coisas superpostas, ele o define como a base para os acontecimentos que influenciam nas relações da sociedade.” Além disso,

[...] o território tem que ser entendido como território usado, não território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2000, p. 10).

Igualmente a isso, Riedl e Maia (2007, p. 29) enfatizam que: “O território, seja ele qual for, é entendido como espaço em que as relações sociais são conferidas historicamente. Os elementos presentes na discussão do território possibilitam avançar teórica e metodologicamente na compreensão do regional inserido numa economia globalizada.”

Assim, para que se possa entender este tipo de desenvolvimento, faz-se necessário a sua contextualização. Na perspectiva de Paiva (2005, p. 33), uma região não tem uma essência essencialmente física, mas é resultado de uma construção social e de um processo de regionalização. Esse processo, assim como seus resultados, é função dos objetivos daqueles que o põem em curso. Desse modo, um mesmo território pode e deve ser objeto das mais distintas regionalizações. Portanto,

Se o que se busca é definir e diferenciar os potenciais de produção agropecuária de um determinado território, o tipo e a qualidade do solo, o clima (inclusive o padrão pluviométrico), a disponibilidade de recursos hídricos, e a estrutura fundiária, parecem ser os critérios fundamentais (ainda que não exclusivos) de um processo de regionalização. Diferentemente, se o que buscamos é identificar e diferenciar padrões de desenvolvimento regional, o critério fundamental de regionalização deve ser o desempenho socioeconômico de longo prazo, balizado pelos determinantes (cuja identificação, pressupõe uma pesquisa específica) deste mesmo desempenho (PAIVA, 2005, p. 1).

Na concepção de Barquero (2002, p. 49), o desenvolvimento endógeno ocorre “[...] quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural.” Necessita, ainda, conforme o mesmo autor, “[...] a existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante o uso de recursos disponíveis e a introdução de inovações, garantindo criação de riqueza e melhoria do bem-estar.” (BAQUERO, 2002, p. 49).

Contudo, compreende-se que o desenvolvimento endógeno deve ser entendido como um processo no qual o crescimento econômico induz a uma contínua ampliação da capacidade de geração e agregação de valor sobre os produtos de determinada região e também da

capacidade de absorção dessa na retenção do excedente econômico gerado na economia local e na atração de excedentes provenientes de outras regiões (AMARAL FILHO, 2001).

Aborda-se, a seguir, aspectos sobre o desenvolvimento sustentável.

2.2.2 A sustentabilidade do desenvolvimento

Atualmente, existe uma pluralidade de autores que versam sobre temáticas correlatas ao desenvolvimento sustentável, assim como sobre a sustentabilidade e como superar os desafios da sua materialização frente a realidade dos centros urbanos e as assimetrias econômicas existentes em nosso planeta.

A sustentabilidade, na visão de Ayres (2008, p. 51), surge como uma noção normativa relacionada à forma pela qual a humanidade deve agir com relação à natureza, e sublinha sua responsabilidade para com seus pares e as futuras gerações. Diante disso, verifica-se que a sustentabilidade se entrelaça ao crescimento econômico, no entanto, baseia-se na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais (LOZANO, 2012).

Além do mais, ela é discutida como um estado em 3 tipos de ambições (ou conflitos) sejam eles cumpridos ou resolvidos: (1) a conveniência da geração contemporânea em maximizar as suas atuais condições de vida (desenvolvimento sustentável econômico), (2) a procura de uma equalização das circunstâncias de vida entre ricos e pobres (desenvolvimento sustentável civil) e (3) os interesses das próximas gerações que não estão comprometidas pelo bem-estar das necessidades da população atual (desenvolvimento sustentável ambiental) (HORBACH, 2005).

Há, no entanto, algumas divergências entre o termo sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, isto ocorre em função de que a sustentabilidade é usada para delinear os processos e atividades (finanças sustentáveis, serviços sustentáveis, entre outros). Em mais casos, as atividades apontam ser sustentáveis, como o turismo sustentável, a agricultura sustentável ou os edifícios sustentáveis. Já o desenvolvimento sustentável se concentra especialmente nos indivíduos e seu bem-estar (MOLDAN; JANOUAKOVÁ; HÁK, 2012).

Logo, o termo desenvolvimento sustentável foi definido a partir do final dos anos 1980, considerando sua abordagem descrita no Relatório “Nosso Futuro comum” (também conhecido como Relatório de Brundtland), em 1987, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), onde mencionava que o crescimento econômico deveria ocorrer de maneira socialmente igualitária e ecológica e o definia como

“[...] o atendimento das necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (WCED, 1991, [s.p.]).

Porém, foi a partir da Conferência Rio-92 que o conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido e se popularizou com maior vigor, despertando interesse para problemas como a degradação ambiental, cultural e social, geradas a partir dos processos de desenvolvimento e suas relações com o crescimento econômico dos países e regiões (SWARBROOKE, 2000).

No entendimento de Almeida (1997, p. 10), o desenvolvimento sustentável é “[...] mais do que um conceito, é um processo de mudança, onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das futuras gerações.”

Diferentemente disso, Camargo (2002, p. 43) explica que, em essência,

[...] o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Assim, verifica-se, por meio da compreensão de Sachs (2004, p. 53), que “[...] esse tipo de desenvolvimento deve ser assimilado por meio de uma perspectiva multidisciplinar e sistêmica, que contemple diversas dimensões para sua efetivação.”

No entanto, as primeiras correntes de pensamento relacionadas ao desenvolvimento sustentável surgiram com base em três pilares fundamentais a sua materialização. São eles: ambiental, social e econômico. Contudo, as abordagens mais recentes, surgidas principalmente a partir das pesquisas realizadas por Ignacy Sachs, utilizam o emprego do termo dimensões e definem que o desenvolvimento sustentável parte das dimensões: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico e político (SACHS, 2004).

Os muitos fatores e critérios correlatos ao desenvolvimento sustentável e suas noções implicam em uma série de consequências e princípios éticos, que precisam estar inseridos nos contextos territoriais e permear as políticas de desenvolvimento para cada região. No entanto, para que esse tipo de desenvolvimento se torne algo aplicável e viável, requer-se do poder público e da sociedade uma nova forma de pensar o desenvolvimento, que este tenha um caráter endógeno e que seja construído por meio de um esforço coletivo (ALMEIDA, 1997).

Mediante essas premissas foram desenvolvidos objetivos para o milênio em se tratando de desenvolvimento sustentável, como explica Sachs (2012 p. 2.206): “[...] os

objetivos de desenvolvimento do milênio marcam um histórico e efetivo método de mobilização global para alcançar um leque de importantes prioridades sociais em todo o mundo.” Eles expressam a prioridade pública geral de preocupação com a pobreza, fome, doenças, não acesso à educação, desigualdade de gênero, e degradação do meio ambiente. Resumindo essas prioridades em um conjunto facilmente compreensível de oito objetivos, e ao se estabelecer objetivos mensuráveis e horários, ajudam promover consciência global, responsabilidade política, métricas aprimoradas, *feedback* social e pressões públicas (SACHS, 2012).

Em síntese, conforme Sachs (2012), os objetivos do desenvolvimento sustentável são uma importante ideia, e poderão ajudar, finalmente, a mover o mundo para uma trajetória sustentável. São, pois, metas desenvolvidas certamente para os países pobres, sendo que os países ricos deveriam indicar sua solidariedade e assistência por meio de financiamento e tecnologia. Os ODS terão, necessariamente, uma abordagem diferente sobre isso.

Na sequência, aborda-se, os aspectos sobre o desenvolvimento regional e sua relação com a agricultura familiar.

2.2.3 A agricultura familiar e o desenvolvimento regional

Na atualidade, observa-se que a agricultura é muito mais do que a sua parte inserida nas cadeias produtivas, pois abrange a alimentação, a gestão do ambiente e a cultura humana. Para muito além do objetivo de gerar lucro, a agricultura é vista como a atividade humana de gerenciamento de ambiente e para obter alimentos e outros produtos (SOGLIO; KUBO, 2016).

Na perspectiva de Rosa (1999), em nosso país, essa se encarrega por mais de 70% da geração de alimentos, corresponde a 35% do PIB nacional, se materializa como a base econômica de aproximadamente 90% dos municípios, acomodando cerca de 40% da população economicamente ativa, gerando milhões de empregos. Cabe destacar que a história evolutiva da agricultura se encarregou de separar dos agricultores em categorias sociais. E a evolução do capitalismo acaba por transformá-los, resumidamente, em três grandes grupos: empresários capitalistas, agricultores familiares e assalariados rurais. Esse processo de diferenciação, envolvendo dinâmicas de produção e reprodução distintas, apresenta características que precisam ser consideradas se o objetivo for a sustentabilidade da agricultura em direção ao desenvolvimento (CARMO, 2004).

Assim, o atributo crítico que diferencia um arranjo de agricultura familiar da agricultura industrializada empresarial é o emprego do serviço familiar, perante o trabalho assalariado. A unidade de agricultura familiar diferencia-se expressivamente da unidade agrícola capitalista pela sua conjuntura, pois seja qual for o seu estágio de mecanização, sua amplitude de área cultivada ou receita, o componente elementar de trabalho provém dos integrantes do grupo familiar. Em contraposição, as grandes agroindústrias empregam centenas de trabalhadores assalariados (BURBACH; FLYNN, 1982).

Na visão de Wanderley (2008, p.34), na agricultura centrada no modelo familiar, em contraposição ao modelo empresarial,

[...] a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Esses princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia. A fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção.

Sob o prisma de Lamarche (1993), a agricultura familiar rege-se na personalidade existente entre exploração e família, o que significa dizer, que as atividades são efetivadas e em prol da família, visando sua manutenção e bem-estar. Corroborando com esta perspectiva, Abramovay (1998) discorre sobre três características básicas essenciais na agricultura familiar, quais sejam: gestão, propriedade e trabalho familiar. O autor concebe que a gestão da propriedade e a grande participação no trabalho procede das pessoas que mantêm, entre si, laços de sangue.

Nesta mesma perspectiva, Wanderley (2001) alega que a agricultura familiar pode ser compreendida como aquela na qual a família, ao mesmo tempo, em que é dona dos bens de produção (produzindo para o mercado e para consumo), assume o trabalho na unidade produtiva. Para essa autora, o entrelaçamento dessas duas qualidades, ou seja, o feito de uma estrutura produtiva relacionar família, produção e trabalho, possui efeito essencial na maneira como ela age econômica e socialmente.

Contudo, embora esses agricultores familiares estejam na mesma categoria, diferem-se na questão de infraestrutura, ao passo que variações relacionadas ao tamanho das propriedades, às tecnologias aplicadas, aos recursos financeiros empregados, à quantidade e ritmo de produção, entre mais. Esses condicionantes são capazes de abalizar a situação financeira destes agricultores familiares (LAMARCHE, 1993).

Na visão de Carneiro (2009), a agricultura familiar precisa ser valorizada como segmento originador de trabalho e renda, de forma a edificar um movimento em direção ao desenvolvimento regional, que resulta a manutenção de parte da população no campo. De acordo com a autora, a agricultura familiar, em nosso país, caracteriza-se como uma significativa atividade agrícola, que motiva o mercado interno, gera trabalho e receita a milhares de brasileiros. Contudo, as desigualdades existentes entre as regiões e a escassez de fomento à consolidação da agricultura familiar constituem-se ainda entraves para que essa atividade se efetive como fator importante para o desenvolvimento.

Sob o enfoque da agricultura familiar, o ambiente rural está agregado à ideia central de que o território contém um tecido social, uma disposição complexa permeada por laços que vão para além de seus recursos naturais. O espaço agrícola, no qual habita um enredo de relações com raízes históricas, identidades e configurações políticas, desempenha um papel até agora pouco assimilado no tocante aos processos desenvolvimento regional (ABRAMOVAY, 2001).

Nesta visão, Boiser (1995) contextualiza que o desenvolvimento regional se constitui numa expressão ampla, abarcando também o desenvolvimento do espaço rural, no qual se encontram as pequenas localidades, as mudanças de ordem socioeconômica e de característica basilar, os sistemas e os processos decisórios, a serem democraticamente construídos, com o envolvimento da comunidade pertencente aquele território.

Por fim, sublinha-se como necessário trazer aspectos sobre a juventude rural, a qual se materializa como ator importante na construção de um projeto de desenvolvimento regional a partir da agricultura familiar.

2.2.4 Juventude da agricultura familiar

A agricultura familiar, conforme contextualizada pelo conjunto de autores acima, caracteriza-se como aquela na qual a força de trabalho e o cuidado com a propriedade é despendido pelos próprios componentes da família. Sendo assim, é demasiadamente importante destacar o papel dos jovens deste contexto, os quais, por anos, foram invisíveis nos debates acadêmicos, políticas públicas e têm sido, costumeiramente, associados à migração para as cidades em busca de melhores condições de vida.

Cabe destacar que a invisibilidade e a falta de políticas públicas estende-se também aos jovens, em geral, e em diferentes contextos, estando associada, muitas vezes, à existência de uma série de definições divergentes, relacionadas, principalmente, á quais sujeitos

compreenderia o termo juventude e os elementos necessários para inclui-los nesta categoria social, o que dificulta os debates, levando-os à invisibilidade.

Corroborando com esta visão, Carneiro e Castro (2007) definem a juventude, como uma categoria social culturalmente determinada, na qual a delimitação desta etapa da vida é cercada por uma série de imprecisões. O termo “juventude” acaba sendo caracterizado como a etapa final dos estudos, à saída da casa paterna, à construção de uma nova família, o início da vida profissional, ou, ainda, determina-se em muitos debates unicamente pela faixa etária.

Esses autores afirmam que a juventude da agricultura familiar deve ser compreendida por meio de duas dinâmicas sociais, as quais colocam em perspectiva ação do contexto como dinâmica territorial que associa-se a família (casa), a vizinhança (comunidade local) e os centros urbanos e por outro lado a dinâmica temporal, relacionada com o passado das tradições familiares, que suscita as práticas, metodologias adotadas, as relações familiares e a dinâmica do futuro, que se preconiza, especialmente, através das escolhas, pela sucessão ou migração para os centros urbanos, por exemplo. Os mesmos, complementam contextualizando que “[...] mais do que espaços distintos e sobrepostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade” (CARNEIRO e CASTRO, 2007, p.24).

No entendimento de Zagury (2004), a categoria juventude deve ser considerada como uma etapa do desenvolvimento humano que requer direitos e deveres específicos, demandando um olhar especial, não levando em consideração apenas a faixa etária e tendo em vista a diversidade de questões que a tangenciam.

Além disso, a juventude, particularmente a rural, encontra ainda mais dificuldades para figurar nos debates e inserir-se no campo das políticas públicas, tendo em vista que são percebidos como uma minoria perante a massa populacional dessa categoria no país, sendo frequentemente associados à migração do campo para a cidade. Contudo, sublinha-se que os jovens rurais representam uma expressiva categoria social que compreende aproximadamente 8 milhões de sujeitos, o que não se caracteriza como uma minoria ou pequeno contingente e requer atenção especial, no tocante às suas demandas (WEISHEIMER 2005; CASTRO, 2009).

Ressalta-se, ainda, que a juventude rural vem sendo amplamente associada à migração para os centros urbanos e o desinteresse pela vida no meio rural. Na visão de Castro (2009), esta ligação materializa-se como um elemento que colabora na produção da invisibilidade desses jovens, como importante categoria social, responsável pela construção de identidade, renovação do campo e por consequência de demandas sociais.

No tocante à questão da migração do campo para a cidade, conforme contextualiza Carneiro (2007, p.85),

Os jovens oscilam entre o projeto de construírem vidas mais individualizadas, o que se expressa no desejo de “melhorarem o padrão de vida”, de “serem algo na vida”, e o compromisso com a família, que se confunde também com o sentimento de pertencimento à localidade de origem, já que a família é o espaço privilegiado de sociabilidade nas chamadas “sociedades tradicionais”.

Essa dicotomia entre permanecer no campo ou migrar para a cidades acarretou, nas últimas décadas, em nosso país, um acentuado esvaziamento do campo, especialmente, na categoria social da juventude rural e, principalmente, no gênero feminino. Estes jovens, que optam pela migração, visam principalmente melhores possibilidades de trabalho, melhoria nas condições de vida e este fato vem contribuindo para o envelhecimento da população que vive no campo, tendo em vista os altos índices de migração e a masculinização do meio rural. Para além disso, percebe-se também, neste espaço, um decréscimo da fecundidade colaborando equitativamente na diminuição da população camponesa (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1998).

A juventude da agricultura familiar é afetada pela dissolução das fronteiras entre os territórios urbanos e rurais, estabelecida pela falta de possibilidades para os que vivem desta atividade. Na conjuntura social e econômica, acredita-se que estes jovens anseiam afirmações para o futuro e visam constituir seus projetos de vida, os quais são habitualmente vinculados ao desejo de inserção no mundo moderno, melhores condições de infraestrutura e acesso a tecnologias (CARNEIRO, 1998).

Sob a ótica de Silvestro *et al* (2001), muitos filhos de produtores da agricultura familiar deixam as propriedades familiares, principalmente, em busca de melhores oportunidades, pois comparativamente às atividades ligadas ao campo são consideradas pouco atrativas quanto aos rendimentos. Em continuidade, Brumer (2014) descreve que, no segmento da juventude rural, são fontes motivadoras a saída do campo, as más condições de trabalho fortemente associadas às incertezas de rentabilidade.

Ademais, além das questões que envolvem o trabalho, esses jovens são desmotivados também a permanecer no campo em função das relações sociais, ainda muito centradas na figura paterna, o que os desestimula a pensar soluções e alternativa para as propriedades, tendo em vista que suas contribuições necessitam perpassar a barreira da hierarquia para efetivar-se.

Em continuidade, Stropasolas (2006, p. 173) pondera que “[...] os jovens reclamam por mudanças na condição social dos agricultores na sociedade e nos valores que fundamentam as relações de gênero e geração na agricultura familiar; todavia, por não encontrarem espaço para as transformações, mudam-se para a cidade”. O autor aponta que os mesmos, embora almejem uma “mudança de vida” procurando melhores condições nas cidades, continuam vinculados ao campo mantendo “uma forte identidade cultural com um ethos [...] expresso na procura regular, nos finais de semana, pela sociabilidade das comunidades rurais” (STROPASOLAS, 2006, p. 173).

Com relação às relações familiares, Cenci e Deggerone (2016, p. 92) sublinham que acompanhado dos trabalhos que efetivam a reprodução socioeconômica da família, espaço onde a juventude contribui decisivamente com a mão de obra, e a “[...] adesão por novas e diferentes oportunidades de renda, a partir da perspectiva do investimento em capital social, de modo que a unidade produtiva viabilize o desenvolvimento do meio rural”.

Diante dos fatores que determinam a invisibilidade, a falta de políticas públicas direcionadas às demandas específicas destes sujeitos e as questões que envolvem a permanência no campo, faz-se importante discutir a necessidade de empoderamento destes sujeitos. Tendo em vista que, à medida em que são empoderados de novos conhecimentos, habilidades, técnicas e rompem com as estruturas sociais vigentes nas relações familiares da agricultura familiar, passam a ter condições de uma atuação mais ativa o que influencia nas questões que versam sobre permanecer no campo e também refletem no desenvolvimento das regiões na perspectiva de Sen (2010) que define desenvolvimento como o aumento das liberdades humanas.

2.2.5 O empoderamento dos jovens da agricultura familiar

A categoria social juventude presente no meio rural se caracteriza por meio de sua participação ativa no dia a dia das propriedades e através de sua contribuição com o trabalho familiar. Neste espaço, a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, demandando, cada vez mais, novos conhecimentos e técnicas que devem ser buscadas para além das fronteiras de suas propriedades, com vistas a dar conta da diversidade de questões que perpassam seus contextos de vida (LAMARCHE, 1993).

Para Silvestro *et al* (2001, p. 280), na agricultura familiar,

Os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho - auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento.

Nesta perspectiva, ressalta-se que se manifestava como uma obrigação moral para estes jovens, principalmente, os homens, até o final dos anos 1970, dar sequência à profissão de agricultor, proporcionando a continuidade do trabalho, das relações familiares estabelecidas e dos processos de produção presentes neste contexto ao longo das gerações. O conhecimento para o trabalho, considerado suficiente, era aquele passado de pai para filho (de geração em geração), para fazer a gestão da propriedade familiar (MELLO *et al.*, 2003).

Na atualidade, a agricultura, em geral, e, principalmente, a de base familiar, por ser este agricultor, parcialmente livre do modelo hegemônico de agricultura, na adoção do modo de gestão e de produção da sua propriedade, manifesta-se como uma atividade dinâmica e que necessita de uma diversidade de conhecimentos e técnicas, as quais demandam desses jovens um nível educacional mais amplo e uma participação/contribuição ativa nos processos que envolvem as propriedades.

Enquanto a juventude da agricultura familiar de gerações passadas construíam suas experiências em espaço social mais restrito, as gerações atuais estão cada vez mais ligadas neste campo com relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades e suas relações pessoais (PEREIRA, 2004).

Este contexto exige a busca por outras fontes de aprendizado além de suas propriedades, para que possam compreender as diversas questões inerentes aos mesmos, as quais perpassam desde as relações familiares, falta de autonomia no processo decisório, a qualidade de vida no campo, a sucessão familiar até as pressões exercidas pelo sistema de agricultura hegemônico.

Assim, é demandado a estes a busca pelo empoderamento, por meio de um processo que não apenas repasse conhecimento, mas pela emancipação desses sujeitos, através do desenvolvimento de um senso crítico e uma nova forma de pensar suas realidades. Nesse sentido, a universidade tem papel estratégico e sendo ela protagonista do processo de sistematização, construção e transferência de conhecimentos, precisa-se avaliar como esses conhecimentos estão sendo disseminados (PERKINS E ZIMMERMAN, 1995). Estas instituições necessitam avaliar se estão repassando um modelo engessado e pronto, ou guiando esses jovens à construção de um conhecimento possibilite romper com processos, relações sociais e culturais estabelecidas no campo, ao longo das gerações.

O empoderamento de jovens rurais objetiva proporcionar avanços na conquista dos direitos de cidadania, produzindo no ator individual ou coletivo a competência de gerir os recursos econômicos, sociais e culturais, para uma atuação responsável e eficaz no território, na defesa de seus direitos, induzindo as ações do Estado na gestão de políticas públicas e modificando as estruturas sociais e culturais inerentes a seus contextos (ROMANO, 2002).

Corroborando com isso, Gohn (2004) sublinha que o empoderamento concerne aos processos práticos que promovem e impulsionam sujeitos, grupos e comunidades, assim como ações que propiciam a integração dos excluídos e demandantes de bens serviços elementares à sobrevivência. A mesma autora afirma que as ações de empoderamento refletem na expansão da capacidade de constituir processos de desenvolvimento, sejam eles individuais, coletivos e sustentáveis, coordenando recursos e iniciativas, ainda que através da mediação de agentes externos (GOHN, 2004).

Para Romano (2002), trata-se de um processo que resulta no aprofundamento da democracia participativa, ao passo que envolve os sujeitos na gestão de políticas públicas e também incide na definição das suas trajetórias, sendo a opção por permanecer (ou não) no campo e romper com as estruturas sociais e culturais presentes naquele contexto, resultado desse processo, bem como, tornarem-se atores importantes no desenvolvimento de suas regiões, dada sua atuação qualificada.

Para além disso, pensar o empoderamento perpassa comprometer sujeitos, grupos, organizações e comunidades, numa visão emancipatória no que versa sobre o controle do espaço público e da construção da ação coletiva. Para Perkins e Zimmerman (1995), a universidade tem papel fundamental nesse processo, cujo percurso contempla a intervenção social e comunitária com sujeitos e organizações, materializada em projetos de desenvolvimento, de combate à exclusão social, de promoção de direitos.

2.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

A UFFS, criada pela Lei n. 12.029, de 15 de setembro de 2009, localiza-se na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Tem abrangência interestadual e multicampi, sendo uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade catarinense de Chapecó, possui três *campi* no Rio Grande do Sul: Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, e dois no Paraná, localizados nas cidades de Laranjeiras do Sul e Realeza.

Figura 2 – Localização dos *campi* da UFFS

Fonte: Elaboração do autor.

Desde sua criação, e por ser uma instituição resultante de demandas provenientes dos movimentos sociais, lideranças políticas e comunitárias da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno, assume a responsabilidade de ser uma instituição pública e popular, sob a qual recaem as mais variadas expectativas, demandas e desafios.

Cabe ressaltar que, diante do seu contexto de criação, foi garantido no estatuto geral e regimento que a comunidade regional teria acentos nos conselhos que gestam as políticas públicas e institucionais, quais sejam: Conselho Universitário, Conselho Estratégico Social, Conselho Curador, Os conselhos de *campus*; Comissão Própria de Avaliação e Câmaras temáticas. Contudo, não há acentos específicos para movimentos sociais, os quais podem ocupar os espaços destinados para a comunidade regional nestes órgãos, disputando-as com outros seguimentos sociais, e em outros órgãos ligados as Pró-Reitorias, tais quais: Comitê Assesores de Extensão e Cultura e Comitê de Pesquisa e Pós-Graduação, não há representação da comunidade regional.

A universidade faz parte de um conjunto de políticas que tratam da descentralização, interiorização e expansão do ensino superior público no Brasil. Em síntese, sua criação foi delimitada no bojo do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Assim, observa-se que a instituição resulta de dois importantes protagonismos sociais, as políticas públicas nacionais de interiorização da Educação Superior e as diversas iniciativas e demandas emanadas das organizações e movimentos sociais presentes na mesorregião de sua abrangência. A criação da UFFS se constitui como um momento histórico para a educação superior brasileira, pela convergência entre as demandas sociais e as políticas públicas, que inserem a instituição na conjuntura das necessidades regionais, considerando-se os aspectos políticos, históricos, sociais e culturais (DAMBROS, 2015).

Neste sentido, a UFFS caracteriza-se por ser,

[...] a mais viva e recente expressão da capacidade de mobilização dos atores sociais que, há décadas, lutam em defesa dos ideários mais importantes da emancipação social, como democracia, igualdade, respeito à diversidade, cidadania, direito à educação pública, gratuita e de qualidade, sustentabilidade e justiça social. Sua origem se dá, portanto, no âmago da sociedade civil organizada (UFFS, 2011, p. 9).

Nessa conjuntura, as políticas construídas pela universidade buscaram abarcar um perfil diversificado de estudantes, especialmente, os que estavam excluídos do acesso à educação superior pública. A universidade abarca em sua missão o compromisso com o desenvolvimento regional, integrado com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento solidário e sustentável da região Sul (BENICÁ, 2016).

No que se refere à formação profissional, a UFFS é protagonista no processo de qualificação desde a educação básica até o ensino superior, cabendo-lhe propor cursos e ampliar a oferta de vagas, considerando a indissociabilidade entre as áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em resumo, por ser uma instituição pública de ensino superior, com características diversificadas, promove o acesso de todos à educação superior de qualidade e, conseqüentemente, a uma formação profissional e humana, levando em conta os aspectos regionais e culturais (DAMBROS, 2015).

Para tanto, a universidade possui como metas e missão,

1. Assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da região da fronteira sul, a qualificação profissional e a inclusão social;
2. Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno.
3. Promover o desenvolvimento regional integrado – condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na região da fronteira sul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso (UFFS, 2014, p. 1).

Quanto ao perfil institucional, pretende-se consolidar a instituição como sendo,

[...] pública e popular; de qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País; universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais; universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; universidade que tenha na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento; universidade que tenha como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva (UFFS, 2014, p. 1).

A instituição conta atualmente com cerca de quarenta cursos de graduação, oito mestrados, um doutorado interinstitucional, totalizando aproximadamente oito mil alunos graduandos. A oferta de cursos prioriza as vocações das dinâmicas regionais, em consonância com as políticas nacionais para a educação superior do Ministério da Educação. Por meio de sua política de ingresso, a maioria dos alunos da graduação provém de escolas públicas e de diferentes regiões do Brasil.

Diante disso, a UFFS reafirma seu compromisso em garantir o acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade para todos, além de antecipar a conquista de objetivos fundamentais para o país, para a população e para a estrutura escolar fazendo justiça à trajetória escolar dos estudantes brasileiros, ao perfil econômico das famílias e à caracterização étnica da população. A política de acesso à UFFS ocorre por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), regida pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), além de contemplar a cota das ações afirmativas (UFFS, 2011).

As dinâmicas existentes na região de abrangência da UFFS trouxeram consigo tensões e inseguranças que se caracterizaram como desafios para a universidade, como o êxodo rural; a perda do vigor da economia regional diante dos processos desencadeados pela globalização; monopólio da tecnologia de ponta por iniciativas nacionais e internacionais; complicações para a inclusão da pequena propriedade rural no mercado; empobrecimento social; exploração e concorrência do agronegócio; uso excessivo de agrotóxicos e comprometimento do meio ambiente; exploração e escassez de mão de obra; serviços de educação e saúde deficientes e, por vezes, de pouca qualidade (UFFS, 2011).

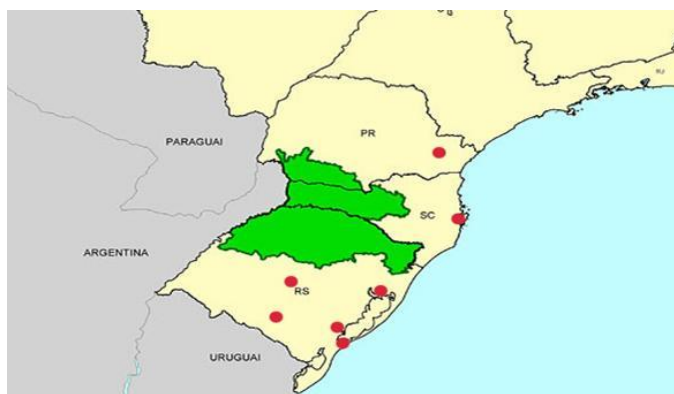
Diante das preocupações acima descritas, e apresentadas no Relatório do Movimento Pró-Universidade (UFFS, 2008), nota-se que a Mesorregião da Fronteira Sul tem uma economia vigorosamente associada à agricultura familiar. Porém, em virtude da crise que perpassa o setor, em função dos processos de modernização da agricultura e da

agroindustrialização que se sustenta pela concentração de renda e centralização, suas condições econômicas e sociais se acentuam. Dessa forma,

[...] esse processo provocou um forte movimento de deslocamento populacional do campo para a cidade, dos pequenos municípios para as cidades polo de cada microrregião e, principalmente, da região para outras regiões do Estado, num processo conhecido como litoralização da população (UFFS, 2008, p. 1).

A configuração institucional da UFFS pode ser assimilada pela confluência das demandas presentes na pluralidade dos diversos atores sociais que, anteriormente, lutavam de forma não articulada pela existência de universidade federal na região. Sendo assim, cabe ressaltar que se trata uma região, outrora, descoberta de políticas públicas para o campo da educação superior gratuita. Um dos motivos mais latentes é a localização da Mesorregião, distante das capitais dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na imagem, a seguir, possível verificar a localização da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, assim como quais eram as universidades públicas federais existentes até 2009.

Figura 3 – Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e as universidades presentes até o ano de 2009



Fonte: UFFS (2012, p. 17).

Assim, já nas primeiras políticas institucionais é possível perceber quais seriam os rumos da instituição, pois os anseios dos atores sociais presentes na região apontavam para a

[...] construção de uma instituição de ensino superior distinta das experiências existentes na região. Por um lado, o caráter público e gratuito a diferenciaria das demais instituições da região, privadas ou comunitárias, sustentadas na cobrança de mensalidades. Por outro lado, essa proposta entendia que, para fazer frente aos desafios encontrados, era preciso mais do que uma universidade pública, era necessária a construção de uma universidade pública e popular (UFFS, 2008, p. 1).

A “[...] missão da UFFS está intrinsecamente relacionada ao seu conceito de universidade, isto é, pública, popular, gratuita e democrática e também ao seu histórico e contexto de implantação, como instituição multicampi, interestadual e interiorana.” (UFFS, 2012, p. 11).

As discussões acerca da universidade pública e popular se tornaram ainda mais aprofundadas com o envolvimento de novos atores que passaram a constituir esse cenário, dentre os quais docentes, discentes, técnico-administrativos em educação e a comunidade em geral.

Portanto, o popular, o público, o gratuito e o democrático são elementos fundantes dessa universidade e perpassam todas as políticas institucionais. No entendimento de Dambros (2015, p. 34), todos esses princípios políticos e filosóficos são, ou devem ser, “[...] características orientadoras, devendo pavimentar as ações e políticas no campo da gestão institucional e no que concernem aos itinerários formativos que caracterizam o perfil de educação, a ser desenvolvida.”

Assim, a dimensão popular está no bojo desta instituição desde sua criação, induzindo as ações aos interesses das classes populares. Através disso, constrói-se um cenário que tem como visão central os anseios sociais, os objetivos e a cultura destas classes, objetivando encontrar novas possibilidades para instigar uma mudança política e social e, por meio disso, fortalecer a classe trabalhadora.

Passados mais de seis anos desde sua criação, a UFFS se caracteriza como a primeira universidade pública e popular do Brasil. Isto pode ser observado, especialmente, nos princípios e objetivos que fundaram esta universidade, em sua configuração política estrutural e nas políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão construídas em seu percurso, as quais contemplam um conjunto de ações, programas e políticas que perpassam as necessidades e as demandas presentes nesta Mesorregião.

Como caracteriza Dambros (2015), uma das principais preocupações dos atores sociais envolvidos na constituição desta instituição foi principalmente a construção de cursos, programas e atividades acadêmicas em geral, tendo como principais destinatários a comunidade regional e que abarque as características presentes na identidade local e no contexto regional.

A predominância e as políticas de acesso que privilegiam a inclusão de estudantes de escolas públicas, a gestão por meio de conselhos que permite o envolvimento da comunidade na construção das políticas institucionais, a ocupação de temáticas de interesse de base familiar, o envolvimento dos movimentos sociais, o princípio de organização interna

influenciada pelos sindicatos, a configuração diferenciada do currículo por meio dos domínios comum, conexo e específico, e o próprio envolvimento do Movimento Pró-Universidade no processo de implantação, anunciam que a jovem universidade tem evidenciado, em suas ações, elementos importantes que podem contribuir com o avanço da reflexão sobre a universidade pública e popular (DAMBROS, 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será abordado o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da presente pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O ato de pesquisar exige que o pesquisador crie estratégias para indicar o percurso do estudo. Toda pesquisa emerge da intencionalidade de se descobrir algo novo, ou se aprofundar o conhecimento sobre algo já existente.

Para Gamboa (2007, p. 56), “[...] a pesquisa é oriunda de um problema que pretende ser investigado, e que não há ainda respostas definitivas e nem conhecimento suficientemente acumulados.” Ainda, para o autor, “[...] a necessidade da pesquisa localizar-se no campo problemático, o que o mesmo denomina de situação problema, considerando o contexto a ser pesquisado e sua dimensão de espaço/tempo/movimento.” (GAMBOA, 2007, p. 56).

Desde os primórdios da pesquisa de base científica há o tensionamento sobre qual metodologia seria mais adequada para o desenvolvimento de estudos. Para tanto, o surgimento da abordagem qualitativa fez com que verdades fossem questionadas e assumissem configurações diferenciadas considerando-se o contexto histórico do espaço/tempo da pesquisa (FLICK, 2004).

No entendimento de Minayo (1994), a abordagem qualitativa de pesquisa propicia possibilidades contundentes de se responder a questões com um maior grau de aproximação da realidade. Principalmente, no campo social, esta abordagem se compromete com um grau de realidade que não poderia ser atingido através da quantificação.

Nesta mesma perspectiva, Lüdke e André (1986) entendem que a pesquisa qualitativa deve ser desenvolvida no local dos acontecimentos. Diante disso, os fatos se caracterizam como fonte direta de dados. Nesta abordagem, o pesquisador é o principal elemento da coleta dos dados, assim, a maior preocupação não é o produto, mais o processo percorrido pelo pesquisador, em que o foco principal é o significado que é dado às coisas e aos aspectos cotidianos (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

O método de pesquisa qualitativa, conforme Minayo (1994, p. 57), pode ser aplicado no “[...] estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.” Para tal, a pesquisa qualitativa

lida com o universo de conceitos, valores, aspirações, crenças e atitudes, pertencentes a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos e processos que não poderiam ser representados de forma quantitativa ou reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 2010).

Com base nesse entendimento, bem como nas considerações teóricas apresentadas sobre abordagem qualitativa, esta investigação ampara-se nesta metodologia por se conceber que sob esta abordagem o pesquisador assume um compromisso diante do desenvolvimento, da ciência e dos processos de análise. Além disso, permite realizar a conexão entre a realidade pesquisada e a capacidade intelectual do pesquisador para apresentar resultados científicos. Assim sendo, entende-se que esta abordagem demonstra ser a mais adequada ao contexto do estudo, pois busca analisar e qualificar as dinâmicas da extensão universitária no desenvolvimento regional.

3.2 CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Esta sessão apresenta a descrição dos procedimentos utilizados para o levantamento de dados, com vistas à superação dos objetivos propostos. Para isso, a construção dos dados operacionaliza-se por meio de levantamento bibliográfico, documental e entrevistas semiestruturadas.

3.2.1 O levantamento bibliográfico e documental

Primeiramente, foi realizado um levantamento bibliográfico, por meio do qual buscou-se clarear os principais aspectos referentes aos temas transversais ao campo desta pesquisa, aproximar-se de correntes teóricas que envolvem o universo a ser estudado, subsidiando o trabalho junto às categorias de análise. Assim, por meio de livros, internet, artigos, dissertações e teses, foram desenvolvidos os temas: Universidade e o desenvolvimento regional, a perspectiva endógena do desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, extensão universitária, agricultura familiar, jovens na agricultura familiar, agricultura sustentável, permanência no campo, inovação tecnológica na agricultura familiar, entre outros assuntos, os quais perpassam todas as temáticas desta dissertação.

Para Marconi e Lakatos (2010), este tipo de levantamento destaca-se como o princípio de uma pesquisa, podendo ser composto por fontes primárias, o que compreende a pesquisa documental, e fontes secundárias por meio da investigação bibliográfica.

Posteriormente, partiu-se para o levantamento documental que objetivou aproximar a pesquisa das particularidades da UFFS, da extensão praticada por esta instituição e do projeto Jovens Semeando Terra Solidária. Dentre os documentos utilizados estão as políticas e regulamentos institucionais, quais sejam: Estatuto da UFFS; Regimento da UFFS; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Documento final da I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (I COEPE) e a Política de Extensão da UFFS. Estes documentos foram selecionados conforme sua pertinência relacionada ao tema da pesquisa, possibilitando o entendimento sobre o perfil da UFFS, aspectos de sua criação e sob quais princípios está fundamentada a prática extensão universitária desta instituição.

Em um segundo momento, partiu-se para o levantamento de dados secundários junto à PROEC, dentre os quais se encontram os números da extensão universitária desta instituição no recorte temporal de 2010 a 2016. Esta etapa auxiliou na construção de um perfil desta prática, trazendo elementos, como: a quantidade de projetos desenvolvidos, áreas temáticas de maior expressividade, perfil dos envolvidos com as práticas extensionistas e o número de certificados expedidos.

Ainda, nesta etapa, foram explorados os materiais gerados no âmbito do projeto de extensão universitária, tais como: formulário de submissão do projeto, relatórios finais e o documentário “Círculos de Diálogo em Movimentos de Extensão Universitária”, produzido e roteirizado pelo próprio autor desta pesquisa, tendo em vista sua participação na fase final do projeto Jovens Semeando Terra Solidária. Este documento é composto por relatos de gestores da UFFS, um coordenador e jovens participantes do projeto, num total de 15 relatos.

O vídeo teve como locação um dos auditórios da UFFS, com uma câmera sob um tripé. Os entrevistados foram selecionados pelos coordenadores regionais de cada estado. Estes eram instigados a falar sobre seu percurso formativo. Posteriormente, o vídeo passou por edição pela Diretoria de Comunicação da UFFS. A obra trata sobre como o percurso do projeto impactou no cotidiano destes jovens, e qual a importância da universidade neste processo.

Os sujeitos participantes dessa atividade foram escolhidos pela pertinência, pois ocuparam as funções de mobilização e organização dos jovens de cada estado. Para além do caráter de divulgação da extensão da UFFS, foi possível perceber por meio dos depoimentos deste documento, que o processo formativo teve rebatimentos em diversas questões que envolvem a juventude na agricultura familiar e, com isso, o desenvolvimento regional da área de abrangência da universidade. O vídeo produzido passou a compor o rol de produtos finais

do projeto e foi utilizado no presente estudo como documento, sendo que seu conteúdo foi transcrito em sua integridade e seus elementos trabalhados no percurso desta pesquisa.

Para Moreira (2005), a pesquisa documental se manifesta como fundamental, haja vista que esta técnica permite extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitindo a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas nos documentos, além da contextualização dos fatos em determinados momentos.

3.2.2 Entrevistas semiestruturadas

Para completar a construção dos dados desta pesquisa, tendo em vista que o levantamento bibliográfico e documental não seria suficiente para a superação dos objetivos propostos, foi necessária a realização de entrevistas semiestruturadas, tendo como premissa visualizar como (e se) as dinâmicas dessa experiência de extensão universitária da UFFS continuam ecoando nas comunidades e regiões.

Nesta fase, foram entrevistados 12 jovens de diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, participantes do projeto, os quais trouxeram maiores subsídios para a compreensão sobre como as dinâmicas deste projeto influenciaram e continuam presentes em seus contextos de vivência e localidades.

Compreende-se que as entrevistas semiestruturadas são compostas por questões básicas apoiadas em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987). Na perspectiva de Gerhardt e Silveira (2009, p. 72), “[...] neste instrumento, são organizadas pelo pesquisador um conjunto de questões sobre o tema, onde o entrevistado possa se expressar livremente a respeito de assuntos que vão surgindo a partir de desdobramentos do tema principal”. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 64), “nesta fase ‘Os investigadores qualitativos tentam interagir com os seus sujeitos de forma natural, não intrusiva e não ameaçadora, visando ter contato com os sujeitos da pesquisa, verificar in loco, alguns aspectos relacionados aos objetivos propostos’”.

Assim, para operacionalizar a etapa das entrevistas, utilizou-se um roteiro de entrevistas semiestruturado (APÊNDICE A), contendo 19 questões e um gravador digital. É pertinente ressaltar que essas questões eram apenas orientadoras e, conforme as entrevistas desenvolviam-se, novas perguntas iam sendo acrescentadas e algumas retiradas, representando um exercício flexível e garantido que algumas questões fossem desenvolvidas com maior profundidade.

3.3 CAMPO DA PESQUISA

Após a definição da metodologia, neste item se apresenta o objeto de estudo, tendo a UFFS como o ambiente empírico da pesquisa. Trata-se de um estudo sobre as dinâmicas existentes entre a extensão universitária o desenvolvimento regional no contexto desta instituição, trabalhadas a partir da experiência do desenvolvimento do Projeto Jovens Semeando Terra Solidária. Assim, teve-se como campo de pesquisa a PROEC da Universidade no *campus* de Chapecó, onde foram obtidos os dados da extensão e os documentos do projeto. Além disso, contou com 12 participantes do curso Terra Solidária dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, participantes das entrevistas semiestruturadas.

3.3.1 Entrada em campo

A entrada em campo ocorreu já na fase de levantamento documental, em que o pesquisador passou a coletar informações na própria PROEC da UFFS, mediante o contato com os documentos institucionais e os do rol de institucionalização do projeto, na universidade, quais sejam: formulário de projeto, relatórios e o documentário.

Diante disso, foi instigada no pesquisador a necessidade de aproximar-se do campo de pesquisa através de um exercício de aprofundamento junto a esses jovens, com o intuito de perceber se, após os dois anos da capacitação, existem processos resultantes do percurso vivido no âmbito desta extensão universitária que impactem no desenvolvimento regional.

Para isso, primeiramente, fez-se contato com uma jovem liderança da FETRAF-SUL, participante do referido curso, agendando uma reunião para expor a intencionalidade da pesquisa e obter o contato dos jovens que participariam das entrevistas semiestruturadas. Foram, então, selecionados nesta reunião, com o auxílio desta liderança da FETRAF-SUL, um número de 12 jovens que participariam desta etapa.

Após estas definições, o pesquisador entrou em contato com cada um dos 12 jovens, explicou a intencionalidade da pesquisa, agendando as sessões de entrevistas que ocorreram no mês de outubro de 2017, nos municípios de Chapecó, São Miguel do Oeste e Gaurama, em locais onde estes jovens estavam agrupados para cursos de capacitação, o que facilitou a fase de entrevistas.

3.3.2 Sujeitos da pesquisa

O presente estudo, cujo objeto consiste em analisar as dinâmicas da inserção da extensão universitária da UFFS no desenvolvimento regional, por meio do projeto capacitação de Jovens Semeando Terra Solidária, tem como população amostra pessoas envolvidas na idealização, coordenação e execução do projeto, dentre os quais estão gestores, servidores da UFFS, bem como os jovens da agricultura familiar participantes do curso.

Neste sentido, Matrolha (2010, p. 32) destaca que “a população da pesquisa representa a aglomeração de todos os elementos que partilham um conjunto de especificidades importantes a subsidiar a superação do problema em questão.” Com relação a amostra em pesquisa qualitativa, utilizou-se neste escrito a perspectiva da conveniência em função da quantidade expressiva de jovens participantes do processo de qualificação, no entendimento de Selltiz, Wrightsman e Cook (1987, p. 12), “[...] a amostra de conveniência ou acidental, devem ser considerada dependendo da amplitude da população e conforme as necessidades de cada pesquisa.”

A partir disso, as falas dos gestores da UFFS e coordenadores da atividade foram retiradas do documentário acima descrito, e esses não participaram da fase de entrevistas, bem como utilizou-se o relato de alguns jovens selecionados neste documento. Os gestores foram nominados nesta dissertação, como: Vice-Reitor, Coordenador e Pró-Reitor. Os relatos dos jovens retirados do documentário foram identificados por meio de abreviações (R1, R2, R3, R4), as quais seguem a ordem utilizada na edição do documentário.

Em continuidade, o recorte contemplou jovens que se destacaram em suas atuações na agricultura familiar e também junto a sindicatos e outras organizações. Foram selecionados jovens de pelo menos dois estados (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e de 12 diferentes municípios, dentre os quais nove participaram da capacitação ocorrida na universidade, entre os anos de 2013 a 2015 e outros três das etapas de multiplicação nos municípios. Com isso, foi contemplada a diversidade de participantes de todas as etapas do projeto Jovens Semeando Terra solidária, de doze diferentes regiões desses dois estados.

Para além disso, buscou-se como elemento a representação do gênero feminino dentre os entrevistados, caracterizando 33% da amostra, observando-se dificuldades e problemas vivenciados em seus contextos de vida no campo, por vezes, muito distintos aos que perpassam o gênero masculino, abarcando, com isso, uma abordagem mais completa das temáticas que permeiam a juventude da agricultura familiar.

Faz-se importante ressaltar que o projeto Jovens Semeando Terra Solidaria foi trabalhado em conjunto com a FETRAF – SUL e os sindicatos da agricultura familiar das regiões, os quais foram responsáveis pela seleção dos participantes, aporte financeiro dos multiplicadores, dentre outras atividades no âmbito desta ação de extensão. Sendo assim, percebeu-se que os jovens participantes do projeto, bem como os que fizeram parte da amostra, tanto no documentário, quanto na fase de entrevistas, tem contato com essas instituições e a maioria já participou de outros processos formativos nestes espaços e na universidade.

Diante disso, o pesquisador buscou encontrar as dinâmicas geradas diretamente a partir deste processo formativo. No entanto, ressalta-se que as dinâmicas apresentadas são resultados desta capacitação, em conjunto com os conhecimentos acumulados em outros processos formativos que fazem parte da construção e do percurso formativo dos sujeitos envolvidos neste contexto.

A seguir, apresentam-se as características dos 12 participantes das entrevistas semiestruturadas.

Tabela 1 – Os sujeitos entrevistados

Identificação	Idade	Gênero	Escolaridade	Município de residência	Participação no Curso	Onde atua?
Entrevistado 1	22	Feminino	Médio Completo	Coronel Freitas/SC	Presencial	Sindicalismo e Agricultura Familiar
Entrevistado 2	23	Masculino	Técnico Agrícola	Dionísio Cerqueira/SC	Presencial	Sindicalismo
Entrevistado 3	25	Masculino	Médio Completo	Guaraciaba/SC	Multiplicação	Sindicalismo e Agricultura Familiar
Entrevistado 4	26	Masculino	Técnico Agrícola	Alfredo Wagner/SC	Presencial	Sindicalismo e Agricultura Familiar
Entrevistado 5	28	Masculino	Superior	Guatambu/SC	Presencial	Agricultura Familiar
Entrevistado 6	24	Feminino	Cursando Ensino Superior	Severiano de Almeida/RS	Presencial	Sindicalismo e Agricultura Familiar
Entrevistado 7	23	Feminino	Cursando Ensino Superior	Itatiba do Sul/RS	Presencial	Político Organizativa e Sindicalismo
Entrevistado 8	32	Masculino	Superior incompleto	Itatiba do Sul e Erechim/RS	Presencial	Sindicalismo e Agricultura Familiar
Entrevistado 9	29	Masculino	Superior	Aratiba/RS	Presencial	Político Organizativa e Agricultura Familiar
Entrevistado 10	22	Masculino	Médio	Guaraciaba/RS		Agricultura

			Completo	Familiar			
Entrevistado 11	25	Masculino	Superior Incompleto	Palma Sola/SC	Multiplicação	Sindicalismo e Agricultura Familiar	
Entrevistado 12	33	Feminino	Pós-Graduação	São Domingos/SC	Presencial	Político Organizativa e Agricultura Familiar	

Fonte: Elaboração do autor.

As falas dos entrevistados foram inseridas seguindo a ordem da tabela acima, por meio da utilização de abreviações (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11 e E12), seguida da identificação da idade de cada participante e do gênero, como elemento adicional.

Na sequência, apresenta-se o processo de análise e tratamento dos dados obtidos.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a fase de coleta das informações, tanto o levantamento bibliográfico e documental, quanto a etapa de campo, os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004). Nesta pesquisa foi realizada a análise temática de conteúdo, na perspectiva de Minayo (2010). Esse tipo de método de tratamento de dados faz parte do rol de metodologias da pesquisa qualitativa, sustentada a partir da análise de dados e informações atribuindo conceitos e conteúdos sobre as falas coletadas em pesquisas (MINAYO, 2010). Diante disso, no caso desta pesquisa, foram apresentados conteúdos subjetivos, e, por conseguinte, qualitativos, a fim de apresentar interpretações de fenômenos sociais.

A técnica de análise de conteúdo se caracteriza como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 34).

Segundo Minayo (2010), a técnica de análise de conteúdo, através da análise temática, desdobra-se em três etapas, quais sejam: pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados.

Na pré-análise, conforme caracteriza Bardin (2004, p. 62), “[...] todos os dados devem ser descritos de forma fidedigna e submetidos a uma leitura flutuante para a elaboração dos

indicadores que fundamentaram a interpretação final.” Esta fase é subdividida em três tarefas fundamentais, quais sejam: *Leitura Flutuante*, que é onde pesquisador faz a leitura todo o material obtido em sua integralidade, procedendo a análise dos conteúdos pertinentes; a segunda tarefa é composta pela composição do *Corpus* da pesquisa, onde é identificado no material a exaustividade a relação dos temas abordados com o roteiro de coleta de dados, a importância do discurso e a uniformidade das informações. A terceira tarefa é caracterizada como a *Formulação ou Reformulação dos objetivos*, na qual se aborda uma atuação exploratória do pesquisador comparando os objetivos do estudo com o material coletado (MINAYO, 2010).

Sendo assim, a pré-análise dos dados, obtidos nas 12 entrevistas semiestruturadas, com aproximadamente 45 minutos cada e dos relatos do documentário os quais tem no total 20 minutos, consistiu na transcrição integral de todo o material. Com os materiais transcritos, realizou-se a *Leitura Flutuante* dos dados e, a partir disso, foi possível comparar os objetivos propostos com o material coletado.

A segunda etapa da análise de conteúdo consistiu na exploração do material, que, segundo Minayo (2010), trata da categorização do material coletado na qual os conteúdos são categorizados e as falas recortadas e inseridas em cada categoria. Nesta etapa, foram definidas as categorias de análise, quais sejam: permanência no campo, agricultura sustentável, o jovem e a gestão na agricultura familiar e os jovens na agricultura familiar e a *Inovação Tecnológica*. A partir disso, todas as falas foram separadas e agrupadas em arquivos diferentes, conforme sua aproximação com cada categoria, incluindo a criação de uma lista de apontamentos e possibilitando, assim, a organização das principais ideias, dos resultados e de uma análise.

Por fim, na terceira etapa denominada como tratamento dos resultados, as informações foram submetidas à análise e, a partir disso, iniciaram-se as inferências e entendimentos sobre o conteúdo, construindo diálogos entre as categorias e conteúdos empíricos com o subsídio teórico convergente à produção. Essa parte do processo é primordial para a elaboração final, pois é, nesse momento, que o pesquisador se permite reconstruir o processo de pesquisa e testar as categorias preestabelecidas (MINAYO, 2010). Neste momento, produziu-se o capítulo quatro, que sistematiza o todo, a teoria, os dados obtidos nas entrevistas e o levantamento documental. O resultado possibilitou a realização de uma análise sobre as dinâmicas da extensão presentes no desenvolvimento regional, bem como caracterização e análise dos entraves e acertos do projeto *Jovens Semeando Terra Solidária*.

4 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, PROJETO SEMEANDO TERRA SOLIDÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O ensino superior no Brasil desde sua concepção ocorre por meio de uma interação social. Conforme caracteriza Chauí (2008, p. 35), as universidades são determinadas como instituições sociais, e “[...] isso significa que ela se realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade.” Assim, cabe ressaltar que a universidade é composta por três pilares fundamentais o ensino, a pesquisa e a extensão, pelos quais se materializa na sociedade.

A extensão universitária é um dos pilares acadêmicos fundamentais para a constituição de uma universidade, acompanhada da pesquisa e da graduação. Conforme explana Santos (2009, p. 46), “[...] só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão.” O autor complementa afirmando que a inexistência de qualquer uma destas áreas inviabiliza a constituição efetiva de uma universidade (SANTOS, 2009).

Em relação à extensão universitária, em nível nacional, em 2012 percebeu-se a necessidade de se revitalizar os conceitos inerentes a esse pilar da universidade. Para tal, durante o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), ocorrido em maio na cidade de Manaus (AM), após uma ampla agenda de discussões nesta instância nos anos de 2009 e 2010, apresentou-se o documento que traria as diretrizes e conceitos para essa prática nas universidades. Assim, buscou-se abarcar uma universidade atuante junto à sociedade e ressaltar o amparo legal da prática de extensão universitária, postulando-a “sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, e conceituando a mesma como um “[...] processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p. 9).

Assim, a extensão qualifica-se como um ambiente de troca de saberes para a construção do conhecimento, inserindo a universidade no contexto de sua região enquanto promove a transformação da mesma. Neste contexto de troca, passa a ser um ator importante nos processos de preservação cultural, defesa dos direitos humanos, emancipação social e a melhora da qualidade de vida da população de sua região de abrangência, interligando as demandas sociais com a universidade e validando seu compromisso social (SANTOS, 2009).

É, por conseguinte, um espaço que propicia a reflexão, o diálogo, manifestações de soluções conjuntas, confluindo para o equilíbrio entre os três pilares (ensino, pesquisa e

extensão), que fundamentam a universidade por meio de uma relação indissociável entre esses. Portanto, pode ser compreendida como atividade fim demandada pela sociedade, vital para a formação dos discentes e na qualificação dos docentes em função da troca de saberes, o que vivifica o ambiente da universidade, tornando as relações transdisciplinares (MELO NETO, 2004).

No entendimento de Souza (2009, p. 98), a extensão universitária pode ser assimilada como “[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.”

Já o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) pondera que a extensão universitária precisa estar baseada em valores educativos, primando por sua indissociabilidade “[...] com ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas universidades e avaliando os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento local, regional e nacional.” (FORPROEX, 2012, p. 10).

Diante dessa conceituação, faz-se necessário contextualizar que esta foi sendo construída ao longo da história. Os primeiros registros de prática de extensão universitária, no Brasil, ocorreram no século XX, coincidindo com a criação das primeiras universidades. Suas manifestações nesta época ocorriam por meio da oferta de cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920 (FORPROEX, 2012). No primeiro caso, o sistema de cursos e conferências como educação continuada é uma influência vinda da Inglaterra; no caso da extensão como prestadora de serviços remete-se ao modelo dos Norte Americano (GURGEL, 1986; MELO NETO, 2004).

A extensão realizada em nosso país deriva de dois modelos praticados pelo mundo, quais sejam, o europeu e o norte-americano. O modelo europeu tem um formato de formação continuada por meio da oferta de capacitações, cursos e eventos, realizados com foco nas pessoas e grupos sociais que não frequentavam a universidade (GURGEL, 1986).

Na perspectiva de Melo Neto (2004, p. 24), esse modelo de extensão se consolidou através da oferta de cursos voltados aos ausentes das instituições que, sem formação acadêmica regular, que desejam ter maior grau de instrução. Ainda, para o autor, um dos objetivos era formar profissionais técnicos e em outra perspectiva demandar o mínimo de atenção às reivindicações e pressões das camadas populares, ainda que essas estivessem se intensificando e ganhando maior visibilidade (MELO NETO, 2004).

No Brasil, este modelo foi se adaptando ao longo dos anos, sendo a concepção traduzida e incorporada aos conceitos inerentes à universidade popular. Já o modelo norte-americano, também chamado de sistema corporativo, surge após o modelo europeu e tem como característica principal a prestação de serviços nas áreas urbanas e rurais (GURGEL, 1986).

No entendimento de Santos (2008), o advento que norteia a extensão universitária se apoia na visão de que o conhecimento construído pela Universidade não é exclusivo, que há outras formas de se compreender e ver o mundo, emergidas dos inúmeros segmentos sociais. Em vista disso, cabe à Universidade facilitar e ampliar o diálogo com os distintos segmentos da sociedade, permitindo que seus profissionais e estudantes em convivam com outras formas de conhecimento e produzam novos conhecimentos por meio dessa interação (MELO NETO, 2004).

Desse modo, o propósito de se visualizar experiências que traduzem a prática da extensão universitária são pertinentes no sentido de se compreender como a extensão da universidade insere-se no desenvolvimento e nas dinâmicas de sua região. Neste caso, toma-se a experiência desenvolvida pela extensão da UFFS como base para o presente estudo.

4.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFFS

A UFFS, desde sua criação, caracteriza-se como a materialização da capacidade de convergência entre as demandas provindas dos diversos atores sociais presentes na região de sua abrangência, cuja pauta envolve luta por justiça social, democracia, respeito à igualdade e a diversidade, sustentabilidade e direito à educação pública, em uma região que, historicamente, aflige-se com a escassez de políticas públicas que abarquem essas demandas (DAMBROS, 2015). Os movimentos em torno de sua constituição tonalizaram, e se concretizaram em suas políticas institucionais, perpassando seus objetivos, missão, diretrizes e políticas de ensino, pesquisa, extensão e a cultura.

Assim sendo, é importante destacar que fazem parte dos dez princípios elencados no Projeto Pedagógico Institucional (PPI): a indissociabilidade entre as ações de ensino, pesquisa e extensão; atender às linhas estabelecidas na Política Nacional de Formação de Professores; a contribuição com o desenvolvimento sustentável da sua região de abrangência; o respeito à diversidade cultural e de pensamento; a atuação na diminuição das desigualdades sociais e regionais; a agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento; ser uma instituição

pública e popular; e o comprometimento com o avanço da arte, da ciência e da melhoria da qualidade de vida para todos (UFFS, 2012).

Desde sua concepção, a UFFS busca promover espaços representativos de participação social à comunidade regional, por meio de seus conselhos de *campus*, Estratégico Social, Universitário e os Conselhos Comunitários (UFFS, 2011), os quais possuem acentos específicos para participação da comunidade regional. Assim, evidencia-se o desafio de edificar uma instituição com uma parcela cada vez maior de inserção na sociedade, com o intuito de que os bens simbólicos e conhecimentos produzidos por essa dinâmica encontrem-se acessíveis a todos os grupos sociais. Sendo assim, por meio das ações extensionistas nesta instituição, pretende-se construir uma via de mão dupla, em que a comunidade regional se insere na universidade e vice-versa, promovendo a transformação de ambas (UFFS, 2011).

A extensão na UFFS é regida por uma política específica, construída a partir do diálogo com a comunidade acadêmica e regional nos anos de 2011 e 2012. Nela, a extensão é compreendida como,

[...] um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional (UFFS, 2017, p. 1).

Mais ainda, buscando aproximar a ciência e a formação acadêmica da realidade social, as políticas e os programas de Extensão e de Cultura da UFFS foram construídos tendo como base os princípios contidos no Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo FORPROEX. Além disso, a I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (I COEPE), organizada em 2010, trouxe a Extensão Universitária como elemento fundamental para a democratização do acesso aos conhecimentos produzidos na universidade, bem como para o redimensionamento da função social da instituição (UFFS, 2011).

Dessa forma, no documento da I COEPE a Extensão ganha relevância social, e passa a ser um balizador das diversas ações desenvolvidas pela universidade, uma vez que foi produzido com o envolvimento dos diversos atores sociais, no movimento de contribuir para a formulação de políticas e ações da universidade. “É a partir desta perspectiva que se coloca a política de Extensão da UFFS, priorizando a Extensão como prática acadêmica que interliga a Universidade, nas suas atividades de Ensino e de Pesquisa, com as demandas da região da Fronteira Sul.” (UFFS, 2011, p. 60).

Contudo, o entendimento presente nos documentos institucionais é de que as ações de extensão e cultura não significam prestação de serviço assistencialista, a pretensão é aliar o conhecimento científico produzido na universidade e aplicar no desenvolvimento de uma comunidade, a qual participa ativamente por meio das experiências do cotidiano (UFFS, 2011).

Desse modo, a extensão oportuniza que estudantes e professores ampliem seus saberes, ao mesmo tempo, em que contribuem para o desenvolvimento das regiões.

Em vista disso, bem como do contexto de desenvolvimento regional, os objetivos das ações de extensão da instituição pretendem,

[...] desenvolver Programas e Projetos voltados para toda a sociedade; difundir resultados e benefícios oriundos da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica; manter a universidade aberta à participação da população, das instituições, organizações e movimentos organizados da sociedade; proporcionar construção de conhecimentos, capacitação para a atuação profissional do acadêmico e a sua formação cidadã; promover o respeito à pluralidade de pensamento e à diversidade cultural; fomentar o desenvolvimento de programas e projetos a partir de métodos participativos e de pesquisa ação objetivando promover a cidadania e os valores democráticos dos diferentes sujeitos sociais envolvidos nas ações (UFFS, 2017, p. 7).

Acerca das temáticas que abarcam os projetos, programas, cursos, eventos e prestações de serviço executadas pela extensão, tem-se como prioridade as definidas pela COEPE (UFFS, 2011) e que constam na política de extensão da universidade: Educação básica e formação de professores; Conhecimento, Cultura e Formação Humana; Desenvolvimento Regional, Tecnologias e Inovação; História e Memória Regional; Linguagem e Comunicação; Energias Renováveis; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Rural; Gestão das Cidades, Sustentabilidade e Qualidade de Vida; Movimentos Sociais, Cidadania e Emancipação; Juventude, Cultura e Trabalho e Políticas e Práticas de Promoção de Saúde Coletiva (UFFS, 2017).

Para além disso, a Política de Cultura da UFFS sugere que os programas, projetos e atividades culturais estejam alinhados às definições do FORPROEX (2002), e do Plano Nacional de Cultura (PNC). Dentre as atividades de extensão, a cultura é uma linha temática específica que aborda: Desenvolvimento de Cultura; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura e Memória Social; Cultura e Sociedade; Folclore, artesanato e tradições culturais; Produção Cultural e Artística na Área de Artes Plásticas e Artes Gráficas; Produção Cultural e Artística na Área de Fotografia, Cinema e Vídeo; Produção Teatral e Circense; Rádio Universitária;

Capacitação de Gestores de Políticas Públicas; Cooperação Interinstitucional e Cooperação Internacional na área; Cultura e Memória Social (UFFS, 2014).

Com base nos dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), desde o ano de 2010, a UFFS desenvolveu 1.229 projetos e 87 programas, materializados por ações de extensão e cultura, embora se tenha a convicção de necessários avanços, é significativo o trabalho que a universidade vem desenvolvendo por meio da extensão universitária. Diante disso, apresenta-se os quantitativos relacionados aos projetos e programas realizados pela instituição no período de 2010 a 2016.

Tabela 2 – Projetos e programas de extensão e cultura desenvolvidos na UFFS no período de 2010 a 2016

Ano	Projetos	Programas
2010	38	-
2011	154	2
2012	172	12
2013	183	15
2014	218	14
2015	257	22
2016	206	22
Total	1.229	87

Fonte: elaboração do autor (2017), a partir de informações da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Visualiza-se por meio dos dados apresentados que há uma relevante quantidade de ações que apresentam um crescimento gradual no número de projetos compreendendo os anos de 2010 a 2016. Para além disso, o volume de projetos e programas institucionalizados no período demonstra que, apesar de ter apenas oito anos desde a sua criação, a extensão universitária da UFFS se caracteriza como uma instância importante e com significativa participação no tripé que compõe a universidade, podendo também evidenciar um perfil extensionista nesta instituição. No entanto, observa-se que o ano de 2016 registrou uma pequena queda, algo que não havia ocorrido nos anos anteriores e que pode indicar uma diminuição no interesse pela extensão universitária por parte dos docentes, diminuição orçamentária ou o momento político e econômico no qual o país se encontra.

Cabe destacar que as áreas temáticas da Política Nacional de Extensão Universitária subdivide-se em oito, as quais devem ser enquadradas todas as ações extensionistas a serem desenvolvidas pelas universidades (FORPROEX, 2012). Apresenta-se, a seguir, um panorama de projetos e programas desenvolvidos na UFFS enquadrados nestas áreas temáticas.

Tabela 3 – Número de projetos e programas por área temática

Área temática	Projetos	Programas
Comunicação	26	4
Cultura	107	2
Direitos Humanos e Justiça	51	0
Educação	569	37
Meio Ambiente	85	11
Saúde	120	26
Tecnologia e Produção	124	17
Trabalho	47	3
Total	1.129	100

Fonte: Elaboração da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura 2017.

Acerca das áreas temáticas, percebe-se que a maior parte das ações de extensão e cultura está contemplada área temática da educação, o que pode evidenciar um traço importante no perfil institucional. Esta ocorrência pode estar ligada à grande quantidade de cursos na área da educação existentes na UFFS e a formação dos docentes desta instituição. Contudo, sublinha-se que outras áreas têm manifestado crescimento, dentre as quais estão a Cultura, com edital de fomento específico, Saúde e Tecnologia e produção.

Na tabela 4 encontram-se disponíveis os quantitativos de envolvidos por categoria.

Tabela 4 – Envolvidos por ano em editais internos e demanda espontânea

Ano	Técnicos	Voluntários	Parcerias	Total
2010	107	191	82	380
2011	125	339	123	587
2012	115	354	98	567
2013	90	296	139	525
2014	109	613	22	744
2015	163	1053	337	1553
2016	163	866	241	1270
Total	872	3.712	1.042	5.626

Fonte: Elaboração da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (2017).

Considerando os dados apresentados, percebe-se que a comunidade acadêmica tem desenvolvido extensão e cultura em diferentes espaços, envolvendo diversos segmentos sociais, evidenciados especialmente pelo número de parcerias, dentre as quais figuram: professores da rede básica de ensino; movimentos sociais; conselhos; cooperativas; sindicatos de trabalhadores; gestores municipais; entidades artísticas; ministérios do governo federal.

Desse modo, considerando-se buscar conhecer o perfil da extensão da UFFS, a tabela a seguir apresenta a quantidade de certificados emitidos nas ações de extensão, sejam elas: cursos, eventos, projetos, programas e prestações de serviço.

Tabela 5 – Quantitativo de certificados emitidos pela extensão e cultura da UFFS

Ano	Quantitativo
2011	6.740
2012	8.211
2013	20.047
2014	11.897
2015	29.653
2016	35.007
Total	111.555

Fonte: Elaboração da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (2017).

Nota-se que a quantidade de certificados emitidos é considerável, tendo em vista o pouco tempo de existência da PROEC na UFFS. Assim, esse dado pode evidenciar um traço marcante no perfil da extensão nessa instituição: a importância que esta atividade tem no tripé da instituição, junto com o ensino e a pesquisa, bem como identificar um interesse por parte da comunidade acadêmica e regional em envolver-se em atividades de extensão.

Ressalta-se que estas ações devem ser construídas através do diálogo permanente com a comunidade regional, no sentido de se conceber uma extensão universitária com papel de protagonista das transformações sociais que permeiam a região de atuação da universidade e se fomentar o desenvolvimento regional. Para tal, a universidade precisa garantir a participação da comunidade regional em seus conselhos gestores e na construção de suas políticas.

No próximo item, apresenta-se a experiência de um projeto de extensão universitária da UFFS, cujo aporte de recursos foi considerável e pode trazer à luz aspectos sobre como essas dinâmicas têm sido construídas e se inserem no desenvolvimento regional da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

4.1.1 O Projeto Semeando Terra Solidária

A UFFS, pela sua constituição vinculada aos movimentos sociais populares e sindicais de sua região de abrangência, carrega o compromisso de abarcar as demandas provindas destes movimentos em suas políticas e ações. Isso posto, o projeto de extensão universitária, em estudo, surgiu da relação entre universidade e movimentos sociais, ainda no ano de 2011, a partir da participação de servidores e gestores da universidade, em um evento que ocorreu no acampamento de capacitação para jovens da agricultura familiar, promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL).

Sobre o fato, Rocha (2015)¹ contextualiza que:

Naquela ocasião quem estava à frente, representando a nossa universidade era o vice-reitor o professor Andrioli, então a partir dele, com a direção da FETRAF, começou-se a estruturar a ideia de um curso de formação para jovens nos moldes do Terra Solidária². Depois disso o projeto foi viabilizado via Ministério do Desenvolvimento Agrário, especialmente a parte financeira [...] (ROCHA, 2015).

Este projeto foi construído no período de 2011 a 2013, em diálogo constante com os movimentos sociais e, principalmente, com as lideranças da FETRAF-SUL, contendo as contribuições de todos os envolvidos. Foram definidos os conteúdos a serem trabalhados, a metodologia mais adequada para participação dos jovens da agricultura familiar e como seria feita a mobilização destes participantes, a escolha das coordenações regionais, dentre outras.

Esse projeto, segundo o Vice-Reitor da UFFS,

[...] foi um bom exemplo de como a universidade pública consegue trabalhar educação não formal partindo de uma demanda da Juventude Rural desta região, reunida no Congresso em Concórdia em 2011 e fazendo desse projeto de formação um espaço de reflexão sobre a prática dos dirigentes sindicais, munindo esses jovens de informações e conhecimentos para que possam permanecer no meio Rural, para que possam desenvolver melhor suas atividades produtivas e possam acessar recursos das políticas públicas do Governo Federal, o projeto de iniciativa da FETRAF atendido pela Universidade Federal da Fronteira Sul, conta com apoio do MDA e se tornou o primeiro projeto de formação dos jovens rurais no Brasil (VICE-REITOR, UFFS, 2016).

As atividades foram desenvolvidas nos três estados do Sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, no período de 2013 a 2015. Refere-se a uma proposta pioneira no país, que se tornou referência para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), envolvendo aproximadamente quatro mil³ jovens do campo, sendo quarenta jovens por estado, que participaram do curso de formação presencial na UFFS, *campus* Chapecó, e, posteriormente, atuaram como multiplicadores em seus municípios, constituindo turmas de 40 jovens (meta do Projeto) (UFFS, 2018).

¹ Entrevista concedida pelo então coordenador do projeto Humberto José da Rocha à assessoria de imprensa da FETRAF-RS no dia 10 de novembro de 2015 e transcrita pelo autor da pesquisa. Disponível em: <<http://fetrafrs.org.br/audios/professor-da-uffs-fala-sobre-o-projeto-da-fetrafr-juventude-semeando-terra-solidaria/>>.

² De acordo com o Entrevistado 12, o nome “Terra Solidária é uma marca da FETRAF desde os anos 90”, utilizada em seu programa para capacitação para jovens da agricultura familiar.

³ A quantidade de jovens envolvida no projeto foi registrada no relatório final do projeto, o número de quatro mil pode não corresponder com o alcance real da atividade, conforme identificado na pesquisa de campo.

O curso foi coordenado pela UFFS em conjunto com a FETRAF-SUL, e contou com recurso financeiro de aproximadamente de R\$ 1 milhão de reais, disponibilizado pelo MDA. No que se refere a isso, Rocha, Berto e Ames (2016, p. 7) esclarecem que,

[...] a atribuição de cada entidade ocorreu da seguinte forma: A UFFS coordenou o projeto, em conjunto com a FETRAF-SUL/CUT, realizando a gestão financeira dos recursos liberados pelo MDA. Também foi atribuição da Universidade organizar o processo educativo e mobilizar os professores para o desenvolvimento das atividades. A FETRAF-SUL/CUT articulou os jovens monitores, através das cooperativas e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, visando mantê-los em permanente atividade no processo de formação.

Conforme os autores, esta ação de extensão teve como principal objetivo “[...] construir espaços de formação e organização da juventude familiar, a partir da afirmação e valorização do espaço rural, tendo em vista a permanência do jovem no campo com renda, educação e qualidade de vida” (ROCHA; BERTO; AMES, 2016, p. 7). Além disso, os objetivos específicos visavam: incentivar a permanência do jovem no campo, promovendo acesso às políticas públicas; formar novas lideranças sindicais e das organizações econômicas da agricultura familiar; fomentar a inclusão digital, com o uso dos recursos da tecnologia da informação e comunicação com vistas a melhorar a gestão das informações de sua unidade produtiva e oportunizar espaços de geração de renda, identificando as alternativas diversificadas (UFFS, 2013).

Com o projeto buscou-se o empoderamento dos jovens a partir de um processo formativo que propiciasse a melhoria na qualidade de vida, a construção de um pensamento crítico para o acesso a políticas e espaços de governança pública, desafiando-os a construir planos de gestão sustentável para suas propriedades, a dinamização de suas alternativas de geração de renda, com vistas garantir a sucessão familiar e a permanência no campo (UFFS, 2013).

Assim, como descrito Rocha, Berto e Ames (2016, p. 8), “[...] o desenvolvimento do curso foi estruturado a partir das condições de participação dos agricultores familiares de tal forma que não comprometesse a sua permanência no campo e permitisse conciliar o processo formativo com seu trabalho.”

Diante disso, o processo de ensino-aprendizagem foi estruturado a partir do método fundamentado na alternância de tempos educativos, o qual, para Gimonet (2007, p. 52), “[...] visa a uma formação teórica e prática global possibilitando o aluno construir seu projeto pedagógico, desenvolvê-lo e realizar um distanciamento reflexivo sobre a atividade desenvolvida.”

Assim, o aluno capacita-se ao mesmo tempo que aplica e reflete sobre os conhecimentos adquiridos, possibilitando uma relação entre o viver e a gestão das dinâmicas complexas do dia a dia, com suas incoerências e peculiaridades (GIMONET, 2007).

Esse projeto de extensão utilizou-se de dois tempos educativos:

1. Tempo educativo presencial, denominado de módulo: foram 12 (doze)⁴ módulos de 3 (três) dias para turmas estaduais, e 12 (doze) módulos de um dia para turmas municipais. Além disso, as turmas estaduais realizaram atividades de intercâmbio relativas aos temas dos módulos. 2. Tempo Comunidade: é o período entre os módulos, em que são realizadas as atividades de estudo, de elaboração do Plano Familiar, de práticas nas unidades de produção e vida familiares e nas entidades (UFFS, 2013).

Para além da metodologia, faz-se importante contextualizar que, conforme os objetivos principais do projeto, foram selecionados pela equipe de coordenação um conjunto de conteúdos temáticos a serem trabalhados em sala, tanto nas turmas constituídas na universidade, quanto nas coordenadas pelos jovens multiplicadores em seus municípios.

Assim, conforme afirmam Poli *et al.* (2013, p. 1), os temas centrais giraram em torno da,

[...] gestão das Unidades Produtivas Familiares - UPF, a inovação tecnológica na organização, produção, processamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar e a articulação política dos jovens nos espaços organizativos da categoria visando a construção de uma perspectiva de sua sustentabilidade como produtora de alimentos e como espaço de vida no campo.

Acrescenta-se aos temas descritos acima, conforme Poli *et al* (2013, p. 1), “[...] que idealizou-se por meio dos conteúdos trabalhados a constituição de um processo que fomentasse a atualização do olhar dos envolvidos sobre a vida no campo e suas transversalidades, as quais contemplam todos os elementos básicos que envolvem esse universo.” Nesta seara, foram trabalhados,

[...] desde o trabalho, a concepção de unidade de produção e vida familiar; a inserção no mercado de alimentos; a concepção de desenvolvimento local sustentável e suas implicações e relações com o desenvolvimento regional e nacional; a tecnologia e a inovação tecnológica a partir das necessidades de demandas da agricultura de base familiar; as relações sociais, em especial de gênero

⁴ O programa completo dos temas trabalhados nos 12 módulos do Projeto Semeando Terra Solidária estará disponível no rol dos anexos desta pesquisa em função da extensão do arquivo e para uma boa visualização por parte dos leitores.

e de geração, nas famílias, nas comunidades, e no conjunto da sociedade (ROCHA; BERTO; AMES, 2016, p. 8).

Sob o prisma do Vice-Reitor, exposto em seu relato no documentário, pelo pioneirismo do curso, materializado pela ampla quantidade de temas abordados e sua metodologia de trabalho, pode-se dizer que “[...] hoje com certeza que a universidade tem dado um passo significativo em termos de atendimento as demandas da comunidade regional e de dinamização também da cultura de formação desses jovens” (VICE-REITOR, UFFS, 2016). Já para o Coordenador: “Esse projeto de capacitação de jovens com a FETRAF-SUL é um momento em que a universidade materializa essa relação à qual ela se propõe” (COORDENADOR, UFFS, 2016).

A universidade, por meio da extensão, ultrapassa o processo unilateral, em que os conteúdos são impostos, constituindo espaços edificados pela interação entre o conhecimento empírico e o científico. Assim, “[...] essa experiência estreita nossos laços da universidade, da academia, da produção do conhecimento e da extensão com a região e com os compromissos mais profundos do povo trabalhador da Fronteira Sul” (PRÓ-REITOR, UFFS, 2016).

Embora sejam jovens do sul do país eles vem de comunidades com modo de vida às vezes um pouco diferente, isso traduzido a uma equipe de professores que se propõe a trabalhar nessa diversidade, precisando se adaptar a uma metodologia de forma que consiga atingir o jovem, mas ao mesmo tempo não caia na armadilha de se tornar uma coisa superficial, porque [...] muitos deles não tem um curso de graduação, ou ainda não frequentem um curso de graduação, mas eles tem muita experiência no meio rural que é o objetivo desse projeto, a dizer o meio rural, provavelmente muito mais que boa parte dos nossos professores (COORDENADOR, UFFS, 2016).

Sendo assim, esse é o momento em que a universidade recicla seus conhecimentos e metodologias. Na visão do Pró-Reitor de Extensão e Cultura, o principal saldo deixado por esta experiência de extensão foi ter mostrado

[...] que é possível construir uma extensão que seja pautada pelas demandas da região, pelo povo trabalhador e uma relação dialógica. Nós não fomos desenvolver uma experiência onde levamos simplesmente o conhecimento, a nossa relação ao curso, as oficinas, todas as ações desenvolvidas nesse projeto tiveram caráter ideológico, ou seja, valorização dos saberes populares, valorização da cultura e da identidade do agricultor familiar da Agricultura Familiar e a partir dessa relação que foi construído o projeto. É importante reafirmar, que essa não existe Universidade Popular, sem uma extensão popular e o hoje podemos afirmar que uma prova cabal dessa utopia [...] está materializado por esse projeto (PRÓ-REITOR, UFFS, 2016).

Assim, em função de suas particularidades de construção, o envolvimento dos movimentos sociais e jovens desde a concepção do projeto, é pertinente salientar que para

além da extensão “[...] permitiu a universidade uma inserção no ensino e na pesquisa também, então atingindo contemplando os três eixos que formam a universidade” (COORDENADOR, UFFS, 2016). Em seguida, apresenta-se alguns aspectos acerca da metodologia de multiplicação adotada pela referida experiência.

4.1.2 O sistema de multiplicação do Projeto Semeando Terra Solidária

O curso Semeando Terra Solidária previa inicialmente capacitar mais de 4.500 jovens da agricultura familiar, por meio do sistema de multiplicação de conhecimentos na base. Com auxílio da FETRAF-SUL, foram indicados quarenta jovens de cada um dos três estados da região Sul, para a participação no módulo desenvolvido na UFFS, *campus* Chapecó. Após o período de capacitação, esses 120 jovens se comprometeram, com o auxílio dos sindicatos da agricultura familiar, a constituir turmas de quarenta jovens em seus municípios e repassar os conhecimentos adquiridos primeira etapa, pelo período de um ano, com um encontro mensal (UFFS, 2013).

Contudo, quando questionados sobre os trabalhos desenvolvidos na etapa de multiplicação, a maior parte dos entrevistados relatou diversas dificuldades, as quais perpassam principalmente por contratempos no repasse dos conhecimentos por parte dos jovens ministrantes, bem como a falta de adesão, comprometimento e interesse, dentre outros.

Assim, conforme relata esse jovem: “A turma começou um pouco maior e depois diminuiu, tinha sempre em torno de 12 jovens. Nós utilizávamos a área do sindicato lá do município. Eram jovens de diferentes comunidades, um de cada canto, vindos dos municípios de Marema e Coronel Freitas.” (E1, 22 anos, feminino). Já para outro entrevistado, essa fase foi problemática, pois “[...] a gente realizava os encontros e no primeiro vieram dez ou vinte por exemplo, no segundo encontro vinham pessoas novas e talvez não gostavam aí já não voltavam, mais em média uns 12 jovens eram assíduos, começaram e terminaram.” (E6, 24 anos, feminino).

Percebe-se, por meio dos relatos, que as turmas já iniciavam com número menor do que o almejado inicialmente pelo projeto, e que essas finalizavam com um número bem reduzido de participantes. Um novo entrevistado revela que “[...] no começo eram uns vinte e cinco até vinte e oito e acabar mesmo, concluir o curso, foram apenas uns sete ou oito.” (E4, 26 anos, masculino).

A minha turma começou com 22, mais não progrediu, eu tive dificuldade e não tive o apoio necessário que eu precisava da antiga direção do sindicato na questão financeira, então eu consegui fazer os cursos até que tinha viabilidade financeira, inclusive eu fui falho e não consegui terminar com meus alunos [...] nós fizemos apenas 4 encontros, então ficou algumas etapas para trás que a gente não fez [...] (E11, 25 anos, masculino).

Nesta mesma linha, outro relato reitera a questão de que havia grande decadência no número de participantes nas turmas de multiplicação, as quais começavam com “[...] trinta, depois vinte, passava para dez e terminava com nenhum, aí tinha que retomar. Não tinha essa sequência de sempre ter a mesma quantidade, aí o jovem desanimava e tínhamos que fazer ele voltar, [...] a multiplicação foi um empenho constante.” (E12, 33 anos, feminino).

Ainda sobre as turmas, constatou-se nas entrevistas que as dificuldades nesta etapa de multiplicação, com vistas a participação efetiva dos jovens e o atingimento da meta inicial quantitativa do projeto, perpassa desde contratempos no acesso aos locais de aula por conta da distância, o ritmo de trabalho do público-alvo das capacitações em suas propriedades, falta de preparo por parte dos multiplicadores, dificuldades para mobilização, a cultura e as relações na agricultura familiar, entre outras.

Um fator que aconteceu para mim é que como era muito longe o deslocamento do facilitador até Chapecó, às vezes não conseguia participar de todas as etapas e lá na comunidade é difícil fazer o trabalho de implantar uma cultura em uma cabeça que está formada a gerações com a mesma ideia o que faz com que muitos não acreditem que essas capacitações podem gerar resultados (E4, 26 anos, masculino).

Com relação ao sistema de multiplicadores, utilizado no projeto Jovens Semeando Terra Solidária, os problemas apresentados acima deixam claro que a metodologia deve ser repensada em atividades futuras. Para outro entrevistado, “[...] foi uma das maiores frustrações, diante do planejado, não conseguir atingir as metas numéricas lá pelo menos.” Dos quatro mil jovens nos três estados, “[...], acho que a lógica da multiplicação funciona, mas tu tem que preparar muito a pessoa para multiplicar.” (E9, 29 anos, masculino).

É difícil pegar um jovem tá lá no interior, que não tem um convívio com a sala de aula, trazer ele três dias e fazer um curso, despejar um monte de conhecimentos e dizer vai lá e replique. Então a condição de fazer, ainda mais replicar com jovens, talvez se fosse replicar com adultos seria mais fácil, porque trabalhar com a juventude também é um processo muito dinâmico, fazer eles prestar atenção, ter interesse nos temas é um pouco complicado, então acho foi isso que também, e aí uma série de questões, nós não tínhamos todos os recursos necessários, tinha que ter um acompanhamento, enfim planejar melhor essa lógica de voltar [...]. Nós não tínhamos o material, por exemplo, que foi proposto, ele não era uma cartilha que tu pegava e conseguia replicar, fazer e acompanhar. Então eu acho que é uma série de fatores, isso é bem complicado, eu já acompanhei outros processos de formação e

tal, mas pra replicar conhecimento, tu tem que aprender muito pra conseguir replicar um pouco (E9, 29 anos, masculino).

Neste sentido, compreende-se que para um jovem da agricultura familiar, que desconhece as metodologias utilizadas em sala de aula, por professores qualificados, objetivando o repasse de conhecimentos, o curto tempo de curso, a ampla diversidade de conteúdos, a ausência do apoio dos sindicatos que estavam auxiliando na mobilização dos jovens e com o aporte financeiro para os multiplicadores e a inexistência de um material didático para as turmas, o curso tornou-se a multiplicação um exercício complexo, exaustivo e em muitos casos inviável.

Contudo, conforme explana mais um entrevistado, mesmo com todos os problemas apresentados, esta etapa foi de grande valia, principalmente no tocante a seu caráter político e de articulação.

Tecnicamente os multiplicadores não estavam muito preparados [...] o curso era pobre, mais politicamente sim, porque o que acontece, para você multiplicar, tem que convidar as pessoas, ter esse contato, preparar o encontro, se preparar e estudar mais, então politicamente, tenho certeza que sim, tecnicamente eu acho que houve um avanço muito pequeno, politicamente deu muito resultado e subsídio para eles. Eu acho que a multiplicação é a principal responsável pela formação efetiva das lideranças, porque o curso não era só formação técnica, tinha grande parte na formação de lideranças (E12, 33 anos, feminino).

Por fim, dada a caracterização do projeto Semeando Terra Solidária e os entraves apresentados, principalmente, na etapa de multiplicação, é perceptível que a extensão da UFFS tem o dever de olhar para esta experiência e aperfeiçoar-se em seus processos e metodologias com objetivo de maximizar a produção de conhecimentos e superar os entraves elencados em experiências futuras. Então, é “[...] nesse momento a universidade tem a oportunidade de rever a sua metodologia e aprimorar-se naquilo que ela se propõe que é trabalhar com o meio rural.” (COORDENADOR, UFFS, 2016).

A seguir, serão apresentados possíveis rebatimentos dessa experiência de extensão universitária no desenvolvimento regional.

4.2 PROJETO SEMEANDO TERRA SOLIDÁRIA E SEUS POSSÍVEIS REBATIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No percurso da pesquisa foram identificados uma série de processos e nuances, desencadeados a partir da formação desses jovens da agricultura familiar e suas possíveis

relações com o desenvolvimento regional endógeno e sustentável de suas regiões. Vale ressaltar que a extensão universitária, sob a perspectiva de Santos (2004), tem a função de transferir a sociedade os saberes produzidos pela universidade ao mesmo tempo que constrói novos conhecimentos, e nesta interação modifica o meio no qual se desenvolve.

Além disso, para que seja possível compreender as dinâmicas da extensão universitária praticada pela UFFS no desenvolvimento regional por meio dessa ação, foi necessária a aproximação desse campo no que tange verificar quais processos efetivamente foram suscitados durante e após o processo de formação.

Considerando que esta atividade teve como público-alvo jovens da agricultura familiar, destaca-se a pluralidade de temáticas trabalhadas, tendo em vista que em se tratando desse público, não se pode restringir-se apenas aos conhecimentos inerentes à agricultura familiar, haja vista que esta atividade é pluriativa e multifuncional, demandando abordagens diversas, para uma atuação transformadora.

A população de futuros agricultores familiares será formada por esta juventude, que é, cada vez mais, pluriativa, e, sendo que suas rendas não procederão integralmente da agricultura, mas de um conjunto diverso de atividades. Diante desta explanação, fica evidente que quanto mais possibilidades de atuação, entre as quais se destacam as voltadas aos movimentos sociais, cooperativas, agroindústrias familiares, entre outras, maior será sua tendência na escolha por permanecer no campo (ABRAMOVAY *et al.*, 1998).

Cabe destacar que grande parte dos entrevistados assinalaram diversas mudanças em suas propriedades e nas do seu entorno, proporcionadas no decorrer da capacitação e pelo exercício do desenvolvimento do plano familiar, como trabalho de conclusão do curso, bem como rebatimentos posteriores. A maioria deles relataram sentir-se empoderados para atuação junto a sua família na propriedade e grande parte passou a ter papel de destaque nas entidades sindicais, político-administrativas, cooperativas e agroindústrias, diretamente ligadas à agricultura familiar.

O curso nos ajudou fortalecer mais a questão da liderança, pois esses jovens sempre foram muito envolvidos na comunidade e isso ajudou bastante, tipo lá na nossa comunidade nós sempre nos envolvemos em quase tudo, também há o envolvimento nos órgãos, conselhos do município e nos sindicatos. O legal é que esse pessoal continuou articulado em outros projetos e em participação nas atividades do Sindicato. Por exemplo, há muita atuação deles nas comunidades principalmente em parceria com a igreja, hoje há jovens desses construindo projetos de cooperativas em conjunto (E1, 22 anos, feminino).

Corroborando com isso, outro entrevistado relata que os jovens voltavam empoderados desse processo formativo e isso impactou no dia a dia dos sindicatos, os quais “[...] são organizações importantes que representam a categoria dos trabalhadores da agricultura familiar.” (E12, 33 anos, feminino). O mesmo entrevistado afirma que movimentar essa instituição não é algo simples, exigindo desses jovens um grande aporte de conhecimentos para lidar com as mais diversas situações: “[...] muitas jovens mulheres por exemplo, vinham para quebrar esse conceito machista e patriarcal que tem na agricultura familiar e no movimento sindical [...], para se tornar uma liderança jovem na agricultura familiar você precisa provar que é capaz.” (E12, 33 anos, feminino).

No entendimento de Costa (2000, p. 22), o empoderamento dos jovens da agricultura familiar passa pela “[...] a atuação criativa, construtiva e solidária do jovem, na solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla.” Este mesmo autor contextualiza que o destaque destes jovens é evidenciado na participação,

[...] em atividades que extrapolam o âmbito de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, a universidade, a vida comunitária (igrejas, clubes, associações) e até mesmo a sociedade em seu sentido amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que podem transcender os limites de seu entorno sócio-comunitário (COSTA, 2000, p. 176).

Diante disso, destacam-se as ações que visam o empoderamento da juventude da agricultura familiar, especialmente, entrelaçadas com a extensão universitária, “[...] possibilitam a transformação do jovem e a transformação do mundo, numa relação dialética que favorece a formação de jovens mais conscientes de seu papel como agentes de mudança social, investidos na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.” (CALIL, 2008, p. 81).

Corroborando com isso, o relato 1 do documentário “Círculos de debate em movimentos de extensão universitária” afirma que a capacitação

[...] ajudou bastante a partir do momento que a gente se compreende como um ser que é sujeito a processo [...] de a gente se ver como um indivíduo, e esse indivíduo está sujeito a uma sociedade, está sujeito a um conjunto de processos. Então eu acho que esse curso, a universidade, a maneira como tudo foi repassado nós fortalece muito isso, porque o jovem precisa dessa base para poder construir uma coisa sólida, algo que ele tenha responsabilidade, que ele saiba que ação dele de uma certa forma vai estar deixando uma coisa boa para o futuro, vai gerar transformação (R1, UFFS, 2016).

O mesmo jovem afirma que as entidades e instituições são construídas por indivíduos, e estas “[...] precisam se renovar, ter essa nova maneira de se ver mais responsável pelo futuro que a gente tem e encarar um pouco mais a atualidade que a gente vive hoje.” (R1, UFFS, 2016). Na visão de outro jovem,

[...] essa capacitação trouxe uma importância muito grande não só para mim mas para toda a juventude eu acredito, porque ela está trazendo e dando a oportunidade de fazermos uma reflexão e ter um aprendizado diferenciado sobre o campo e também está mostrando como a participação da juventude na agricultura familiar é importante e decisiva para a transformação e para continuidade da Agricultura Familiar (R6, UFFS, 2016).

Nesta perspectiva, observa-se que estes jovens se sentiram empoderados a partir do processo formativo e passaram a compreender-se como sujeitos importantes no processo de renovação das entidades e movimentos sociais da agricultura familiar.

Enquanto movimento social por exemplo, acho que a gente precisa de gente nova, renovar expectativa, renovar teorias, utopias, porque muitas vezes essa utopia está muito longe e estamos indo no caminho contrário [...]. Então é isso, renovar práticas e os discursos [...]. Os movimentos sociais precisam, se renovar dentro de si, porque senão a gente não vai ter mudança de verdade, as mudanças efetivas em nível de consciência e que os movimentos atualmente precisam muito (R1, UFFS, 2016).

Outro possível aporte desse processo formativo, o qual também se caracteriza como um importante indicativo de empoderamento desses jovens da agricultura familiar, encontra-se na fala de outro entrevistado.

Dos 16 que se formaram 6 concorreram a cargos eletivos. Assim a Cristiane foi uma que concorreu e não conseguiu se eleger por muito pouco, mais acredito que pela capacidade dela se ela tentar na próxima vez eleição e fazer um bom trabalho ela vai conseguir, tem o Cristian Peretti de Antônio Prado que também é uma liderança e concorreu a cargo eletivo, claro que lá tem um pouco mais de disputa e ele poderia ter ido um pouco melhor, teve o Cleiton aqui de Erval Grande que conseguiu se eleger, o Thiago Fuck de Tenente Portela que também concorreu a um cargo eletivo e não consegui se eleger, então dentre outros ai que são lideranças que estão defendendo a causa dos agricultores e muitos botaram a cara a tapa e que são jovens lideranças ativas na luta do agricultor (E8, 32 anos, masculino).

A participação desses jovens em processos eletivos manifesta-se também como um indicativo de empoderamento, provindo em parte pela capacitação do projeto Jovens Semeando Terra Solidária. Isso se caracteriza como algo fundamental e importante para a agricultura familiar, no geral, pois garante a representatividade necessária para criação de políticas públicas, adequadas ao contexto de vida dessas famílias e que atravessam diversas

questões inerentes a essa categoria de agricultores e possam promover o desenvolvimento regional.

Além de todos os aportes elencados acima, os quais perpassam desde o empoderamento dos jovens participantes da capacitação para atuar em organizações políticas, sindicatos e, até mesmo, a concorrer a cargos eletivos, outras ações efetivas foram pontuadas pelos entrevistados, as quais podem caracterizar avanços significativos em direção ao desenvolvimento regional de característica endógena e sustentável, tendo em vista que essas ações se efetivam em nível local e que esse tipo de desenvolvimento se “[...] propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida.” (BARQUERO, 2002, p. 39). Complementando: “Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto.” (BARQUERO, 2002, p. 39).

Diante do contexto apresentado, foi relatado por um dos entrevistados a experiência da criação de um grupo de apicultores que se efetivou a partir da participação de dois jovens no curso,

[...] teve dois alunos da região de Tenente Portela, por exemplo, que a partir do curso e do plano familiar, desenharam a implementação de um grupo de apicultores e escreveram um projeto, inclusive foram buscar recurso para isso e tal, então dentro daquela lógica também era uma inovação, trabalhar com algo diferente, uma atividade nova (E9, 29 anos, masculino).

Reforçando a ideia de que a experiência acima pode qualificar um contexto de desenvolvimento regional endógeno sustentável, North (1977) alega que isso demanda o reconhecimento de uma ação em nível local, com potencial geração de renda e que envolva as comunidades e setores locais.

Em outro relato, o entrevistado destaca a experiência da criação de um grupo com aproximadamente 150 agricultores familiares, por meio da utilização de um aplicativo móvel, que visa facilitar o acesso do público aos produtos que estarão disponíveis na cesta daquela semana, o que acaba por aproximar o agricultor familiar do cliente final. Isso auxilia a comercialização da produção destes agricultores.

A gente orientou ele para que fizessem um grupo do Whatsapp para que pudessem vender as cestas, então toda a segunda-feira, é claro que hoje eles se apropriaram disso, não tenho mais envolvimento, mais foi algo que incentivamos e hoje eles caminham sozinhos, fizeram um grupo nesse aplicativo e todas as segundas-feiras a mulher que entrou no papel da questão da gestão da propriedade, coloca toda a

listagem de produtos que eles tem com os preços para vender, e na sexta-feira o marido entrega lá em Florianópolis onde se concentra o maior número de cestas que ele tem para entregar (E4, 26 anos, masculino).

O mesmo entrevistado comenta que, além da articulação entre os agricultores familiares de sua região, busca junto a esses a qualificação de seus produtos, com vistas a agregar valor aos produtos da agricultura familiar.

Outra coisa a gente procura fazer sempre selos, é muito comum e eu particularmente incentivei muito que o agricultor não vendesse o pão dele dentro de saquinho, que ele colocasse um selo de identificação dele, por exemplo, como é que o consumidor vai saber que esse produto é de tal propriedade, de tal agricultor, tem que ter uma identificação, uma cara, então eu procuro incentivar muito isso, não vende o teu produto dentro de um saco qualquer, todo mundo vende dentro de um saco, busque o diferente, se identifique, essa vai ser a tua marca a tua cara, nós viemos tentando qualificar os processos junto a esses agricultores e isso também é reflexo dessa extensão (E4, 26 anos, masculino).

Percebe-se a inserção destes jovens, desde a articulação dos agricultores familiares em cooperativas, agroindústrias familiares, aproximação dos sindicatos e entidades político-administrativas, até mesmo na qualificação e valorização dos produtos, o que dá força ao agricultor para comercialização de sua produção e motiva-os a permanecer na agricultura familiar.

Outro entrevistado afirma que, após a capacitação, foi implementado em seu município, com o auxílio dos jovens que participaram da turma de base na multiplicação, um grupal de leite, “[...] que tem 95 famílias envolvidas, depois do grupal implementado, já faz um ano e meio que estão trabalhando, negociando o leite [...] tem um trabalho com cursos de capacitação aos agricultores” (E3, 25 anos, masculino). O mesmo entrevistado segue explicando que, após a criação do referido grupal, estes jovens passaram a conceber o projeto da criação de uma cooperativa para comercialização da diversidade de produtos produzidos pelas agroindústrias familiares de seu município.

[...] nós já temos várias agroindústrias no interior que trabalham desarticuladas que são de produção de carne, salame, queijos, massas e nosso grupo vai puxar todas elas para essa cooperativa maior, a gente sente bastante dificuldade dos agricultores entenderem o processo de cooperativismo e estamos indo de vagar, fazendo conversas nas comunidades, junto a essas agroindústrias, para o pessoal entender como vai ser [...]. Estamos com 35 famílias que já se integraram ao processo, e estamos em fase de registro. Essas agroindústrias são separadas entre várias comunidades e o pessoal que vai fazer parte da cooperativa produz diversos produtos e então a gente vai tentar fazer da seguinte forma, nós produzimos nosso produto na propriedade e enviamos para a cooperativa que comercializa (E3, 25 anos, masculino).

Para além das experiências já pontuadas, outras foram sinalizadas nas entrevistas e que também se manifestam como importantes possíveis rebatimentos do projeto Jovens Semeando Terra Solidária, com potencial para o desenvolvimento regional endógeno sustentável. Assim, o entrevistado 12 rememora que,

[...] desses jovens, muitos conseguiram implementar o projeto Familiar construído no curso [...], o Reinaldo de [...] de Rio Fortuna conseguiu implementar o projeto que ele fez no curso de Permacultura orgânica [...], teve também o Claudio [...] que implementou uma produção de morango e os meninos do leite. Muitos deles conseguiram fazer o estudo e implementar [...]. Teve também o José implantou uma produção de galinhas e criaram uma cooperativa [...], o curso trouxe realmente essa visão de trabalho articulado uma consciência de rede e eles construíram uma cooperativa que tem um frigorífico, um matadouro comum e produzem as galinhas, vão carnear e vender lá na cooperativa [...] então o curso influenciou em diversas propriedades de diversos cantos dos estados (E12, 33 anos, feminino).

Ademais, o mesmo entrevistado explana que o curso trouxe forte a questão de que estes jovens precisam trabalhar de forma articulada, permeando a visão de que quanto maior a sinergia entre os pares, mais abrangentes e eficazes serão os resultados das ações.

Todos os que eu conheço ou os que eu ainda tenho relação estão articulados na rede de cooperativas que geralmente é ligada ao sindicato. A maioria permaneceu trabalhando, tem um deles o nome dele é Everton [...] de Arabutã que está fazendo um intercâmbio na produção de leite, na Alemanha, e o projeto final do curso dele foi na questão do leite e ele estava lá dando continuidade [...], mais abriu essa possibilidade de intercâmbio e ele vai ficar seis meses por lá e eu perguntei para o irmão dele se ele estava executando o projeto dele da época do Terra Solidária e ele falou que foi naquela mesma época que a ideia do intercâmbio surgiu (E12, 33 anos, feminino).

Diante desse contexto plural, ressalta-se que esta experiência abriu novas possibilidades de capacitação após o Semeando Terra Solidária a seus participantes, sendo por meio de outras ações de extensão universitária na própria UFFS, FETRAF-SUL e nos sindicatos ou mesmo possibilitando a esses jovens da agricultura familiar vislumbrar a possibilidade de intercâmbios de experiências em outras localidades e países. Para eles, anteriormente, esse tipo de experiência poderia estar muito distante de suas realidades.

Corroborando com as experiências e elementos assinalados acima, Riedl e Maia (2007) explanam que o desenvolvimento endógeno sustentável ocorre por meio da renda formada e apropriada pelo próprio agricultor, sendo utilizada na sua própria localidade, ocasionando a emergência economias locais o que incitaria o entorno da região, propiciando diversificação e produzindo alternativas internas para o território.

Esses autores afirmam que a existência de um grupo organizado, quais sejam, lideranças locais, produtores familiares, articulados a atores sociais públicos e privados e representações do Estado, estabelecem-se contendo um mínimo de respaldo, num arranjo competitivo com esforço endógeno. Isso visa melhorar as técnicas utilizadas em suas ações em nível locais, apresentando inovações, produzindo internamente e estando centrados igualmente para comercialização em um mercado externo, sem ser necessariamente dependente desse e também sem proteção cambial e/ou política é um impulsionador do desenvolvimento de uma localidade.

Já a questão do empoderamento destes jovens e o trabalho articulado, os quais, perante as experiências acima arroladas, podem indicar contextos de desenvolvimento regional sustentável endógeno nas localidades, perpassam todas as demais categorias de análise, pois a decisão por permanecer no campo, levando inovações, tecnologias, novas alternativas por meio da agricultura sustentável e melhores condições de contribuir com a gestão das propriedades, também está estreitamente ligada a estas questões.

A seguir, apresenta-se aspectos relacionados à categoria de análise permanência no campo.

4.2.1 A permanência no campo

Esta categoria de análise traz os elementos presentes nas entrevistas semiestruturadas que visavam conhecer se os jovens entrevistados permaneciam atuando na agricultura familiar e se tinham como objetivo continuar ou voltar para campo. Assim, buscou-se perceber se estes jovens visualizavam ter qualidade de vida no local onde residem, pois o referido curso extensão universitária visava também contribuir para criação um ambiente favorável para que estes jovens pudessem decidir permanecer no campo, o que se manifesta como um movimento contra o êxodo rural, ocorrido na agricultura familiar nas últimas década, principalmente nesta faixa de idade (ABRAMOVAY, 1999).

Assim, o êxodo rural, provocado pela crise, vem reduzindo o conjunto populacional dos pequenos municípios do oeste de Santa Catarina. Tal processo ou a crise vivenciada por esta população ocorre principalmente pela descapitalização e o esgotamento dos recursos naturais (RENK, 2000, p. 47).

Observou-se durante o percurso da pesquisa que a maioria dos participantes está desenvolvendo atividades junto a sindicatos e outras organizações, dividindo seu tempo entre suas ocupações nos centros urbanos e no campo. De acordo com o Entrevistado 11: “Hoje eu

estou na liberação pelo sindicato, estou na coordenação/presidência do sindicato lá do município, mais contínuo na propriedade, contribuindo com o que posso” (E11, 25 anos, masculino). Outro entrevistado sublinha que “[...] durante a semana eu trabalho ali no sindicato, na SUTRAF e nos finais de semana eu volto lá para casa junto com meus pais, mais pretendo permanecer no campo em tempo integral futuramente” (E7, 23 anos, feminino).

Corroborando com esta visão, outro participante evidencia que,

Na verdade eu tenho a propriedade e meus pais trabalham lá, mais hoje estou desempenhando um papel dentro da própria agricultura familiar de caráter sindical, a gente concorreu com uma chapa sindical e ganhamos, hoje eu estou de secretário-geral do sindicato e com certeza, para a minha propriedade eu nunca virei as costas, vou dizer assim, quando eu posso eu estou lá contribuindo (E8, 32 anos, masculino).

Percebe-se que, ao mesmo tempo em que estão na cidade, a maior parte possui vínculo com a agricultura familiar e todos manifestaram que tem como projeto de vida permanecer ou voltar para campo, conforme retrata: “Não me passa pela cabeça por enquanto sair de lá.” (E10, 22 anos, masculino).

Assim, verifica-se que, mesmo desenvolvendo atividades nas cidades, esses jovens têm a compreensão de que há boas oportunidades no campo, com qualidade de vida e descrevem ter vontade de viver continuar na agricultura familiar, o que pode evidenciar um movimento em contraposição ao êxodo rural nesta parcela de idade.

Segundo outro entrevistado, as questões mais relevantes relacionadas à opção por permanecer ou voltar ao campo giram em torno da: “Qualidade de vida e estar próximo dos pais, inclusive pelo que a gente busca de informação tem atividades bem atrativas no meio rural, que geram mais renda do que sair da propriedade e ser autônomo na cidade.” (E2, 23 anos, masculino).

Diante das questões elencadas acima, a opção pela permanência no campo perpassa também pela viabilidade que a propriedade possui, bem como pelo componente emocional do trabalho já desenvolvido pela família naquele espaço e as perspectivas econômicas futuras.

Permaneço primeiro pela viabilidade que tem a propriedade, eu venho de uma propriedade que era dos cinco filhos do meu finado avô e a gente hoje trabalha, meu pai minha mãe e eu. Então quero fica lá, pela viabilidade, não apenas econômica, mais pelo que desenvolvemos lá, pela permanência. As atividades de agroecologia que estamos desenvolvendo principalmente para a subsistência primeiramente e depois pela questão econômica que também tem (E11, 25 anos, masculino).

Ainda com relação à permanência na agricultura familiar, faz-se importante ressaltar que o curso de extensão universitária trouxe uma série de dinâmicas por meio de seus

conteúdos, momentos em comunidade e aulas práticas, as quais contribuíram para que estes jovens vislumbrassem novas formas de atuação, possibilidades para melhoria de renda, luta por melhor infraestrutura no campo e políticas públicas para essa faixa de idade.

Além destes elementos, a maioria destes jovens ressaltou que, no espaço onde residem, há qualidade de vida e isso é um dos fatores decisivos na permanência.

Eu percebo muito que a qualidade de vida não se resume apenas a isso e o curso abriu nossa cabeça a respeito disso [...] o pessoal da cidade diz ‘a eu tenho internet, tenho abc...’ no interior eu também tenho tudo isso e então eu vejo que a qualidade de vida está no modo de viver necessariamente, que a gente vive sem pressão [...], é claro que as atividades a gente precisa desenvolver e todo mundo tem seu compromissos, mais eu vejo que a qualidade de vida do interior se mede principalmente pelo grau de felicidade que você encontra nas pessoas realizando aquilo que elas gostam (E11, 25 anos, masculino).

Outro aporte ressaltado relacionado a esta categoria de análise é a vocação para o trabalho na agricultura familiar, vinculada à realização pessoal, qualidade de vida que cada ator tem em seu de ambiente de trabalho e materializa-se como algo decisivo na permanência. Para este entrevistado, “[...] um fator importante para permanecer é gostar do trabalho na agricultura, se não o jovem não tem como ficar [...]” (E10, 22 anos, masculino). Reiterando esta visão, outro jovem relata que trabalha no campo “[...] com algo que eu gosto, me sinto bem lá na agricultura e tenho tudo com mais qualidade do que na cidade, isso me faz permanecer” (E2, 23 anos, masculino).

Em outro relato sublinha-se que um aporte importante nas questões que envolvem esta categoria de análise são as relações familiares, as quais impactam diretamente na decisão por permanecer na agricultura familiar. “Eu acho que é uma qualidade boa desde que se tenha uma boa relação com os pais e que eles estejam abertos ao diálogo para implantar novas culturas. As atividades hoje estão melhores e com mais qualidade pois não é algo tão braçal e as condições hoje são boas.” (E7, 23 anos, masculino). Deste modo, fica evidente que os jovens veem como algo fundamental na decisão por permanecer no campo, participar do processo decisório nas propriedades, podendo aplicar e ratificar os conhecimentos adquiridos nos diversos espaços, incluindo-se, pois, a extensão universitária.

Ademais, atualmente há uma percepção de que, além de todos os aportes elencados nos parágrafos acima, a infraestrutura e o acesso a tecnologias também são pontuadas como fatores que influenciam na permanência no campo. Conforme afirma o Entrevistado 8, “[...] tem a parte alimentar, o trabalho, o social, eu acho que hoje é um pouco melhor, hoje tu tem um

carro, internet, tem as mesmas condições que se teria na cidade.” (E8, 32 anos, masculino).
 Todavia, ele descreve que a parte de infraestrutura,

[...] precisa ainda evoluir um pouco, nós precisamos avançar na questão de cobrar mais do estado. Eu vou lá no sindicato, por exemplo e tem internet de fibra ótica e funciona muito bem, melhor que em algumas comunidades, então talvez ainda falta um pouquinho de infraestrutura. Nas comunidades para o jovem ficar, eu preciso de um salão de festa, um ginásio para jogar futebol, piscina, algumas coisas que tem na cidade que não tem lá, mais em tese a vida no campo na minha opinião, é muito melhor, tu não pega trânsito, não tem gente gritando, essas coisas (E8, 32 anos, masculino).

Para garantir as condições sociais, educacionais e de infraestrutura que facilitam a decisão do jovem por permanecer no campo, é necessário salientar que poder público tem um papel fundamental, pois sem a garantia de recursos e políticas públicas para essa população, torna-se inviável o enfrentamento do êxodo rural, conforme menciona-se na literatura. Assim, na visão de outro entrevistado existem diferentes casos relacionados à atuação e à criação de políticas no âmbito municipal, estadual e nacional. Esse é outro aspecto de fundamental importância nas questões que envolvem a permanência, desenvolver-se, com essa juventude, formas de lutas por políticas públicas que contemplem suas necessidades e identidade de seus contextos. Isso perpassa desde a participação social em espaços de governança, participação na política e em diversos espaços, inclusive, nos conselhos da própria universidade.

Então eu circulei em muitos municípios aqui do alto Uruguai, e existem casos e casos, tem os casos que o poder público auxilia o jovem. No nosso município que é Itatiba do Sul, nós desenvolvemos políticas públicas municipais para ajudar o jovem a permanecer lá, mais em outros municípios com um pouco mais de extensão territorial eu vejo que eles não fazem nenhuma questão que o jovem permaneça lá. (E8, 32 anos, masculino).

Esse pondera que uma das questões mais importantes a ser destacada refere-se às condições precárias e a um currículo escolar que, em muitos casos, distancia o jovem do campo no processo educacional, pois “[...] não se tem uma infraestrutura adequada lá no interior para qualificar os agricultores, você aprende matemática, português, inglês e outras coisas mas de fato não aprende a administrar uma propriedade, não aprende por exemplo a fazer um trabalho que precisaria lá na propriedade.” (E8, 32 anos, masculino).

Sendo assim, diante desse contexto, relacionado à permanência destes jovens no campo, percebe-se que diversas questões foram pontuadas e devem ser levadas em consideração na análise desta categoria, pelas quais perpassam a qualidade de vida, vocação

para o trabalho e a vida no campo, as relações familiares, a luta por melhor infraestrutura e por políticas públicas mais adequadas e acessíveis à realidade destes jovens, dentre outras.

Na próxima sessão, aborda-se questões relacionadas à categoria de análise agricultura familiar sustentável, um dos eixos temáticos do projeto Jovens Semeando Terra solidária.

4.2.2 Agricultura familiar sustentável

A agricultura familiar sustentável, embora seja ainda uma noção em construção, pode ser caracterizada como um sistema em que, de forma paulatina e gradual, o produtor familiar busca novas alternativas tanto na forma de produção e na produtividade, quanto nas relações e interações sociais, culturais, ambientais e econômicas, as quais rompem com o sistema de agricultura convencional (UZÊDA, 2004). Já para Canuto (2004, p. 34), a agricultura convencional se caracteriza como:

[...] um modelo que produz fortes impactos ambientais e sociais. Contrapõe-se concretamente à degradação dos solos pela erosão, à desertificação, ao desflorestamento, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade geral e funcional, à insegurança alimentar e aos impactos globais gerados pela agricultura de monocultivo. Faz igualmente a crítica das consequências sociais da aplicação desse modelo, como a concentração e a distribuição de renda, a crise de empregos, a pobreza, a migração e a exclusão social.

Assim, contextualiza-se que a disseminação da agricultura moderna, por meio do pacote tecnológico⁵, ocorre simultaneamente com a constituição e solidificação do complexo agroindustrial nas últimas décadas, o que transforma os meios de produção, modificando as formas e quantidades dessa produção na agricultura e gerando efeitos negativos sobre o meio ambiente. Conforme Jahn e Conte (2015, p. 19), “Aumentar a produção no ritmo ditado por mercados internacionais, que cada vez mais impunha novas normas e padrões significou, acima de tudo desmatar imensidões de áreas onde era possível.”

Diante disso, faz-se necessário ressaltar que esta temática, consolidada como uma das discussões base, permeou todos os módulos da capacitação e se caracterizou como um dos eixos centrais do curso. Assim sendo, construiu-se um processo de transferência de

5 O “pacote tecnológico” disseminado na Revolução Verde, envolve tecnologias como: motomecanização, uso de defensivos (agrotóxicos), transgênicos, fertilizantes de alta solubilidade, pesticidas, herbicidas, modelos de irrigação e outras tecnologias para a produção na agricultura.

conhecimentos entre universidade e comunidade por meio da extensão universitária, retratada, aqui, a partir da visão dos entrevistados.

Portanto, ressalta-se que no processo de pesquisa importou verificar se maioria dos jovens entrevistados construiu a compreensão sobre a importância das práticas de agricultura sustentável e se busca implantar (ou migrar para) esse modelo nas propriedades onde atuam.

Nesse sentido, quando indagados sobre sua compreensão acerca das práticas de agricultura sustentável, percebeu-se que a maioria dos entrevistados conseguiu construir um entendimento sólido durante o processo de capacitação sobre a importância da adoção desse sistema em suas propriedades. Isso é evidenciado na fala do Entrevistado 9, quando explica que “[...] o curso contribuiu na compreensão que eu tenho hoje, acho que é fundamental a transição para modelos mais sustentáveis, pois é insustentável a agricultura convencional, e tudo que é insustentável a palavra já diz [...]” (E9, 29 anos, masculino). Complementando, outro entrevistado enfatiza que “[...] a única forma da agricultura familiar se manter é traves da sustentabilidade das atividades e uma das alternativas para que isso ocorra é através da agroecologia por exemplo” (E11, 32 anos, masculino).

Na visão dos jovens entrevistados, a agricultura sustentável é uma alternativa viável e que subsidia melhor qualidade de vida do agricultor familiar, por meio de melhoria nas condições de trabalho, saúde e nas relações familiares, o que impacta diretamente também na decisão do jovem por permanecer no campo.

Participar da capacitação me fez ver que essa questão da agricultura sustentável é uma grande alternativa [...], se não tiver esse pensamento e trabalhar com alternativas, a tendência é de ter prejuízos ou outros problemas sejam ele de saúde, nas relações familiares, na qualidade do trabalho dos agricultores ou a própria questão do aporte ou apoio para o jovem permanecer na agricultura, se não adotarem meios ou alternativas sustentáveis que deem boas condições de trabalho e com qualidade de vida, isso fica inviável (E5, 28 anos, masculino).

No entanto, os entrevistados relatam grandes dificuldades e entraves na implementação ou transição para esse modelo, mesmo compreendendo que “[...] nós como agricultores familiares sabemos que temos um compromisso social com as pessoas que comem a comida que a gente produz, mais também estamos inseridos em um sistema que não nos deixa fazer muita opção.” (E12, 32 anos, feminino).

Para eles, esses entraves passam pela mentalidade ainda patriarcal dos pais, o que prejudica a participação qualificada do jovem na implementação de novas alternativas para a propriedade, pela pressão sistêmica para a utilização de agrotóxicos, de sementes transgênicas e outras pressões exercidas pelo sistema hegemônico da agricultura convencional,

implementada a partir da chamada Revolução Verde⁶, implementada no Brasil a partir década de 1960 e 1970 (JAHN; CONTE, 2015).

Nesta visão, Soglio e Kubo (2016) enfatizam que os setores da economia tem ou deveriam buscar incansavelmente a sustentabilidade em todas as atividades, além de se preocuparem com os recursos disponíveis e o padrão de vida das gerações futuras. No entanto, mesmo tendo essa premissa, quando se trata da agricultura o autor explica que os “[...] setores da economia associados ao modelo da modernização da agricultura, dependentes de insumos e de capital, resistem às mudanças que se impõem para que a agricultura se torne sustentável.” (SOGLIO; KUBO, 2016, p. 11).

Corroborando com isso, Jahn e Conte (2015, p. 18) explanam que, com o mote de acabar com a fome no planeta, adotado a partir das décadas passadas, “[...] a agricultura passou a adotar (de forma mais intensiva) sementes híbridas, que exigiam adubação química e a utilização de defensivos (venenos). A adoção dessas práticas veio somada a uma utilização maior de equipamentos mecânicos pesados”. Em continuidade, Moreira (2005, p. 158) contextualiza que,

[...] se constituiu historicamente um pacote tecnológico contendo subsídios de crédito para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais as empresas de maquinários e insumos industriais – como herbicidas e fertilizantes químicos, bem como a agricultura de exportação.

Diante disso, foi perceptível durante as entrevistas desses jovens, mesmo buscando o enfrentamento do sistema de agricultura convencional fortemente disseminado, a maioria destes retrata que tem como projeto migrar para um sistema de agricultura sustentável, contudo, estes salientam que isso demanda tempo e deve ser feito de forma progressiva.

Neste contexto, ressalta-se que um dos assuntos mais citados, presentes na maioria das falas, foi a pressão sistêmica para o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, o que naturalmente afasta o produtor familiar rural da agricultura sustentável. Conforme observa o Entrevistado 3, quando aborda a questão dos agrotóxicos no dia a dia de sua propriedade: “[...] como eu falei, sempre tentamos trabalhar com menos possível de veneno, mais é difícil tu conseguir hoje, nosso projeto é tentar diminuir o máximo possível.” (E8, 32 anos,

⁶ A Revolução Verde é considerada uma das fases da Segunda Revolução da Agricultura Contemporânea. Esse termo é usado para identificar o modelo de modernização da agricultura mundial por meio da disseminação do pacote tecnológico a agricultura.

masculino). Ele segue considerando que, de fato, a adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar é algo essencial, porém

[...] o que dificulta mesmo nessa questão é que os agrotóxicos são muito fortes na nossa região e na maioria do estado é assim, você não consegue plantar e fazer sua propriedade totalmente orgânica, porquê de repente tu tem um vizinho que passa veneno e acaba levando. A dificuldade maior nisso são os agrotóxicos mesmo para essas questões de agricultura sustentável (E3, 25 anos, masculino).

Além da questão dos agrotóxicos, outro ponto de tensionamento entre o modelo convencional de agricultura e a transição para modelos mais sustentáveis de produção são as sementes transgênicas, as quais, segundo Jahn e Conte (2015), fazem parte do pacote tecnológico imposto à agricultura familiar nas décadas passadas. No entendimento dos entrevistados, a questão dos transgênicos e o uso dos agrotóxicos está intimamente ligada, pois:

A gente vem enfrentando a praga da lagarta no milho nesse ano, as propriedades agroecológicas não têm esse problema e isso vem afetando muito, até um agricultor da agroecologia disse que na propriedade ele não enfrentava esse tipo de dificuldade [...], tenho total compreensão de que é o manejo o sustentável que vem sendo feito nessa propriedade é que protege contra essas pragas. O controle da buvar nas propriedades hoje que são transgênicas e usam agrotóxico é difícil fazer e demandam o uso de venenos mais fortes para o combate, mais em uma propriedade agroecológica não tem esse problema (E7, 23 anos, feminino).

Diante disso, foi possível perceber que os agricultores familiares precisam ainda clarear sua compreensão a respeito dos benefícios desses diversos sistemas de agricultura sustentável para que possam vislumbrar uma possibilidade de transição em suas propriedades, conforme outro entrevistado: “Na verdade a agricultura sustentável traz um conjunto de técnicas, tecnologias e possibilidades que precisa de mais discussão, dialogar mais com os agricultores, pois é difícil ser conversado e a gente também aceitar isso né, em função da transição.” (E2, 23 anos, masculino)

Em suma, as universidades assumem um papel fundamental, em conjunto com outros órgãos que fazem a extensão rural nos municípios, para disseminar conhecimentos a respeito dessa temática e auxiliar os agricultores familiares na transição, o que, ainda de acordo com o Entrevistado 2, é algo complexo,

[...] porque na agricultura hoje os transgênicos estão implantados e quando tu vai conversar com muitas pessoas, o cara diz: ‘eu tenho a compreensão de que faz mal para saúde, sei que não é correto, mas eu não sei como não mais fazer isso, como mudar (E2, 23 anos, masculino).

A importância da capacitação pode ser evidenciada nos relatos dos entrevistados, foi audível que um dos maiores ganhos do processo de capacitação na universidade ocorreu nas relações familiares, embora ainda patriarcais na agricultura familiar dessa região. Mesmo assim, esses jovens conseguem romper de forma gradual com esse ciclo e participar com maior vigor do processo decisório, bem como apresentar inovações e possibilidades para a propriedade. Para o Entrevistado 2: “A mudança mesmo que nós tivemos foi necessariamente nas relações, o curso foi fundamental nesse sentido né e foi isso que a mudou muito visivelmente [...]” (E2, 23 anos, masculino). Já outro entrevistado relata que:

Lá no município é muito forte a questão dos transgênicos também, eu já tenho a visão de não plantar esse tipo de semente, não sou totalmente correto, mais não planto milho e nada que seja transgênico, é uma característica que eu tento usar no diálogo com a minha família, e isso ficou mais fácil agora, para a gente se torar menos dependente do mercado, vamos dizer assim, são coisas pequenas que tentamos fazer (E4, 26 anos, masculino).

Para além disso, foi relatado que o sistema de agricultura convencional cria alguns entraves para que o agricultor familiar permaneça nesse sistema, dificultando sua transição a sistemas alternativos dentre os quais está a agricultura sustentável. Isso é observado pelo Entrevistado 8, ao relatar que:

[...] o Estado cria algumas regras (tirando algumas reservas de mercado), por exemplo há um tempo atrás tínhamos uma liberdade de circular dentro do território nacional com citros, agora vem a onda do cancro cítrico [um fungo] e o Estado indica o uso de um determinado produto agrícola para matar esse tal fungo por exemplo, só que por outro lado ele diz que por causa desse uso a produção não é compatível com agroecologia, isso inviabiliza a comercialização, mesmo sabendo que sem aquele tratamento não se consegue produzir e então isso se torna uma barreira, uma reserva de mercado (E8, 32 anos, masculino).

Corroborando com esta visão, o relato, abaixo, explana as dificuldades impostas pelo mercado para produção nos moldes da agricultura sustentável. Há uma pressão para se produzir mais em menor tempo e, para tal, a utilização da monocultura nas propriedades e o uso excessivo de agrotóxicos, sementes transgênicas, e outros métodos incutidos no pacote tecnológico da agricultura convencional, afastam o agricultor familiar do modelo sustentável, mesmo que ele compreenda o sobre o tipo de produto que está produzindo.

Eu posso falar de outra coisa, não apenas os grãos, mais o leite por exemplo, tu acha que tem muita produção de leite orgânico por aí, não tem! Por que eles dizem que tem que produzir essa quantidade de leite e para isso tem que dar essa ração e esse

tipo de medicamento para conseguir vender depois virando isso uma questão de mercado [...], quem tem a questão da horticultura é assim também, se você passar algum veneno naquela verdura ela vai produzir melhor, mais vai ser envenenada só que como temos que usar para conseguir vender acabamos vendendo comida envenenada (E12, 33 anos, feminino).

Diante desse enredo, delineado pelos entrevistados, fica evidente que o agricultor familiar atualmente sofre as mais diversas pressões para que permaneça no sistema convencional de agricultura, caracterizado, ao longo da história, como um modelo excludente e extremamente agressivo ao meio ambiente (JAHN; CONTE, 2015).

O modelo do agronegócio que está posto é muito fácil, ele te vende um pacote, tu tem regras, algo pronto e esses sistemas alternativos que a gente tenta implantar demandam mais planejamento, eles precisam pensar e fazer contas de algumas coisas. É isso que eu te coloco o agronegócio é matemático, é A menos B e sobrou um C ali e deu e isso que eu coloquei desde o início, as vezes a conta não é bem essa, o que te sobrou realmente? O meio ambiente, tu mensurou isso? Dentro do sistema do agronegócio, certamente não (E4, 26 anos, masculino).

Quando questionados sobre se houve a utilização ou implantação de alguma alternativa sustentável (cultivos agroecológicos, diminuição do uso de agrotóxicos, sistemas orgânicos, energias renováveis) em suas propriedades ou comunidades, após a realização do curso e se esses aspectos constavam no plano familiar desenvolvido como trabalho final da capacitação, várias iniciativas foram sublinhadas, as quais convergem com a ideia de enfrentamento ao sistema convencional de agricultura, bem como evidenciam uma série de dinâmicas ocasionadas em decorrência dessa extensão universitária e da presença da UFFS na região.

Em relação a isso, foi constatado nos relatos que estes jovens levaram inovações do processo de formação no curso Semeando Terra Solidária, incluindo desde florestas sintrópicas, agroecologia, até a produção de leite orgânico, árvores frutíferas, produção de composto, melhora no manejo dos animais, pastagens e a implantação de energias renováveis.

Conforme caracteriza este entrevistado: “Depois do curso a gente passou a trabalhar com a questão de agroecologia na horta, a produção de variedade de alimentos, eu acho que essa foi a maior mudança produzir a maior variedade de alimentos possível na propriedade [...]” (E3, 25 anos, masculino). Mesmo tendo deixado de usar agrotóxicos nos alimentos que servem para subsistência da família, ainda estão buscando uma forma de diminuir a utilização na produção para comercialização.

Nos produtos que a gente consome não usamos, usamos o agrotóxico mais para o milho que é tratado para o animal que tem a questão dos fungicidas, mais sempre

tentamos usar a menor quantidade possível, mais como eu te disse: o pessoal do lado usa, e pelo menos, na nossa região e no nosso município é notório que se você não usa na questão dois ou três dias o teu vizinho passou e acaba com tua lavoura, na verdade nós acabamos sendo obrigados a usar e entrar no sistema [...] (E3, 25 anos, masculino).

Em outro relato é possível perceber que estes jovens envolvidos na capacitação passaram a propor novas soluções, a ter uma postura mais ativa nas propriedades onde atuam, em função da aquisição e apropriação de novos conhecimentos, técnicas e inovações, o que ocasionou a melhora no diálogo com a família e na tomada de decisões.

Nós temos a produção de pasto para as vacas e o sistema de piqueteamento que nós aprendemos com o professor no curso e isso diminui muito uso de agrotóxicos, então no espaço ao redor de casa, nos vinte hectares de terra que tem o pasto nós não usamos mais agrotóxicos e nem na produção para o consumo [...] então eu acho que como eu entendi melhor por meio do curso e no diálogo com a família, eu consegui levar novas ideias para lá, também opinar e o meu irmão que também tinha a mesma opinião de diminuir o uso de veneno, só o pai que não muito e a mãe sempre firme né mais hoje o nosso leite é muito mais limpo [...] (E12, 33 anos, feminino).

Outro aspecto importante sobre mudanças significativas no manejo dos animais pode ser visualizado na fala do Entrevistado 5, quando sublinha que

[...] antes nós deixávamos os animais sempre no mesmo espaço, e não sei se você conhece mais os animais acabam agredindo bastante a natureza no espaço aonde eles ficam. Então a partir disso nós buscamos um manejo melhor, a noite os animais vão para o pasto, antes ficavam fechados e com isso a própria adubação do solo começa a se sustentar com ela mesma, sem que você tenha muitos gastos e prejuízos ao meio ambiente (E5, 28 anos, masculino).

O Entrevistado 9 narra que tem a “[...] ideia de iniciar com a questão da laranja e isso estava no meu plano familiar do curso, eu só não plantei esse ano porque não consegui muda, mas já estou preparando a terra, enfim, pra no próximo ano fazer.” (29 anos, masculino). Para outro entrevistado, a questão da energia solar e a produção de composto estavam no plano desenvolvido no final das atividades, conforme relata: “Hoje eu já penso em energia solar, produção de composto, procurar também fazer a utilização desses mecanismos que estão aí e são acessíveis, não como dez anos atrás que o valor era faraônico, hoje tá mais fácil.” (E4, 26 anos, masculino).

A gente trabalhou na questão do aproveitamento de algumas coisas que não usávamos, tínhamos grande dificuldade com o uso de água e começamos a reaproveitar a água da chuva com o uso de calhas, coisas pequenas que dão resultado no dia a dia. Nós adquirimos através de crédito placas de energia solar que barateou a questão da energia e melhorou a questão da qualidade do leite, na época do curso

nós tínhamos um confinamento pequeno e não aproveitávamos os dejetos e implantamos o sistema de aproveitamento, coisas simples mais que são reflexos dessa capacitação e que deram viabilidade para alguns processos e resultados na propriedade (E8, 32 anos, masculino).

Ademais, para além da noção da importância dessas práticas, o Entrevistado 1 observa que os agricultores familiares que buscam um sistema mais sustentável se preocupando com as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável tem uma “[...] relação em casa e com a comunidade diferente, mais humana e aberta.” (22 anos, feminino), o que nos leva a compreender que a adoção destas práticas modifica não apenas a dimensão econômica no campo, mas também as relações sociais. Isso já faz parte de um cenário que aponta para o desenvolvimento sustentável.

Eu entendo que a qualidade de vida com os produtos agroecológicos e essa agricultura mais sustentável é mil vezes melhor, tanto é que lá em casa eu estou implantando esse sistema orgânico para o nosso consumo, porque a gente sabe que a qualidade de vida é totalmente diferente, os antigos viviam muito mais antigamente consumindo produtos orgânicos, hoje em dia os que tem a faixa dos oitenta anos estão sofrendo com a introdução dos agrotóxicos, eu quero ver a nossa geração como vai ser daqui para frente (E8, 32 anos, masculino).

Assim, as diversas iniciativas pontuadas nas falas destes jovens indicam um pensamento direcionado e consciente acerca da necessidade de enfrentar a agricultura convencional amplamente difundida e transitar para alternativas sustentáveis na agricultura familiar. Faz-se importante ressaltar que emergiu do processo de pesquisa, no que tange a essa categoria de análise, que a extensão universitária da UFFS se caracteriza como um espaço de resistência ao sistema hegemônico na agricultura, mantendo seu perfil definido na I COEPE e idealizado em sua criação. Isso contribui para o surgimento de um campo que mantém suas preocupações não apenas com as questões econômicas, mas também nas relações familiares e sociais, com a preservação de sua cultura, aspectos que abarcam as dimensões do desenvolvimento endógeno e sustentável.

No próximo tópico apresenta-se outros aspectos inerentes a essa experiência, versando sobre o jovem e a gestão na agricultura familiar.

4.2.3 O jovem e a gestão na agricultura familiar

O surgimento de um novo rural pode se configurar a partir de uma geração de jovens da agricultura familiar que reconstróem e dão um novo significado ao ambiente onde vivem (CENCI; DEGGERONE, 2016). Sendo assim, é importante ressaltar que a participação

qualificada destes jovens tem um papel fundamental nos processos de ressignificação da agricultura familiar por meio da atuação efetiva na gestão e na busca por novas alternativas para as propriedades. Além disso, ressalta-se que essas novas dinâmicas, as quais os autores denominam como o surgimento de um novo rural manifestam-se a partir de

[...] novas atividades que surgem nos espaços rurais, complementando a renda tradicionalmente obtida com as atividades agrícolas. Estas atividades utilizam novos arranjos organizacionais, baseadas em relações de mercado ético e solidário, como as associações, pequenas cooperativas, que são responsáveis por novos espaços de inserção da agricultura familiar (CENCI; DEGGERONE, 2016, p. 95).

Contudo, para que estes jovens possam potencializar inovação na gestão das propriedades onde atuam, impactar e transformar esse meio, precisam encontrar espaços para qualificação e um ambiente familiar favorável para atuar. Para Cenci e Deggerone (2016, p. 95), pode ser através destes jovens que a agricultura familiar encontrará “[...] novos modelos de produção de alimentos, empregando métodos agroecológicos e orgânicos, fomentando assim, a dinamização do espaço e implantando novas atividades [...], possibilitando o surgimento desse novo rural.”

No entanto, em regiões com predominância da agricultura familiar, alguns fatores que influenciam no êxodo rural dessa parcela da população do campo têm relação com diversas dificuldades enfrentadas por muitos destes nos seus contextos de vivência (ABRAMOVAY *et al.*, 1998). Sob o prisma de Castro (2009), as discussões relacionadas aos jovens rurais, em nosso país, têm revelado que estes são influenciados pela opressão da submissão e da hierarquia, referindo-se, principalmente, ao peso da autoridade paterna, assinalada por complexas relações familiares, especialmente nos contextos social e econômico.

É histórico isso que geralmente o pai de família puxa a gestão e dá a direção e você vai atuar dentro da propriedade a partir do que é dito, mais isto acabou mudando, teve essa fase da quebra de gelo e o pai estranhou muito e relutou, mais depois do curso a gente foi sentando e trabalhando e ele foi sentindo a confiança de passar alguns comandos para os filhos. Foi durante o curso que a gente buscou a ter essa conversa mais aberta sobre a gestão. (E3, 25 anos, masculino).

Dessa forma, manifesta-se como oportuno salientar que todos os entrevistados relataram uma melhora no diálogo com a família e uma maior preparação para participar do processo decisório na gestão das propriedades onde atuam, após o projeto Terra Solidária. Para o Entrevistado 2: “O curso ajudou muito na questão do diálogo com a família e no trabalho da gestão, ver as possíveis ameaças ou oportunidades que a propriedade tenha no sentido de trazer mais rentabilidade e poder sugerir sem medo [...]” (E2, 23 anos, masculino).

Outro entrevistado corrobora com essa visão quando explana que a questão da participação no processo decisório trabalhada no percurso do projeto “[...] foi muito importante para minha formação e autonomia, eu comecei digamos assim, me sentir mais empoderada, mais dona e segura para tomar decisões.” (E1, 22 anos, masculino).

Isso posto, cabe salientar que a metodologia do curso, ao desenvolver a abordagem pedagógica sobre as relações familiares e gestão da propriedade, promoveu uma melhora nas relações interpessoais entre esses jovens e suas famílias, neste caso, considerando a atuação e gestão do trabalho e dos próprios recursos oriundos do trabalho coletivo. Portanto,

[...] o curso trabalhou bastante a questão do convívio familiar de você sentar e planejar o que você quer fazer na propriedade, estabelecendo o que será feito em cada dia, eu acho que a gente não tinha muito isso lá [...] depois do curso começamos a sentar e organizar o papel de cada um no trabalho, definindo quem é responsável por serviço. (E3, 25 anos, masculino).

Além da gestão da propriedade, esse curso de extensão universitária foi importante, porque trouxe novos conhecimentos que abarcaram diferentes abordagens nas relações familiares, no que concerne ao envolvimento destes jovens nas propriedades. Constata-se a construção de uma relação de confiança entre os pares, “[...] isso fez com que os pais, no caso, que foram sempre agricultores, tenham mais segurança no que a gente está fazendo ou nesse apoio, ele se sente mais seguro, passaram a nos ver como um aporte, um braço mais forte, mais qualificado” (E2, 23 anos, masculino).

Vale trazer para o diálogo as proposições dos autores Castro *et al* (2010, p. 62), quando referem-se à percepção de indicadores que reforçam a posição social subalterna de jovens agricultores,

[...] no contexto contemporâneo da configuração da categoria social juventude, podemos afirmar que os jovens são colocados em posições de submissão, seja no espaço da família – principalmente as que reproduzem as estruturas patriarcais mais tradicionais – seja em espaços cotidianos da sociedade. A ideia de um período da vida privilegiado em que a sociedade [...] pode moldar pessoas, gera ações de controle e repressão com base na ideia de um indivíduo que ainda não é pleno de direitos. É esse tipo de construção que legitima as ações mais ou menos violentas por parte das diferentes instituições sociais, sejam elas ações de violência física ou simbólica.

Com base nestes autores, nota-se o intuito da proposta de formação ao abordar o tema em questão como premissa de superar as estruturas históricas centradas na figura patriarcal, quando se tratava do processo de gestão e planejamento da propriedade, o que, em muitos casos, ainda se faz fortemente presente nas relações sociais no campo.

A transição entre o modelo de gestão centrada na figura paterna faz parte do contexto de alguns jovens que vivenciaram a experiência do curso de extensão universitária, embora isso não esteja totalmente superado, percebe-se que houve um avanço no poder das decisões.

A decisão hoje é tomada por todos, é bem tranquila na minha família. Quando eu era mais novo tinha bastante a questão do pai decidir tudo, mais nos últimos anos isso mudou, hoje o pai não faz nada sem a minha opinião [...] nos negócios da propriedade (E5, 28 anos, masculino).

Por meio dos relatos obtidos nas entrevistas, bem como o acesso ao rol de abordagens temáticas do projeto, é válido sinalizar que diversos aspectos permearam o contexto de formação no curso. Nota-se que um conjunto de outras abordagens permearam o processo formativo, possibilitando o avanço nos conceitos que estavam planejados *a priori*.

A agricultura familiar tem uma importante tarefa na preservação e recriação de valores humanos, como o da confiança, da valorização das pessoas, da admiração da natureza, da solidariedade entre outros. Não será possível construir um novo desenvolvimento se os valores centrais estiverem centrados no consumismo, no individualismo e na ganância [...], ser agricultor e agricultora não pode ser mais uma fatalidade ou sinal do destino, mais uma opção de vida (SILVA, 2016, p. 91).

Na perspectiva da construção de um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar que leve em consideração os princípios mencionados pelo referido autor, compreende-se que se trata de um conceito que vai de encontro com o modelo de agricultura vigente, formatada por um modo de produção capitalista, em que o principal meio de acúmulo de capital ocorre através da exploração da mão de obra. Este contraponto se fez presente nos debates produzidos durante o percurso formativo, haja vista que esses jovens estão inseridos neste modelo hegemônico e o conceito de sociedade capitalista estava intrínseco, dada a experiência social vivenciada pela grande maioria deles. Por seu turno, o curso também tinha a perspectiva de instigar os jovens a elaborarem o planejamento da unidade de produção agrícola, considerando os princípios do desenvolvimento sustentável, buscando alternativas ao modelo de agricultura convencional e norteadas suas interações na propriedade. Percebe-se que uma série de dinâmicas relacionadas ao ato de pensar em suas propriedades foi implantada por esses jovens quando abordaram o plano familiar desenvolvido no curso:

Foi bem importante fazer o projeto porque estávamos no processo de transição da propriedade e eu fiz meu plano em cima disso, adaptar a propriedade ao PRV que era o leite à base de pasto, 'o leite orgânico' e conforme foi descrito no projeto está sendo executado nos dias de hoje, falta ainda coisas para fazer que levarão um pouco mais de tempo mas foi boa a parte de fazer o projeto, porque eu tive que

mergulhar/estudar mais do que seria o PRV, ver como é que funcionava para mim e construir o projeto, isso ajudou bastante na parte teórica e depois de para colocar na prática (E1, 22 anos, feminino).

Outro entrevistado afirma que planejar a propriedade, por meio do desenvolvimento deste trabalho de final de curso foi desafiador, no sentido de avançar nas questões inerentes ao capital, quando relata que, em vez de produzir a maior diversidade de alimentos em suas propriedades, os agricultores familiares tendem a corroborar com a visão do modelo vigente.

Boa parte dos agricultores tem dificuldades em planejar, porque eles querem ganhar mais pelo litro de leite por exemplo e o meu pai tinha muito essa visão [...] e a gente inseriu no nosso projeto algo para tentar diminuir o custo de produção, porque é ali que começa a sobrar um dinheirinho para melhorar tua vida e também tentar produzir uma maior diversidade de alimentos, sendo que na nossa propriedade por exemplo, não tinha pomar e no nosso projeto nós colocamos isso, hoje tem um bom pomar lá, com uma diversidade grande de frutas e não precisamos comprar quase nada mais, tem frutas o ano todo (E3, 25 anos, masculino).

Percebe-se com isso que estes jovens, munidos de novos conhecimentos, produziram mudanças em suas propriedades, buscando colocar em prática os planejamentos desenvolvidos no percurso formativo. O Entrevistado 2 relata que trabalhavam na época com a questão leiteira e que não tinham uma visão geral da propriedade e uma organização efetiva das atividades dentro da unidade produtiva e que atualmente isso mudou, “[...] hoje nós temos uma visão mais geral da organização interna da propriedade, antes [...] não tinha essa organização, a questão do manejo dos animais, isso melhorou bastante, tudo isso estava no meu plano de final de curso e consegui colocar em prática.” (E2, 23 anos, masculino).

Além das transformações internas nas propriedades, promovidas por esses jovens, houve também um aporte na comercialização dos produtos e na visão de mercado, ressaltados por outro entrevistado:

[...] passamos a ter uma outra visão de mercado, identificar novas oportunidades ao longo do curso [...]. Esse plano familiar me ajudou para além da propriedade o que seria dizer dos portões para fora, como que acontece a relação com o comércio, como que eu faço para vender, apresentar meu produto ou buscar mercado, até como que eu faço para me inserir em uma associação, ajudar na articulação. Hoje muitos agricultores fazem isso bem feito da porteira para dentro, não fazem essa lógica da porteira para fora, que é cuidar de um simples rótulo dos seus produtos, por exemplo, identificação do produto, agregação de valores, como que eu faço para industrializar, essas coisas que você tem dificuldade de fazer e que dá o dinheiro né, não é produzir que dá dinheiro e comercializar. (E8, 32 anos, masculino).

Na visão do Entrevistado 12, esta extensão universitária foi fruto de uma construção coletiva, todos os conteúdos, temas, visitas, pensada em conjunto com os jovens que

participaram da capacitação, o que facilitou a implantação do projeto final, pois passaram a ter outro olhar para suas propriedades desde a fase da concepção do projeto. Ele relata que muitos projetos foram implantados, como é o caso da

[...] Dalvana com o leite orgânico, mais tem o Reinaldo de Souza lá de Rio Fortuna que conseguiu implementar o projeto que ele fez no curso de Permacultura orgânica [...], teve também o Claudio Junior que implementou uma produção de morango em fim e os meninos do leite que se organizaram né que muitos deles conseguiram fazer o estudo e implementar com o auxílio do professor [...], então o curso influenciou em diversas propriedades de diversos cantos dos estados (E12, 33 anos, feminino).

Destaca-se que houve uma pluralidade de ações promovidas pelos jovens participantes da pesquisa em suas propriedades, o que acarretou uma melhora na gestão das mesmas. O projeto Semeando Terra Solidária iniciou um processo de inserção desses jovens no processo decisório em suas propriedades, avançando em questões historicamente postas nas relações familiares. Além disso, os relatos apontam para uma atuação mais ativa desses jovens, inserindo-os como protagonistas no surgimento de um novo rural e de uma nova forma de agricultura familiar pautada no desenvolvimento sustentável.

No próximo item destaca-se a categoria de análise que trata dos jovens da agricultura familiar e sua relação com a tecnologia e inovação.

4.2.4 Os jovens na agricultura familiar e a inovação tecnológica

Outra temática abordada pelo curso Semeando Terra Solidária foi a da inovação tecnológica na agricultura familiar, no qual foram trabalhados conteúdos inerentes à utilização de computadores na gestão das propriedades e outras inovações que poderiam ser implantadas. Diante disso, é necessário contextualizar como essas tecnologias foram sendo implantadas ao longo da história e quais seus impactos na agricultura familiar, bem como se os jovens conseguiram levá-las para suas propriedades.

Nesta perspectiva, a modernização, bem como a inovação tecnológica na agricultura, se efetivou ao longo dos anos de forma progressiva e pontual, possibilitando diferenças estruturais no espaço rural, principalmente no que se refere aos meios e modos de produção, bem como a acompanhou a ação governamental no tocante a seu ritmo (BALSAN, 2006).

No entendimento de Gerardi (1980, p. 32), essa questão apresenta-se como relativa “[...] e adquire expressão espacial e temporal: espacial, porque distingue agricultores em graus

variados de modernização, num mesmo lapso de tempo e, temporal, porque a mesma agricultura pode “evoluir” de tradicional à moderna no decorrer do tempo.”

Sabourin (2001) afirma que as inovações tecnológicas no campo, até a década de 1960, eram substancialmente operadas em nível local pelos próprios agricultores, o que ocasionava uma lentidão e resistência por parte dos mesmos as mudanças. Diante disso, de acordo com Jahn e Conte (2015), as décadas de 1960 e 1970 se caracterizaram como um período de desenvolvimento, transformações e mudanças também para a agricultura de característica familiar, fazendo com que milhares fossem deixando suas formas de produzir e migrando para as cidades, ao passo de que não “[...] foram convocados para participar do projeto de modernização da agricultura sobre o argumento tautológico de que eram tradicionais e avessos ao progresso.” (WANDERLEY, 2003, p. 57). Nesta época, “[...] pouco se dava espaço para refletir sobre o modelo de desenvolvimento, ao passo que o rumo tomado pela agricultura era privilegiado mais uma vez para as grandes extensões de terras.” (JAHN; CONTE, 2015, p. 19).

Nesta época havia a polarização do conceito entre pequena produção integrada e a pequena produção excluída da integração:

Na primeira estavam todos aqueles agricultores de características familiares que duplamente se integraram ao processo produtivo ditado pela agroindústria e, por conseguinte, ao mercado. No segundo caso todos os outros que permaneciam à margem da modernização da agropecuária brasileira. À luz das teorias daquele período, o destino de ambos os grupos estaria inexoravelmente traçado. Os primeiros estavam a caminho de sua proletarização, pois seriam trabalhadores para o capital. A integração à agroindústria era analisada como uma forma disfarçada de assalariamento, dado o grau de controle e poder da agroindústria e a falta de autonomia do agricultor. Previa-se que as novas relações no campo iriam reduzir o espaço para os trabalhadores rurais, enquanto para os agricultores não integrados seria uma questão de tempo para que perdessem as possibilidades de sobrevivência na agricultura e migrassem para os grandes centros urbanos, engrossando o êxodo rural (ALTAFIN, 2007, p. 12).

Mais adiante, entre os anos 1975 e 1980, houve maior envolvimento dos órgãos governamentais, contudo, os resultados da ação pública, no tocante a inovações para os agricultores familiares, foi exclusivo e limitado a crédito rural, cultivos comerciais, pacotes institucionais ou técnicos associados, sem que houvessem políticas públicas consistentes (SABOURIN, 2001).

A partir da década de 1980, conforme contextualizam Chambers e Jiggins (1987), múltiplos projetos buscaram superar as insuficiências ou os prejuízos das metodologias de

inovação na agricultura, propostos aos agricultores, principalmente, a partir da Revolução Verde.

No entendimento de Martine (1987), mesmo que a modernização já estivesse acontecendo desde o período pós-guerra, a utilização de tecnologias no campo, em nosso país, concentrava-se, em sua maior parte, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. A autora explana que a agricultura, no Brasil, passou por um processo drástico de transformações para sua assimilação às dinâmicas industriais de produção e da formação do complexo agroindustrial. Para tal, foi dinamizada a base técnica, aperfeiçoada a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e expandida a indústria processadora de alimentos e matérias-primas (MARTINE, 1987).

Dessa forma, a base tecnológica da produção na agricultura foi intensamente modificada, assim como os processos de produção e as culturas. Pontua-se, ainda, que foi o crédito fundiário o principal instrumento utilizado para promover a difusão de novas tecnologias e a industrialização do campo, em que esse, associado à utilização de práticas pré-determinadas e insumos, compeliu a um padrão de modernização imposta, capaz de demonstrar resultados consideráveis em um curto espaço de tempo (KAGEYAMA, 1987; MARTINE, 1987).

Assim, tanto as mudanças na proporção da produção provinda pela Revolução Verde e seu pacote tecnológico, como a propensão especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para fragilizar ainda mais a questão da concentração de terra, afetando também as relações de produção no campo e emanando desse processo uma categoria social denominada como agricultura familiar (SABOURIN, 2001).

Isso posto, a modernização da agricultura ocorrida, no Brasil, a partir dos anos 1960, compreende quatro elementos ou noções,

[...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o consequente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência a montante e a jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional (ALMEIDA, 1997, p. 39).

Os elementos/noções apresentados acima transparecem o tipo de agricultura amplamente disseminado nas últimas décadas, centrado em crescimento econômico como visão de desenvolvimento, fim da autonomia do agricultor no uso de suas técnicas de

produção passadas por gerações, para a utilização de técnicas impostas pelo mercado, ampla especialização da produção e o surgimento de uma categoria social de agricultores que resistem a esse processo e são excluídos dessa modernização.

As modificações no campo sucedem-se de forma heterogênea, tendo em vista que as políticas de desenvolvimento, gestadas no âmbito da “modernização da agricultura”, são intrinsecamente permeadas por desigualdades e exclusões (BALSAN, 2006).

Sob o prisma de Santos (2000, p. 89), “[...] a agricultura, moderna acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos da gleba. É atender a tais imperativos ou sair.” Essa modernização conservadora ou Revolução Verde permitiu “[...] que o foco da reflexão se fixasse nas relações de subordinação da pequena produção ao capital, especialmente no controle exercido pelos complexos industriais.” (JAHN; CONTE, 2015, p. 18).

Diante desse contexto, foi possível perceber que a universidade, através da extensão universitária, possibilitou que novos conhecimentos, técnicas e tecnologias fossem assimilados pelos jovens participantes da capacitação e levados a seus contextos de vida. Assim, foram percebidos alguns avanços principalmente no tocante ao uso de computadores, instrumentos de gestão financeira (planilhas e outros controles) e outras tecnologias em suas propriedades e comunidades, conforme afirma o Entrevistado 3:

Eu comecei a usar depois do curso, o professor esteve lá e nos deu modelos de planilhas e ensinou como utilizar e montamos uma só da minha propriedade, mais é claro que cada ano vai variando e eu comecei a usar. Eu e a minha irmã sempre sentamos e tentamos jogar nas planilhas e fazer o controle do que se paga e o que se ganha e isso mudou bastante a nossa visão da propriedade. Eu acho que tem muita coisa que a gente nem se toca, às vezes tu está gastando muito ali e deveria investir mais em outra coisa e muitas coisas conseguimos cortar e ter mais controle dos gastos (E3, 25 anos).

Para Batalha, Buainain e Souza Filho (2005), na conjuntura da agricultura familiar, o delineamento e o desenvolvimento de ferramentas de gestão e a implantação de novas tecnologias e inovações não pode desconsiderar as reais condições econômicas, de infraestrutura, de energia, a condição das estradas, a existência de assistência técnica para equipamentos, a capacitação da mão de obra envolvida, entre outras.

Dessa forma, a utilização de novas tecnologias e inovações no contexto da agricultura familiar se efetiva, principalmente, em duas esferas, sendo a primeira ligada às organizações associativas, da qual grande parte dos agricultores familiares participam (cooperativas, associações e sindicatos) e a segunda associada à própria gestão da propriedade rural familiar

(BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005, p. 10). Conforme o Entrevistado 4, identifica-se que a atuação destes jovens nestas instituições tem aproximado o agricultor familiar de algumas tecnologias e inovações

[...] para um agricultor, pegar, por exemplo, uma planilha de Excel para fazer os cálculos é muito difícil, você dá uma folha para ele, com uma planilha impressa, ele vai preencher, essa parte de implantar planilhas impressas nós fizemos na comunidade e deixamos lá no sindicato disponível, em fim eles escolhem se querem pegar uma por mês ou por safra, o sindicato disponibiliza e com isso nós também ficamos próximos deles, podendo propor inovações para suas propriedades, não somente na área da gestão, mais também nos modos produção (E4, 26 anos, masculino).

Sabe-se que as tecnologias e inovações podem contribuir de forma considerável para os meios e modos de produção e para a gestão das propriedades rurais familiares. Contudo, ao abordar tecnologias para a agricultura familiar, Batalha, Buainain e Souza Filho (2005, p. 1) explanam que “[...] grande parte deste esforço está sendo dedicado ao desenvolvimento e difusão de tecnologias de processo, de materiais e de produtos e serviços, bem como na inclusão digital das propriedades da agricultura familiar.”

No decorrer da pesquisa, em relação à temática tecnologia e inovação, a maioria dos entrevistados informa que suas comunidades são contempladas com Internet, grande parte faz o uso de computador e *smartphones* diariamente e conhecem outras tecnologias que podem auxiliar na gestão e também na produção,

Procuro dentro do que é possível utilizar a tecnologia para fazer pesquisas e conhecer novas tecnologias para a propriedade. Ainda não conseguimos implantar muitas coisas pelo custo, mais temos trator, ordenha, irrigação e futuramente pensamos em implantar energia solar. Dentro dessa parte de diminuição de custos, nós conseguimos evoluir bastante junto com a comunidade também porque a gente procura trazer sempre presente a importância dessas ferramentas como o uso de computadores para controle (E3, 25 anos, masculino).

Mais assim, a parte de tecnologia é muito importante e isso ficou claro [...] a maioria tem internet no celular e tem quase tudo nesses aparelhos, com eles é possível ligar uma ordenha, cuidar o sistema de irrigação da propriedade, ver o rebanho, e isso já é uma realidade na região, hoje é assim [...] todos dos 20 Jovem tem celular, tem lá internet, tem acesso a essas informações, então usa quem quer e busca conhecimento, para a base nós tentamos passar isso (E8, 32 anos, masculino).

Percebe-se que há uma compreensão global por parte dos entrevistados acerca da importância destes instrumentos de tecnologia e inovação no dia a dia da agricultura familiar. Estes vêm sendo implantados de forma progressiva e gradual, impulsionados pela atuação

destes jovens participantes do processo de capacitação, que voltaram a seus contextos de vida levando novas possibilidades.

Para além do computador, tentamos deixar aos agricultores que eles precisam de outras inovações tecnológicas em sua propriedade para melhorar na qualidade do trabalho e eu cito, os sistemas de irrigação, ordenhadeiras e outras inovações que também trazem tecnologia que são a questão da forma de plantar, os próprios agroecológicos e a agricultura sintrópica para mim são inovações tecnológicas transferidas ao agricultor. Então nossa atuação acontece principalmente como reflexo das capacitações e do conhecimento que nós adquirimos, nosso trabalho junto à comunidade que temos contato, é trabalhar de um a um e assim melhorar a vida de todos (E4, 26 anos, masculino).

A atuação dos jovens, após a capacitação, manifesta-se como uma forma de superar o afastamento entre o agricultor e as tecnologias disponíveis, promovendo a disseminação de técnicas e inovações junto estes agricultores e suas comunidades. Nota-se que a atuação desses se expandiu para além de suas propriedades, uma vez que passaram a atuar também em suas comunidades.

Entretanto, sob a ótica de Deponti (2014), é necessário reconhecer que muito pouco tem sido feito do ponto de vista de inovação e tecnologia, em termos de aperfeiçoamento das técnicas de gestão, meio e modos de produção, que abarquem as especificidades da agricultura familiar e as formas pelas quais ela pode se inserir no mercado de forma competitiva e sustentada. O autor aponta que a maior parte das tecnologias disponíveis são desenvolvidas visando a grande propriedade, o que as torna em, muitos casos, inadequadas e inacessíveis ao agricultor familiar, ocasionando a não apropriação por parte desses (DEPONTI, 2014).

Destaca-se que a falta de compreensão por parte de grande parte dos agricultores familiares sobre a necessidade de se realizar registros de controle de custos, despesas e de receitas e as melhorias geradas pela aquisição de novas tecnologias na produção surge, pelo fato, de não se compreender ou não se ter acesso a essas novas tecnologias, assim, “[...] o agricultor sequer consegue compreender a utilidade e a importância das tecnologias de informações.” (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005, p. 14). Algumas tecnologias têm um custo alto, por visarem a grande propriedade ou a propriedade integrada, o que inviabiliza a aquisição por parte dos agricultores familiares, que seguem trabalhando por meio das técnicas transferidas pelas gerações passadas.

Ainda, de acordo com Buainain, Souza Filho e Silveira (2002), com a difusão dessas tecnologias pode haver o aumento ou diminuição das vantagens aos agricultores familiares. Qualquer tipo de sistema de gerenciamento, mesmo que seja por planilhas eletrônicas,

apresenta dificuldades de implantação, pois o fato de os agricultores não possuírem a cultura da elaboração de registros escritos, obstaculiza a utilização de práticas gerenciais, levando a uma situação altamente insatisfatória no que se refere às técnicas de gestão. Isso pode comprometer, segundo os autores, a sustentabilidade e a competitividade dos empreendimentos.

Entretanto, dada a importância das temáticas que envolvem a inovação e a tecnologia na agricultura familiar, sendo este um dos eixos da capacitação Jovens Semeando Terra Solidária, percebe-se, conforme alega o Entrevistado 9, que os conteúdos inerentes a esse bloco de assuntos foram “[...] coisas que o curso talvez não trabalhou muito, poderia ter desenvolvido de forma melhor, até porque caberia um curso só pra isso se fosse o caso.” (E9, 29 anos, masculino). Isso ocorreu em decorrência de que outras temáticas foram se manifestando como mais interessantes e foram tomando maior espaço, “[...] teve algumas questões importantes nessa lógica da inovação, até porque ela não é só tecnologia do ponto de vista da informática [...], a questão da agroecologia por exemplo, também é uma inovação pra quem tá num sistema convencional.” (E9, 29 anos, masculino).

Por fim, destaca-se que mesmo a temática sendo discutida com menor peso dentre os blocos formativos do curso, ela se insere em outras temáticas, como é o caso das discussões acerca da agroecologia, o que possibilitou aos jovens a aquisição de novos conhecimentos que irrompem o contexto de suas propriedades, passando a produzir transformações em suas comunidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo principal analisar quais dinâmicas da inserção da extensão universitária da UFFS estavam presentes no desenvolvimento de sua região de abrangência por meio do projeto Jovens Semeando Terra Solidária. Para isso, foram estabelecidos como objetivos específicos: fazer a caracterização desta ação de extensão universitária desenvolvida juntos aos jovens da agricultura familiar, bem como identificar os entraves e acertos do projeto Semeando Terra Solidária com relação à sua inserção no desenvolvimento regional.

Partindo destes objetivos, percebe-se que a extensão universitária da UFFS tem o grande desafio de se inserir em sua região de abrangência e de estar em contato constante com os atores e movimentos sociais, dado o contexto de criação da instituição. Desde o início desta, foram desenvolvidos por meio da extensão uma quantidade considerável de ações, as quais sugerem que as suas dinâmicas estejam influenciando diretamente no desenvolvimento regional e contribuindo na superação dos problemas que, historicamente, fazem-se presentes nesta região.

Dentre essas ações de extensão universitária, está o projeto Jovens Semeando Terra solidária, por meio do qual buscou-se analisar de que maneira esses projetos e programas se inserem no desenvolvimento regional e quais entraves são percebidos para que esse movimento ocorra. Cabe destacar que o projeto foi uma experiência da extensão universitária da UFFS, desenvolvida em conjunto com alguns movimentos sociais da agricultura familiar, juntamente com a FETRAF-SUL, evidenciando-se, nesta experiência, a relação da universidade com os movimentos sociais e organizações presentes em sua região de abrangência. No entanto, pontua-se que não se pode afirmar que as políticas institucionais e a própria extensão universitária da UFFS estão refletindo as demandas sociais, provindas dos movimentos que estavam torno de sua criação, uma vez que este não era o intuito desta pesquisa.

Neste contexto, é pertinente salientar que o desenvolvimento regional abordado no presente estudo tem caráter endógeno e sustentável, em razão de conceber o atendimento das necessidades por meio do envolvimento ativo da comunidade, através da estruturação de sistemas produtivos locais, de onde surge uma conexão entre as diversas escalas espaciais, que ocorrem do local para o global e representam uma alternativa à atuação em escala única. Isso permite a manifestação de fenômenos nas dimensões culturais, políticas, sociais e

econômicas, significativas e que não estavam em perspectiva, impactando diretamente no bem-estar da comunidade (AMARAL FILHO, 2001; BARQUERO, 2002; MAIA, 2016).

Assim, por meio desse projeto foram desenvolvidas questões que, para esses jovens, são definitivas e essenciais, como a permanência no campo e suas particularidades, a importância da participação desses na gestão das propriedades, levando inovações tecnológicas, alternativas de agricultura sustentável, luta por infraestrutura e políticas públicas que carreguem a identidade da agricultura familiar.

Constatou-se que, através do Semeando Terra Solidária, engendrou-se um movimento em direção a esse tipo de desenvolvimento, pois os jovens participantes conseguiram identificar maneiras para modificar diversas questões que estavam presentes a gerações na agricultura familiar. Eles conseguiram se inserir nesse contexto de tal maneira que visualizassem uma agricultura alternativa ao sistema de convencional hegemônico, permanecessem no campo, desenvolvendo um papel de liderança, não restrito a suas propriedades, mais em sindicatos, em mandatos eletivos, implantação de sistemas de agricultura sustentável em suas propriedades e comunidades.

O empoderamento desses jovens possibilitou uma atuação em diversos espaços e escalas. Por meio do trabalho articulado, passaram a atuar para além de suas propriedades, o que se evidencia quando relatam a construção coletiva de associações, cooperativa, agroindústrias familiares, grupos para comercialização de produtos e outras inovações que podem evidenciar um contexto de desenvolvimento regional endógeno e sustentável, pois caracterizam o envolvimento da comunidade local, além do surgimento de sistemas produtivos que levam em consideração as potencialidades locais e se caracterizam como dinâmicas importantes da extensão universitária da UFFS, reverberando na região.

Outro aspecto relevante neste estudo é a questão das relações familiares na agricultura, pontuadas em todas as entrevistas, as quais, através desse curso, foram colocadas em cenário para que o diálogo entre pais e filhos melhorasse, tendo como resultados entraves e avanços. Contudo, essa abertura de campo para diálogo proporcionou o avanço na autonomia dos filhos nos processos decisórios, o que permitiu que os conhecimentos adquiridos impactassem as propriedades e suas localidades.

Outro ponto importante a ser destacado foi que o curso abriu a perspectiva de que é possível trabalhar em contraposição ao modelo hegemônico de agricultura convencional, por intermédio da agricultura sustentável. Foram relatadas experiências concretas da implantação de sistemas agroecológicos, florestas sintrópica, pomares, hortas, diminuição de defensivos e adubos químicos, implantação de sistemas de PRV, entre outras dinâmicas, como reflexos

também dessa experiência de extensão. Para além disso, ao se dialogar com jovens que fazem parte deste contexto, difundindo um modelo possível e viável à agricultura familiar na atualidade, possibilita-se construir o entendimento de que é possível pensar desenvolvimento regional endógeno sustentável por meio de modelos alternativos de agricultura contrapostos ao hegemônico.

Com relação ao sistema de multiplicação, utilizado como metodologia, ressalta-se que a meta inicial de jovens capacitados, prevista pelo curso, não foi alcançada. Isso pode ter ocorrido por diversas questões, as quais perpassam desde as dinâmicas regionais que demonstram dificuldades desses jovens em relação à influência sobre outros jovens ou mesmo a falta de recursos para deslocamentos e outras necessidades por parte dos multiplicadores e também por parte dos jovens a serem capacitados, pois demandam de infraestrutura e recursos financeiros para sair de suas propriedades e capacitar-se.

Ademais, percebeu-se que as relações familiares ainda se caracterizam como entrave para a participação efetiva da juventude rural em capacitações, pois há resistência por parte dos pais a novos conhecimentos em função do medo da perda do controle decisório sobre a propriedade e valorização do tempo de trabalho do jovem na propriedade em detrimento ao tempo despendido para capacitações. No entanto, ficou perceptível que estas questões fazem parte do contexto cultural da agricultura familiar e estão avançando positivamente à medida em que há uma abertura para o diálogo.

É necessário ressaltar que nem todas as políticas públicas dirigidas à juventude rural, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF – Jovem), conseguem atingir toda essa categoria, e os entraves ocorridos na multiplicação podem ter contribuído para que muitos desses jovens permaneçam excluídos dessas políticas, tendo em vista que seria a oportunidade para aqueles que não fazem parte dos sindicatos e outras organizações da Agricultura familiar terem acesso e conhecerem a essas políticas.

Acerca do desenvolvimento regional endógeno sustentável, é pertinente construir o entendimento de como são percebidas as políticas públicas para a juventude da agricultura familiar, quais organizações e atores sociais estão envolvidos nesse percurso (sindicatos, Organizações Não Governamentais, organizações político-administrativas), o que demanda maior aprofundamento por meio de novas pesquisas, para que as ações da extensão da UFFS possam ser ainda mais efetivas.

Esta dissertação encontra sua aplicabilidade, primeiramente, em como os programas e projetos podem encontrar uma metodologia mais adequada à multiplicação dos conhecimentos, ao passo que a extensão universitária precisa estar em constante exercício de

avaliação para que não caia na armadilha de reproduzir erros e entraves, e possa, com isso, reinventar-se acompanhando as dinâmicas de sua região de abrangência, impregnando-se de sua identidade e efetivando-se como um ator importante no desenvolvimento regional. As considerações, aqui, apresentadas podem, por sua vez, aplicar-se à realidade de outras instituições, as quais devem olhar para suas ações de extensão em um movimento constante no intuito de reelaborar-se e inserir-se nas dinâmicas de suas regiões.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, jan./ago. 1999.
- _____. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, DF: UNESCO, 1998.
- _____. **Ruralidade e desenvolvimento regional**. Gazeta Mercantil, 15 abr. 2001.
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: _____.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- ALVES, A. M.; ROCHA NETO, J. M. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 2, p. 311-338, 2014.
- AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional no local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 261-286, jun. 2001.
- AMARO, R. R. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, 2003. Disponível em: <<http://cea.revues.org/1573>>. Acesso em: 23 maio 2017.
- ARION, J. C.; SEGATTI, S. Sistema de gestão de custos nas pequenas propriedades leiteiras. **Custos e @gronegócio**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <www.custoseagronegocioonline.com.br>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- AYRES, R. U. Sustainability economics: Where do we stand? **Ecological Economics**, v. 67, n. 2, p. 281-310, 2008.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. São Paulo: EDUFSCAR, 2005.
- BENICÁ, D. Universidade Popular e Desenvolvimento Sustentável. In: SILVA, E. N. da. (Org.). **Desafios da Universidade Popular: a busca da construção possível**. Jundiá: Paco Editorial, 2016. p. 119-140.

BIELSCHOWSKY, R. **Investimento e reformas no Brasil**: indústria e infraestrutura nos anos 1990. Brasília: IPEA, 2002.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOISIER, S. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**: entre a caixa negra e o projeto político. Caribe, 1995. Mimeo.

_____. Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 9-42, jan./abr. 2003.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANDÃO, C. A busca pela utopia do Planejamento Regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 17-37, jan./jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ab3fdf20-dcf6-43e1-9e64-d6248ebd1353&groupId=10157>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BRUMER, A. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENCK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. 1. ed. Chapecó, SC: Unochapecó, 2014. p. 115-138.

BURBACH, R; FLYNN, P. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 22-24.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H.; SILVEIRA, J. M. Inovação tecnológica na agricultura e agricultura familiar. In: LIMA, D.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo, 2002.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CALIL, E. **Escutar o invisível**: escritura & poesia na sala de aula. São Paulo: Editora da UNESP; FUNARTE, 2008.

CAMARGO, A. L. B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável**: concepções, entraves e implicações à sociedade humana. 2002. 198 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998.

CANUTO, J. C. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. In: UZÊDA, M. C. (Org.). **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004. p. 17-32.

CARMO, M. S. D. Agricultura sustentável: uma necessidade para o desenvolvimento. In: UZÊDA, M. C. (Org.). **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia.** Ilhéus: Editus, 2004.

CARNEIRO, R. G. Biodiversidade e Transição Agroecológica de Agricultores Familiares. **Revista Brasileira de Agroecologia.** Vol. 4 No. 2. Nov. 2009. pp. 3415- 3418.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. de. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/773/77307108.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

_____ et al. A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. In: ALVARADO, S. V.; VOMMARO, P. A. **Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas (1960-2000).** Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2008.

CENCI, D.; DEGGERONE, Z. A. Caminhos e condições para a sucessão na agricultura familiar. In: ROCHA, H. J. da; BERTO, J. L.; AMES, M. A. C. (Org.). **Jovens na Agricultura Familiar.** Curitiba: CRV, 2016. p. 95-101.

CHAMBERS, R.; JIGGINS, J. Agricultural research for resource-poor farmers. **Agricultural Administration and Extension**, n. 27, p. 35-52, 1987.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.

DAMBROS, M. **Dilemas na constituição dos sentidos atribuídos ao popular na Universidade Federal da Fronteira Sul.** 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

DEPONTI, M. C. As agruras da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 19, Ed. Spe., p. 9-24, 2014.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime E. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORPROEX. XXXI Encontro Nacional do FORPROEX. **Carta de Manaus**, maio 2012.

FRIEDHILDE, M. K. M.; LIBERATO, E. M. **O impacto da universidade do Vale do Parnaíba na comunidade local**. 2008. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/docs/Arquivos/arquivosCEGLU/00001485_01_O.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.

FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GAMBOA, S. Á. S. **Epistemologia da Educação Física: as inter-relações necessárias**. Maceió: EdUFAL, 2007.

GERARDI, L. H. de O. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. **Geografia**, Rio Claro, v. 5, n. 9/10, p. 19-34, 1980.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOEBEL, M. A.; MIÚRA, M. N. A Universidade como fator de desenvolvimento: caso do município de Toledo-PR. **Revista Expectativa**, v. 3, n. 3, 2004.

GOHN, M. G. M. **Teorias dos movimentos sociais**. 4ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986. 182 p.

HADDAD, P. (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de clusters**. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999.

HIRSCHMAN, A. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

HORBACH, J. Indicator systems for sustainable innovation. **Physica-Verlag**, ed. 1, 2005.

JAHN, E. de F.; CONTE, I. I. Agricultura Familiar Camponesa: as questões de gênero na organização da produção. In: BONI, V. et al. (Org.). **Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo a prática agroecológica**. Tubarão: Copiart, 2015. p. 15-31.

KAGEYAMA, A. A. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: Unicamp, 1987. 121 p.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New York: Prometheus Books, 1997.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. (Coord.). **A agricultura familiar: Comparação internacional – Do mito à realidade**. Campinas: Unicamp, 1998.

LOZANO, R. Towards better embedding sustainability into companies' systems: an analysis of voluntary corporate initiatives. **Journal of Cleaner Production**, v. 25, p. 14-26, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAIA, C. M. Abordagens não dicotômicas sobre o desenvolvimento. In: OLIVEIRA, O. M. (Org.). **Relações internacionais, direito e poder: atores não estatais na era da rede global**. Ijuí: Unijuí, 2016. v. 3, p. 283-307.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSHALL, A. Mechanical and Biological Analogies in Economics. In: PIGOU, A. C. **Memorials of Alfred Marshall**. Londres: Macmillan, 1898.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: _____; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987. p. 59-79.

MARTINS, C. H. B. Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 171-188, dez. 2002.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **ADCONTAR**, Belém, v. 2, n. 2, p. 19-30, 2001. Disponível em: <<http://www.gpa21.org/br/pdf/8Instrumentos.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

MATROLHA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO NETO, J. F. **Extensão Universitária é Trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MELLO, M. A. et al., **Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar**. São Paulo, SP, v.50, n.2, p.11-24, 2003.

MESOMERCOSUL. **Federalismo, cooperativismo e organização social para o**

desenvolvimento. 2013. Disponível em: <<http://www.mesomercosul.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____ (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p

_____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOLDAN, B.; JANOUAKOVÁ, S.; HÁK, T. How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets. **Ecological Indicators**, v. 17, p. 4-13, 2012.

MORAES, F. F. de. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. **Perspectivas**, São Paulo, v. 14, n. 3, jul./set. 2000.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

MYRDAL, G. **Economic the Oryand Under-developed Regions**. London: Gerald Duckworth & CO, 1957.

NORTH, D. C. A agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR; MINTER, 1977.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista Fae**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/agosto 2002.

_____; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista Fae**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

PAIVA, C. Á. N. Regionalização com vistas ao planejamento do desenvolvimento endógeno sustentável. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE ECONOMIA REGIONAL COMPARADA, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2005.

PEREIRA, J. L.G. **Juventude Rural: para além das fronteiras entre campo e cidade**. (Tese, doutorado em Sociedade e Agricultura) Seropédica: UFRRJ, 2004.

PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. **American Journal of Community Psychology**. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-579, 1995.

PERROUX, F. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

POLI, J. et al. Capacitação de jovens em agricultura sustentável, gestão e inovação tecnológica. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 31., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: SEURS, 2013.

PROJETO JUVENTUDE. **Documento de conclusão**: versão final. [s.l.]: CBMM; Vale do Rio Doce; Telemar; Usiminas, 2004.

RENK, A. **Dicionário nada convencional**. Chapecó: Grifos, 2000.

RIEDL, M.; MAIA, C. M. Especialização e potencial endógeno na análise regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, p. 27-48, 2007.

ROCHA, H. J. da; BERTO, J. L.; AMES, M. A. C. **Jovens na agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2016. p. 7-10.

RÖLING, N. G. The emergence of knowledge systems thinking: a changing perception of relationships among innovation, knowledge process and configuration. **Knowledge and policy: the International Journal of Knowledge Transfer and Utilization**, v. 5, n. 1, p. 42-64, Spring 1992.,

ROMANO, J. O. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002.

ROSA, S. L. C. **Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável**. 1999. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/agricfamiliardesenvolvlocalsustentavel.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, p. 37-61, abr. 2001.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, J. D. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. **The Lancet**, v. 379, jun. 2012. Disponível em: <http://www.grips.ac.jp/forum/IzumiOhno/lectures/2015_Lecture_texts/S16_From-MDGs-to-SDGs-Lancet-June-2012.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2018.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: Editora da USP, 1987.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desenvolvimento como liberdade.** 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEDENBERG, D. R. A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D. A pluriatividade da agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, out. 1998.

SILVA, M. R. da. O Projeto de Desenvolvimento da FETRAF. In: ROCHA, H. J. da; BERTO, J. L.; AMES, M. A. C. (Org.). **Jovens na Agricultura Familiar.** Curitiba: CRV, 2016. p. 77-93.

SILVESTRO, M. L.; et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: EPAGRI; Brasília: NEAD; Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SOGLIO, F. D.; KUBO, R. R. (Org.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental.** São Paulo: Aleph, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TREVISOL, J. V. Movimentos sociais e universidade popular no Brasil: a experiência de implantação da UFFS. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPED, out. 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/978-0.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul. **Construindo agendas e definindo rumos: I Conferência de Ensino, pesquisa e Extensão da UFFS/Universidade Federal da Fronteira Sul.** Organizadores Joviles Vitório Trevisol, Maria Helena Cordeiro e Monica Hass. Chapecó: UFFS, 2011.

_____. **Documentário Círculos de debates em movimentos de Extensão Universitária.** Produção, Direção e Roteiro: Everton Gabriel Bortoletti; Marlei Dambros. Edição: Diretoria de comunicação da UFFS. Chapecó: UFFS, 2016. Duração: 25 min.

_____. **Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul.** Documento aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) – Resolução n. 22/2014. Chapecó: UFFS, 2014.

_____. **Formulário de Submissão de Projeto de Demanda Espontânea** – Curso de Capacitação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica. Número de processo: 23205.001354/2013-57, 2013. Chapecó, 2013. Disponível em: <<https://sistemas.uffs.edu.br/solar>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Documento aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI). Resolução 12/2015. Chapecó: UFFS, 2012.

_____. **Política de Extensão da UFFS**. Resolução n. 4/CONSUNI-CPPGEC/UFFS/2017. Chapecó: UFFS, 2017.

_____. **Relatório do movimento Pró-Universidade**. Grupo de trabalho de criação da futura universidade federal com campi nos estados do PR, SC e RS. Chapecó, mar. 2008.

_____. **Sistema de Gestão de Projetos**. 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uffs.edu.br/solar>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

UZÊDA, M. C. (Org.). **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o Sul da Bahia**. Ilhéus: Editus, 2004.

VEIGA, J. E. Articulações intermunicipais para o desenvolvimento rural. In: **Seminário Associativismo, Cooperativismo E Economia Solidária No Meio Rural**, 2006, Brasília. **Anais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

VITULE, M. L. L. O processo de globalização na agricultura. **Caderno Ceru**, Série 2, n. 9, 1998.

ZAGURY, T. **O adolescente por ele mesmo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos da Psicologia**, n. 7, p. 79-88, 2002.

WANDERLEY, M. N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003.

WEISHEIMER, N. Jovens agricultores: gênero, trabalho e projetos profissionais. In.: ANPOCS. **XXIX Encontro Anual Da Anpocs**. Caxambu, MG: Anpocs. 25 s 29 out. 2005.

WCED – World Commission on Environment and Development. **Our common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Município de residência:

PERMANÊNCIA NO CAMPO

- 1 - Continua na propriedade da Família? Em caso de não, onde atua?
- 2 - Faz parte do seu projeto de vida permanecer? Por quê?
- 3 - Como você julga a qualidade de vida no local onde vive?

GESTÃO

- 4 - Qual a importância do curso realizado em sua atuação na propriedade (ou no mercado de trabalho)?
- 5 - Sua participação no curso melhorou sua capacidade de interação e participação na gestão da propriedade? Quem tem o domínio decisório na propriedade?
- 6 - Quais aspectos (ou atividades) elencados em seu Plano Familiar (desenvolvido no curso) foram colocados em prática?
- 7 - Quais os entraves/dificuldades encontrados para sua atuação após a capacitação?

DESENVOLVIMENTO/AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

- 8 - Qual a sua compreensão sobre práticas de agricultura sustentável?
- 9 - Houve a utilização/implantação de alguma alternativa sustentável (cultivos agroecológicos, diminuição do uso de agrotóxicos, sistemas orgânicos, energias renováveis) em sua propriedade ou comunidade após a realização do curso?
- 10 - Há perspectiva de implementação de novas práticas sustentáveis na propriedade ou comunidade?

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

- 11 - Você teve alguma iniciativa de inovação tecnológica junto a sua comunidade (uso de computador, *softwares*, redes sociais, pesquisa de novas alternativas, gestão)?
- 12 - Porque não conseguiu implementar o uso de ferramentas tecnológicas na gestão de sua propriedade ou comunidade?

13 - Você costuma fazer o uso de alguma tecnologia na gestão da propriedade? Quais as dificuldades encontradas?

ASPECTOS GERAIS

14 - Você atuou como multiplicador na sua comunidade? Quantos participaram? Quais outras comunidades estavam inseridas? Sabe se algum participante de sua turma que tenha implantado algum projeto a partir da capacitação?

15 - Quais os entraves e dificuldades na execução das atividades do curso? Os conteúdos eram adequados? Quais as formas mais úteis?

16 - Continua fazendo parte de outras atividades de extensão junto a UFFS? Quais?

17 - As práticas adotadas impactaram sua comunidade? Há alguma iniciativa (criação de cooperativas, redes) conjunta com outros produtores ou pessoas da sua comunidade?

18 - Essas novas práticas implementadas aumentaram ou dinamizaram as possibilidades de comercialização dos seus produtos?

19 - Você julga necessária a continuidade dessas atividades?

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido

**A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ)
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
CURSO DE MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário em uma pesquisa. Após a leitura e esclarecimento sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubriche todas as páginas e assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e outra é do pesquisador.

Título da pesquisa: Dinâmicas da Inserção da Extensão Universitária no Desenvolvimento Regional: Projeto Semeando Terra Solidária da Universidade Federal da Fronteira Sul

Pesquisador responsável: Everton Gabriel Bortoletti

Endereço: Rua José de Alencar, 83e – Bairro: São Cristóvão – Chapecó/SC

Telefone para contato: (49) 98887-1210/3329-8099

O Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP/UNOCHAPECÓ está localizado dentro da própria Instituição Bloco R3, 3º andar. Horário de funcionamento definido de segunda-feira a sexta-feira das 13h30 às 17h30 e das 18h30 às 22h30, para contato dos pesquisadores e participantes das pesquisas. Telefone e *e-mail* para contato: (49) 3321-8142, cep@unochapeco.edu.br.

O Objetivo desta pesquisa é analisar as dinâmicas da inserção da extensão universitária da UFFS no desenvolvimento regional através do projeto capacitação de Jovens Semeando Terra Solidária. A sua participação na pesquisa consiste em responder a uma entrevista de característica semiestruturada, composta por questões básicas abertas, realizadas pelo próprio pesquisador. As perguntas serão feitas ao entrevistado seguindo a um roteiro

semiestruturado e as falas serão gravadas com auxílio de um gravador digital, não havendo qualquer registro de imagem, seja ele fotográfico ou vídeo. O entrevistado poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisado, o mesmo irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

A sua participação envolverá riscos mínimos, no entanto, podem ocorrer os seguintes riscos ou desconfortos: invasão de privacidade, responder a questões sensíveis, perder o autocontrole e a integridade ao revelar experiências, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado, entre outros riscos que podem surgir no decorrer da entrevista, os quais podem gerar danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano. Entretanto, lhe será garantida total assistência imediata e acompanhamento posterior, sem ônus de qualquer espécie a sua pessoa com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico. Todo o trabalho de campo será desenvolvido pelo pesquisador com a supervisão de seu orientador, que estarão atentos aos sinais verbais e não verbais de desconforto, com vistas a minimizar desconfortos, tendo o entrevistado a liberdade para não responder questões constrangedoras e solicitar a interrupção da entrevista em qualquer momento.

Os benefícios esperados pela sua participação na pesquisa são os de entender as dinâmicas de uma extensão universitária realizada pela UFFS no desenvolvimento regional, podem, por sua vez, aplicar-se a realidades distintas, permitindo dessa forma analisar como outras universidades, por meio da extensão universitária, podem participar, atuar e subsidiar políticas públicas que tenham impacto nas dinâmicas regionais, tendo em vista que, é na extensão que se materializa o elo entre conhecimentos e demandas sociais e a universidade.

As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade durante todas as fases da pesquisa. Ao término da pesquisa, os resultados obtidos serão retornados a sua pessoa por meio de atividades para a devolutiva nas quais todos os participantes entrevistados e outros sujeitos envolvidos no projeto serão convidados. Além disso, tem-se como sugestão uma explanação sobre a pesquisa em um seminário anual na UFFS (VIII SEPE, II Seminário Integrador, II Mostra de extensão universitária), a qual já se manifestou como interessada. Você poderá recusar-se a participar ou retirar seu

consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato com o pesquisador responsável.

É garantida indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa a sua pessoa.

Após a leitura e esclarecimento de todas as dúvidas pelo pesquisador, o TCLE deverá ser rubricado por ambos (pesquisador e pesquisado), nas duas vias em todas as folhas e assinado em seu término.

CONSENTIMENTO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____,
RG _____, CPF _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento e ter acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

Local: _____ Data ____/____/____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE C – Termo de consentimento para uso de voz

**A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ (UNOCHAPECÓ)
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS
ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS
CURSO DE MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS**

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE VOZ

Título: Dinâmicas da Inserção da Extensão Universitária no Desenvolvimento Regional:
Projeto Semeando Terra Solidária da Universidade Federal da Fronteira Sul

Pesquisador Responsável: Everton Gabriel Bortoletti e Dra. Myriam Aldana Vargas Santin

Eu, _____,
permito que o pesquisador relacionado acima obtenha gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações de áudio ficarão sob a propriedade do grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO

ANEXO A – Grade de temas trabalhados no Curso Jovens Semeando Terra Solidária

CONTEÚDOS A SEREM DESENVOLVIDOS NJO CURSO	
<u>Modulo I: A proposta de formação, metodologia do trabalho de base e proposta de interação/inserção sistemas familiares</u>	
<u>Detalhamento dos conteúdos</u>	
Metodologia para Diagnóstico de sistemas familiares e proposta de construção dos planos familiares de desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A proposta envolve o diagnóstico e planejamento dos sistemas de produção das famílias de origem dos educandos(as). Este plano além de qualificar os sistemas pretende estimular práticas para a transição agroecológica. ➤ Este plano será construído em várias etapas no transcorrer do curso – e, a partir dele será construído o projeto de conclusão do curso do educando(a). ➤ Será desenvolvido por metodologia participativa e protagonismo coletivo: família e educando com a colaboração de professores do curso. ➤ Haverá um material de apoio para essa tarefa.
Educação popular - Metodologias de trabalho de base - introdução às metodologias participativas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Envolverá: O que é trabalho de base – conceitos de metodologia popular, método e instrumentos – conceito de liderança e protagonismo – metodologias participativas ➤ Formação básica multiplicadora. ➤ Este conteúdo é importante para as turmas de educandos(as) monitores e também para a futura condição de agente e liderança dos educandos(as).
Geração/ sucessão políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Problematização; ➤ Levantamento da condição e perspectivas dos educandos(as).
Inclusão digital – comunicação.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunicação digital ➤ Este conteúdo será trabalhado aos poucos, nas noites, pois os educando vão necessitar desse conhecimento para a realização do curso.
<u>Tarefa</u>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diagnóstico do sistema familiar de produção – neste será elaborado o desenho (croqui) da situação atual. ➤ Dinâmica atual do sistema de produção (entradas, saídas, perdas, e resultado)
<u>Modulo II: Estado, sociedade, as instituições e o estado</u>	
A história da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Evolução histórica e modos de produção; capitalismo; classes sociais; instituições sociais; ➤ Concepção de Estado (do capitalismo ao socialismo) e projeto de sociedade.
Realidade atual do capitalismo e a construção de um novo projeto de sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A transformação social; ➤ Socialismo, transformações sociais e democracia; ➤ Conjuntura econômica: análise de cenários macroeconômicos para o Brasil e contexto internacional; ➤ As políticas macroeconômicas e seus impactos socioeconômicos;
Relação entre Estado e Sociedade	<p>O papel do Estado e as políticas públicas como materialização dos direitos sociais.</p> <p>A sociedade civil: conceitos e relações sociais.</p>
inclusão digital – comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Processo de comunicação e expressão das pessoas.

Modulo III: A agricultura familiar, história, efeitos da modernização e desafios para a sustentabilidade

Detalhamanto dos conteúdos

História da agricultura; história da revolução verde	<ul style="list-style-type: none"> ➤ História antiga da agricultura; ➤ As formulações de Liebig e as grandes mudanças de rumos e a base teórica da agricultura moderna – a implantação e características da revolução verde (modelo convencional) no Brasil.
Características e funcionamento do sistema/modelo atual; Agricultura, crise sócio-ambiental e o futuro;	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avanços e retrocessos no modelo convencional de agricultura; ➤ O modelo convencional e a agricultura familiar – papel do campo no desenvolvimento – proposta para o campo dentro do modelo.
Concepção da proposta de desenvolvimento sustentável e solidário	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável - multifuncionalidade e pluriatividade; ➤ Conceito de desenvolvimento sustentável e solidário;
O que é uma unidade camponesa - As organizações da agricultura familiar e o papel do sindicato.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os principais movimentos sociais do campo; ➤ Conceitos de agricultura familiar e camponesa; ➤ A unidade produtiva familiar e as bases culturais da agricultura de base familiar.
Inclusão digital – comunicação.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ambiente Virtual de Aprendizagem ➤ Redes Sociais ➤ Estruturação de um blog
<u>tarefa</u>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção de desenho (croqui) com as possibilidades/propostas de ajustes e mudanças a serem realizadas nos sistema familiar de produção. ➤ Dinâmica desejada no sistema de produção (entradas, saídas, perdas, e resultado)

Modulo IV: Agroecologia e sustentabilidade

Detalhamanto dos conteúdos

As várias dimensões da sustentabilidade; Agroecologia e agroecossistemas sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conceitos de desenvolvimento sustentável; ➤ Conceitos de agroecologia e agroecossistemas; ➤ Funcionalidade e fertilidade de ecossistemas e agroecossistemas; ➤ Biodiversidade funcional e alimentar ➤ Principais princípios da ecologia aplicados à agroecologia (equilíbrio dinâmico, resistência, resiliência, independência, autonomia, etc)
Sistemas de produção (convencional x agroecológico x orgânico);	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Lógica no modelo convencional x lógica nos sistemas agroecológicos (sintoma, causa, causador).
Caminhos para construir a transição agroecológica.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Práticas básicas fundamentais; ➤ Conceitos e metodologias (extensão ou construção coletiva do conhecimento?)
inclusão digital – comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acesso rápido e momentâneo de conteúdos e informações de vários tipos, como notícias, atualidades, entretenimento, esporte, música, financiamentos, leis, benefícios, entre outros envolvendo o meio rural; ➤ Como criar conteúdo on-line sobre a comunidade rural, disponibilizando-o em um site; ➤ Como compartilhar vídeos, áudios e imagens da comunidade na internet.
<u>Tarefa</u>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificação da condição e dinâmica desejadas após entendimento da agroecologia interação com educadores e com os colegas.

Modulo V: Práticas e desafios na transição agroecológica**Detalhamento dos conteúdos**

Manejo ecológico dos solos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Adubações verdes de verão; ➤ Adubações verdes de invernos; ➤ Adubações verde perenes (arvores e arbustos);
Criações	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gado e leite a base de pasto (sistema de pastejo racional rotativo); ➤ Pequenos animais.
Cultivos agroecológicos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Hortaliças; ➤ Frutas; ➤ Grãos. ➤ Sementes
Energias Renováveis	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Balanço energético na agricultura; ➤ Energia solar; ➤ Biocombustíveis e agrocombustíveis;
inclusão digital – comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Compartilhar conhecimentos, memórias e histórias da comunidade rural; ➤ Divulgar a comunidade rural; ➤ Prestar serviços de utilidade pública para a comunidade; ➤ Ensinar técnicas para o uso de instrumentos midiáticos no dia a dia da comunidade rural; ➤ Formar jovens no uso de tecnologias da informação e comunicação beneficiando diretamente no meio rural.
<i>tarefa</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Eleger as mudanças prioritárias (principais) projetadas nos sistemas familiares de produção e colocá-las no plano operacional (o que fazer, como fazer, quem faz, quando fazer, etc).

Modulo VI: Gestão da unidade familiar de produção familiar e relação com os mercados**Detalhamento dos conteúdos**

Agroindustrialização;	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Complexos Agroindustriais x Agroindústria familiar (histórico, legislação, principais problemas, etc.);
Elementos de gestão da unidade de produção familiar;	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Custos de produção (insumos, depreciação, mão de obra, remuneração do capital); ➤ Renda bruta, renda líquida, lucro.
Estudo de viabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Mercados (solidário e institucional) ➤ Venda direta e abastecimento local; ➤ Economia ecológica;
Inclusão Digital	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Compartilhar conhecimentos, memórias e histórias da comunidade rural; ➤ Divulgar a comunidade rural; ➤ Prestar serviços de utilidade pública para a comunidade; ➤ Ensinar técnicas para o uso de instrumentos midiáticos no dia a dia da comunidade rural; ➤ Formar jovens no uso de tecnologias da informação e comunicação beneficiando diretamente no meio rural.
<i>tarefa</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Discussão e qualificação de proposta de planejamento operacional.

Modulo VII: A história da luta dos trabalhadores e do sindicalismo

Detalhamento dos conteúdos

Movimentos sociais História da organização dos trabalhadores do campo no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Organização dos trabalhadores no mundo, no país e no sul; ➤ Principais movimentos sociais no Brasil; ➤ ...
História geral do sindicalismo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ligas camponesas; ➤ Início sindicalismo; ➤ O sindicalismo na ditadura militar; ➤ O movimento sindical Cutista. ➤ (completar conteúdo)
A concepção do novo sindicalismo e a FETRAF-SUL/CUT	<ul style="list-style-type: none"> ➤ História da Fetraf; ➤ A concepção e forma de organização; ➤ Lutas e Desafios;
Inclusão digital – comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ formatar textos – fontes, ➤ aprender a criar e salvar documentos de texto; ➤ tamanho, alinhamento, recuo e espaçamento; ➤ Aprender a inserir figuras e tabelas.
<i> tarefa</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Identificar ações dentro do plano familiar para serem transformadas em projeto para conclusão do curso. Pode ser uma das principais mudanças planejadas, alguma nova atividade proposta ou pode ser o plano de transição como um todo.

Modulo VIII: Cooperação**Detalhamento dos conteúdos**

Cooperativismo	<ul style="list-style-type: none"> ➤ História do Cooperativismo; Formação de grupos de cooperação/associação (legislação atual); Cooperativas da agricultura familiar: limites e desafios; ➤ O espírito da cooperação; ➤ Intercooperação.
Economia solidária	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conceito; ➤ Principais redes e articulações; ➤ Fundamentos da economia solidária.
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Informações legais – gestão do fora = mercado – etc.
inclusão digital – comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar planilhas, e alimentá-las; ➤ Criar fórmulas e utilizar funções de acordo com a necessidade de gerenciamento de suas contas; ➤ gerenciar uma propriedade utilizando os recursos de uma planilha
<i> tarefa</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Início da elaboração do projeto -

Modulo IX: Juventude e sucessão familiar**Detalhamento dos conteúdos**

Gênero e geração	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aspectos antropológicos e culturais; ➤ Aspectos organizacionais e relacionais; ➤ O movimento de mulheres – trajetória – avanços – desafios; ➤ O Movimento da juventude – trajetória – avanços – desafios;
Experiência e propostas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Experiências de referência; ➤ Políticas públicas específicas; ➤ Banco da terra; ➤ Reforma agrária; ➤ ...
inclusão digital – comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar planilhas, e alimentá-las; ➤ Criar fórmulas e utilizar funções de acordo com a necessidade de gerenciamento de suas contas; ➤ gerenciar uma propriedade utilizando os recursos de uma planilha
<i> tarefa</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificação do projeto

Modulo X: Políticas públicas**Detalhamento dos conteúdos**

Políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conceitos; ➤ As principais conquistas/modalidades; ➤ O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade; ➤ A construção de políticas públicas. ➤ ...
Acesso e gestão de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Operacionalização para acesso e realização das políticas públicas; ➤ O sindicato como ferramenta de viabilização das políticas públicas; ➤ A elaboração e gestão de projetos; ➤
inclusão digital – comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar planilhas, e alimentá-las; ➤ Criar fórmulas e utilizar funções de acordo com a necessidade de gerenciamento de suas contas; ➤ gerenciar uma propriedade utilizando os recursos de uma planilha
<i> tarefa</i>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação e execução do projeto

Modulo XI: Elaboração final de projeto e estudo de viabilidade**Modulo XII: Apresentação trabalho final**